



Diogo Silva Cancela

“Solidariedade Internacional” – A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN)

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea, orientada pelo Doutor Rui de Ascensão Ferreira Cascão e coorientada pela Doutora Ana Cristina Cardoso Santos Bartolomeu de Araújo, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

“Solidariedade Internacional” – A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO, PAIGC) e Antifascistas (FPLN)

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	“Solidariedade Internacional” – A Revolução Argelina e os Movimentos Anticoloniais (MPLA, FRELIMO e PAIGC) e Antifascistas (FPLN)
Autor/a	Diogo Silva Cancela
Orientador/a	Rui de Ascensão Ferreira Cascão
Coorientador/a	Ana Cristina Cardoso Santos Bartolomeu de Araújo
Júri	Presidente: Doutor António Resende de Oliveira Vogais: 1. Doutora Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo 2. Doutor João Paulo Cabral de Almeida Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	Época Contemporânea
Data da defesa	22-10-2014
Classificação	17 Valores

Resumo

Em 1954 inicia-se a guerra de libertação da Argélia, colocando frente a frente os nacionalistas argelinos da FLN e o exército da República francesa. Durante oito anos as atividades bélicas permaneceram na colônia pertença do Império francês, culminando com a assinatura dos Acordos de Évian em 1962, e a consequente independência da Argélia, última colônia da França no Norte de África. Com a autonomia alcançada, os argelinos viram nascer um governo autoritário, liderado por Ben Bella, extremamente instável devido às fortes oposições internas provenientes das facções que compunham o FLN e que se uniram para o combate ao colonizador, agora anacrônico. Essa instabilidade conduz a um golpe de Estado em 1965, que impõe uma ditadura militar.

Após a independência, e no seguimento de uma política de não-alinhamento e solidariedade ideológica, os líderes argelinos prestaram um grande auxílio a alguns movimentos de africanos de libertação, nomeadamente aos angolanos, moçambicanos e guineenses, mas também a grupos de exilados políticos portugueses. Esta política de solidariedade permitiu o acentuar da luta contra os colonizadores desses territórios, por parte destes movimentos autónomos, e dos exilados políticos contra a ditadura de Oliveira Salazar.

Palavras-chave: Argélia, independência, instabilidade, golpe de Estado, solidariedade ideológica e movimentos africanos de libertação.

Abstract

In 1954, the Algerian war of liberation begun, putting face to face the FLN Algerian nationalists and the French republican army. During eight years the warlike actions proceed in the colony of the French Empire, ending with the signing of the Evian Accords in 1962 and the consequent independency of Algeria, the last colony of France in the Northern Africa. With the achievement of self-determination, an authoritarian government rise up, under the leadership of Ben Bella, extremely instable by the internal oppositions from factions that composed the FLN, united against the colonizer, now an anachronistic matter. That instability lead to a coup in 1965, which imposes a military dictatorship.

After the independency, and following a non-alignment policy of ideological solidarity, the Algerian leaders gave a huge help to some African liberation movements, namely the Angolans, the

Mozambicans and the Guinean, but also to a group of Portuguese political exiles. This solidarity policy allow to emphasize the struggle against the settlers, by this autonomous movements and the Portuguese political exiles against the dictatorship of Oliveira Salazar.

Keywords: Algeria, independence, instability, coup d'état, ideological solidarity and African liberation movements.

Índice

RESUMO	3
ACRÓNIMOS	8
INTRODUÇÃO	10
A GUERRA DA INDEPENDÊNCIA DA ARGÉLIA: DO 1º DE NOVEMBRO DE 1954 AO 3 DE JULHO DE 1962	16
➤ A FRONT DE LIBÉRATION NATIONALE (FLN): “BASTIÃO” DO NACIONALISMO ARGELINO	16
➤ O MOVIMENTO DOS NÃO-ALINHADOS	18
➤ O CONGRESSO DE SOUMMAM: O CNRA E O PODERIO DO ALN	20
➤ OS “GOVERNOS PROVISÓRIOS” E O GENERAL DE GAULLE	23
➤ ACORDOS DE ÉVIAN: O PRIMEIRO PASSO PARA A INDEPENDÊNCIA	27
➤ 3 DE JULHO DE 1962: O NASCIMENTO DE UMA NOVA PÁTRIA	32
O TRIÊNIO DE BEN BELLA (1962-1965) – AS CRISPAÇÕES E O GOLPE DE ESTADO	35
➤ O PROGRAMA DE TRÍPOLI	36
➤ BEN BELLA E BOUMÉDIENNE: A ALIANÇA PELO PODER	38
➤ A REFORMULAÇÃO DO EXÉRCITO	42
➤ O SOCIALISMO ARGELINO: O PROCESSO DE AUTOGESTÃO	45
➤ 19 DE JUNHO DE 1965: O ISOLAMENTO POLÍTICO E A QUEDA DE BEN BELLA	49

“A MECA DAS REVOLUÇÕES” - A POLÍTICA DE TERCEIRO-MUNDISMO E O APOIO AOS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO	57
➤ MPLA E FUA: O MESMO OBJETIVO, DIFERENTES TRAJETOS	60
➤ PARTIDO AFRICANO PARA A INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE	67
➤ FRELIMO – FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE	71
➤ FRENTE PATRIÓTICA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (FPLN)	74
CONCLUSÃO	84
FONTES IMPRESSAS	90
FONTES DIGITAIS	91
BIBLIOGRAFIA	94

Agradecimentos

O espaço limitado que se remete a esta secção de agradecimentos, não me permite reconhecer a gratidão para com todos aqueles que, no decorrer deste Mestrado em História Contemporânea me ajudaram, de forma direta ou indireta, a alcançar os propósitos a que me havia proposto nesta etapa da minha formação académica. Sucintamente, mas de forma sentida e profunda, deixo algumas palavras de reconhecido agradecimento.

Ao Professor Doutor Rui Ascensão Ferreira Cascão e à Professora Doutora Ana Cristina Cardoso Santos Bartolomeu de Araújo, expresso o meu profundo agradecimento pela orientação e apoio incondicionais prestados, que muito elevaram os meus conhecimentos científicos e estimularam o meu desejo de querer saber sempre mais e de fazer sempre melhor. Fico eternamente agradecido!

Ao Centro de Documentação 25 de Abril, nas pessoas da Doutora Natércia Coimbra e do Doutor José Carlos Patrício, o meu agradecimento pela disponibilidade demonstrada e por me terem proporcionado as condições necessárias para o acesso à documentação necessária à elaboração da minha dissertação.

Ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeadamente as funcionárias da sala de leitura, pela sua amabilidade da disponibilização da documentação por mim requerida e pela desclassificação de parte dos arquivos que necessitava, o meu profundo agradecimento.

Aos Meus Amigos, nomeadamente ao Vitor Baptista, António Pinto, Ruben Jorge Ferreira, Daniel Reis Nunes, Luis Filipe Lobo Seixo, Carlos Balhico, Marcos Branco e José Reis, que me auxiliaram durante a elaboração desta dissertação, a minha gratidão pelas horas de companhia e pela disponibilidade demonstrada em momentos menos fáceis animicamente. Por tudo isso, um muito obrigado!

À Minha Família, em especial aos Meus Pais e ao Meu Irmão, fico-lhe extremamente agradecido pela oportunidade de ter uma carreira académica e pelos votos de confiança que me deram ao longo da mesma.

Aos anteriormente mencionados, em particular os meus orientadores, aos meus amigos e à minha família, dedico este trabalho.

Acrónimos

ALN – Armée de Libération Nationale

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

ANP – Armée Nationale Populaire

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

BP – Bureau Politique da Front de Libération Nationale

CCE – Comité de Coordenação e Execução

CD – Comissão Delegada da Frente Patriótica de Libertação Nacional

CD25Abril – Centro de Documentação 25 de Abril

CNR – Conselho Nacional Revolucionário

CNRA – Conselho Nacional da Revolução Argelina

COM – Comité de Operações Militares

CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

EMG – Estado-Maior General

FAP – Frente de Acção Patriótica

FFS – Front des Forces Socialistes

FLN – Front de Libération Nationale

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FPLN – Frente Patriótica de Libertação Nacional

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

FUA – Frente de Unidade Angolana

GLN – Guerra de Libertação Nacional

GPRA – Governo Provisório da República Argelina

GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio

GRPL – Grupo Revolucionário Português de Libertação

JAPPA – Junta de Acção Patriótica dos Portugueses da Argélia

MAR – Movimento de Acção Revolucionária

MNEAHD – Ministério dos Negócios Estrangeiros Arquivo Histórico-Diplomático

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

OAS – Organisation Armée Secrète

OUA – Organização de Unidade Africana

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde

PCP – Partido Comunista Português

Introdução

Com o final da Segunda Guerra Mundial, o mundo segmentou-se entre dois grandes polos ideológicos e principalmente belicosos. Estas duas forças determinaram os destinos do mundo durante mais de 40 anos. De um lado encontrava-se a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, que pretendia a internacionalização da revolução comunista, a consolidação do bloco do leste europeu com a imposição ideológica a todos os países ocupados e o “combate” ao Ocidente agregado sob a égide dos EUA, a outra face do duopólio reinante no pós-hitlerismo. Os norte-americanos, com a sua afirmação como a maior potência da época, tanto a nível económico como a nível nuclear, tencionavam contrabalançar o poderio da URSS com a difusão da sua influência a várias nações através de um discurso de carácter liberal. Sob uma base capitalista e repudiando a hegemonia que Estaline queria instaurar ao subordinar alguns povos contra os seus interesses, os EUA pretendiam contrariar o império que se estava a construir sob a proteção da União Soviética.

O conflito de 1939-1945 não serviu apenas para polarizar o mundo, mas para dar força a vários movimentos independentistas e anticoloniais que decidiram que era o seu momento de agir, não só pelo aproveitamento da situação internacional, onde cada um dos polos pretendia consolidar o seu estatuto com a afirmação de possíveis aliados, mas também devido à criação de um órgão fundamental para a igualdade dos povos e para a salvaguarda dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas. Esta organização consagrava na sua carta de 1945, a necessidade da existência de um respeito pelo princípio da igualdade dos direitos do Homem, assim como o direito à autodeterminação de todo e qualquer povo.

Isto serviu como pedra de toque para que os dois blocos mundiais, o ocidental e o soviético, se comesçassem a movimentar. Com o início da Guerra Fria não se assiste a um conflito direto apenas porque, pela primeira vez, surgiu a hipótese de uma guerra termodinâmica, onde o ser humano se podia destruir por completo, criando um novo paradigma que desconstrói por inteiro as teorias de guerra justa, obrigando ao choque militar em terrenos periféricos ou zonas de influência. Estes conflitos transpostos para outras regiões e sob a bandeira de uma suposta ideologia, passam por um envolvimento de forma indireta, com apoios financeiros, políticos, diplomáticos e militares que localizam o antagonismo no Terceiro Mundo, nos países em vias de desenvolvimentos e que geralmente se encontravam sob jugos coloniais descendentes do século XIX. A inflamação das tendências nacionalistas e independentistas não era um sinal de boa vontade de qualquer uma das partes, mas um simples golpe de *Realpolitik*, onde o interesse num neocolonialismo se sobrepunha à suposta e presumível independência, à igualdade e ao respeito pelos direitos desses povos submissos.

Após a autonomia da Índia, em 1947, da guerra da Coreia que resulta na divisão da península, do golpe de estado do egípcio Gamal Abdel Nasser, em 1952, que põe fim ao governo fantoche dos britânicos, da derrota francesa em Dien Bien Phu, em 1954, e dos tumultos iniciados em Marrocos e na Tunísia, que viriam a alcançar a independência face à França em 1956, também os argelinos decidiram que os seus intentos deveriam ser postos em prática com o desígnio de uma completa autonomia territorial e política, no seguimento dos ventos da História, claramente consagrados na libertação e na paridade entre as gentes, consagrados primeiramente no Tratado do Atlântico de 1941, e em seguida pela Carta das Nações Unidas.

Com o desapontamento face à rendição de Pétain em 1940, e a consequente negação do direito de naturalização aos judeus do regime de Vichy, em colaboração com a Alemanha nazi, o ministro do Interior francês obrigou o líder dos nacionalistas argelinos, Messali Hadj, a cooperar com o governo da França livre. Hadj recusou de imediato submeter-se a uma ordem emanada de um regime cooperante com o ditador alemão e foi detido, sendo condenado a 16 anos de trabalhos forçados. Com o estabelecimento de De Gaulle em Argel, após a passagem pelo exílio em Londres, o general criou o Comité Francês de Libertação Nacional (CFLN), mais tarde Governo Provisório da República Francesa, que procurava a libertação da França do jugo nazi. O general decidiu modificar o *status* de alguns muçulmanos, possibilitando-lhes o acesso a cargos militares e garantindo a cidadania francesa a milhares de cidadãos, isto porque durante a Segunda Guerra Mundial, De Gaulle foi assumindo o controlo das colónias francesas uma vez que era ele o símbolo da França Livre. Por essa altura já Ferhat Abbas, outro dos representantes dos nacionalistas argelinos, se tinha encontrado com Messali Hadj e decidido que com o final das hostilidades, a Argélia se ia instituir como uma nação independente, com um governo próprio e um Parlamento. Estas intenções ganharam forma com o nascimento do AML (Amigos do Manifesto e da Liberdade) apoiado pelo PPA (Partido Popular Argelino). O crescimento do AML foi grande, e o seu apoio aumentou com a enorme crise que atingiu o país do Norte de África, causando uma vaga de fome nas populações rurais. Com a chegada do dia do armistício em solo europeu, a 8 de maio de 1945, as ruas de Argel foram inundadas de gente que clamava pelo fim do fascismo e do colonialismo, um alerta para os franceses e para a necessidade de contenção da crescente onda nacionalista que se verificava na colónia.

A nível económico-financeiro as diferenças eram vastas, com apenas 3% dos argelinos a terem um nível de vida superior à média da metrópole, sendo que 72% estava num patamar inferior de cerca de 15% a 20% em relação à França. Isto verificava-se porque a colónia funcionava como um local de escoamento de materiais e de simples consumidor de produtos manufaturados na metrópole. A indústria existente na Argélia era maioritariamente ligada à agricultura e aos bens domésticos, como

produtos químicos e indústrias de construção habitacional. Esta ausência de um plano de desenvolvimento industrial resultou em dois aspectos fundamentais que moldaram os nacionalistas, a decadência das cidades muçulmanas e a criação de bairro miseráveis, comparados aos *bidonvilles* franceses e às favelas do Brasil. Locais onde a pobreza e a miséria extrema grassavam, principalmente sobre as populações muçulmanas. A opressão sobre os cidadãos destas zonas, a escalada da violência nas cidades, as diferenças salariais verificadas entre europeus e nativos magrebinos, a elevada taxa de desempregados urbanos e o baixo nível de escolaridade foram favorecendo a causa nacionalista, que cresceu a uma velocidade considerável.

Em 1951, várias organizações nacionalistas chegam a acordo com o objetivo final de libertar o Magrebe islâmico do jugo francês. Após a independência do Egito face à coroa britânica, em 1922, e o golpe de Estado que finda por completo as influências e a permanência de soldados britânicos em território egípcio, também o poderio colonial francês se começa a desintegrar no noroeste africano.

Em Março de 1954 é criada uma nova organização, denominada Comité Revolucionária para a Unidade e para a Acção (CRUA), que mais tarde dará origem à FLN, nomeadamente a 1 de Novembro de 1954. Esta será a grande impulsionadora da guerra de libertação da Argélia. O conflito independentista durará cerca de sete anos e meio, e findará com a vitória dos autonomistas argelinos, rumo à autodeterminação.

Com o alcance do objetivo por parte da FLN, novos problemas surgiram a partir de 1962. A construção de um Estado e de um governo que pudesse amenizar as várias facções existentes dentro dos revoltosos, e consequentemente controlasse alguns poderes demasiado grandes, que fariam sentir o seu desagrado se as suas intenções não se concretizassem, eram apenas parte do dilema surgido após a independência. O processo marcante dos três anos de governo de Ben Bella distingue-se maioritariamente pela tentativa de satisfação das partes envolvidas, pela imposição autoritária do poder, o afastamento dos adversários e a consolidação de uma autocracia monopartidária e despótica, do que propriamente pela conservação da independência total e da vontade primária de colocar em funcionamento todas as entidades de crescimento do Estado e do melhoramento da situação populacional e económica argelina.

A independência da Argélia trouxe novas preocupações. O êxodo em massa de funcionários qualificados significou uma enorme carência no processo de reposição do normal funcionamento do setor industrial e educacional, e a tentativa de instauração de um regime politicamente autoritário, com Ben Bella como líder, desagradou os seus pares. A concretização deste desgosto para com o novo regime verificou-se no golpe de Estado militar que depôs o primeiro Presidente da República argelina,

em prol de um novo governo proactivo e reformista, aproveitador dos recursos naturais, menos dependente do financiamento externo e, regionalmente, impulsionador de uma união e coesão política, económica e cultural.

Na política externa, ambos os governos argelinos, nomeadamente o de Ben Bella e o proveniente do pós-golpe de Estado, foram extremamente solidários para com as pretensões independentistas e revolucionárias dos movimentos nacionalistas africanos. A abordagem desta temática servirá para o acesso à segunda parte da matéria integrante neste trabalho de investigação, ou seja, a política praticada pela Argélia independente face à luta das organizações revolucionárias pelo fim dos regimes ditatoriais e coloniais, concretamente o Estado Novo português, e consagrada na sua Constituição. Esta política foca-se no apoio facultado pelo governo argelino a alguns movimentos autónomos assim como a grupos de exilados políticos, ajuda essa clamada em todos os documentos jurídicos e legislativos da nova nação magrebina. Nesta segunda parte, os movimentos independentistas visados serão os nacionalistas angolanos, FUA e MPLA. A FNLA não será parte integrante da dissertação porque a informação que encontrei era parca e não me permitia concluir nada de concreto e de robusto sobre o suporte da Argélia para com esta organização de libertação de Angola. A FRELIMO moçambicana e o partido independentista guineense criado por Amílcar Cabral serão os outros movimentos autónomos, diretamente ligados à independência das colónias portuguesas, que foram ajudados pela Argélia na sua intenção de autodeterminação administrativa. Todos estes foram alvo da política externa argelina do pós-independência, com fortes apoios militares, financeiros e logísticos para o combate ao colonizador português. No que diz respeito ao grupo de exilados portugueses refiro-me à Frente Patriótica de Libertação Nacional, igualmente auxiliada logística e financeiramente, o que lhe permitiu estabelecer uma base de combate contra o regime totalitário instaurado em Portugal.

Estas temáticas, nomeadamente o processo de independência argelina, a tentativa de construção de um Estado totalmente socialista no primeiro triénio após a independência, os tumultos e as dissensões que caracterizaram os governos e a presidência de Ben Bella, o golpe de Estado de 1965 e a solidariedade do povo e do governo da Argélia autónoma para com os movimentos de libertação colonial e antifascistas, serão as visadas neste trabalho, que apesar de estarem diretamente ligadas à História do Portugal contemporâneo, têm sido colocadas à margem do estudo por parte da historiografia portuguesa. A prova disso é a falta de obras e artigos de investigação sobre o processo de independência da Argélia, assim como, no que à presença dos movimentos antifascistas e independentistas no Norte de África diz respeito, motivo pelo qual decidi abordar estes assuntos, uma vez que acho necessário que se faça a transição da história deste país para a historiografia nacional. A

escolha deste período temporal em particular foca-se pela abordagem ao processo de independência do país, a transição para a autonomia administrativa, a efetivação do Estado argelino e o culminar de um triénio de alguma utopia política através de um golpe de estado. Estes três anos acabam por ser coincidentes com o início da atividade de apoio às organizações anticolonialistas, a outra parte desta dissertação.

A bibliografia existente em português é extremamente parca, dificultando o estudo acerca da última possessão do império francês, o que me levou a procurar expor os acontecimentos da guerra de libertação e do processo de instauração e construção de um Estado independente, com as limitações obrigatórias que a dimensão do trabalho me obriga.

No panorama bibliográfico nacional, este tema só se encontra tratado por obras maioritariamente originárias de França, ou nesse idioma trabalhadas, como é o caso do autor Benjamin Stora, um especialista na história da Argélia, ou de alguns historiadores francófonos, não necessariamente franceses. Em Portugal, fica a ideia de que a luta contra o colonialismo português foi concretizada pelos movimentos independentistas somente com o apoio de uma das superpotências imperantes no duopólio mundial. Tal como é o caso das lutas oposicionistas, em que o Partido Comunista Português é estudado como a principal, e em alguns casos a única organização que objetivava a sua oposição ao regime, ficando os restantes movimentos democráticos numa posição secundária onde a informação é uma falha presente, no que ao estudo historiográfico diz respeito.

Apesar de não se tratar de artigos ou estudos historiográficos, a independência argelina é abordada em Portugal através de obras filosóficas, mais concretamente de autores como Albert Camus, Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon. O primeiro, nascido na Argélia, representava uma ala mais pacifista inclusive na altura em que foi galardoado com o prémio Nobel da Literatura em 1957, onde reafirma essa posição de negação perante o conflito presente entre a FLN e a França. Camus procurou não tomar o partido dos argelinos revoltosos, entendendo que só a força infinita da justiça deveria ajudar à reconquista da Argélia e dos seus habitantes. Esta tomada de posição ambígua, faz com que seja conotado com uma posição complacente com os colonialistas franceses. O romancista, um poeta da realidade, teve muita dificuldade em escolher dois mundos diversos, inerentes à sua formação identitária, o que lhe provocou muita angústia, culpa do fim da relação com o seu amigo Jean-Paul Sartre. Contrariamente ao autor de “O Estrangeiro”, o filósofo francês, publicamente adepto do marxismo, que entra em desacordo com Camus era um apoiante deliberado da luta dos nacionalistas argelinos no combate ao colonialismo e às suas tradições anacrónicas. A linha de reflexão sartriana afirma que as contestações e o apoio à revolução devem ser firmes e concretizadas através do uso da

violência como forma de ação política, nunca numa lógica de vingança mas de transformação. Lembra também que a verdadeira liberdade não é contraditória da alienação, uma vez que os argelinos só se poderiam alienar da sua luta independentista quando estivessem livres, opinião claramente criada com um forte apoio nas ideias marxistas.

No que a Frantz Fanon diz respeito, este filósofo nascido na Martinica teve uma enorme contribuição teórica no processo de libertação da Argélia, local onde habitou entre 1955 e 1958. As condições de opressão, miséria e exploração de que eram alvo os argelinos por parte do sistema colonial, fizeram-no leal às pretensões independentistas africanas, mas principalmente desse povo magrebino. As suas obras permitiram alertar para a realidade das colónias, não só na metrópole mas também a nível internacional, descrevendo as discórdias e os particularismos dos povos africanos como os maiores inimigos de uma revolução. Fanon entendia que a luta colonial é o encontro entre forças antagónicas, e que a violência é o único recurso do colonizado através do qual faz transparecer a sua identidade perdida. Para ele, a liberdade só se afirma quando o homem deixar de dominar o homem. A sua importância foi crucial para os povos submissos pois a sua análise do colonialismo, particularmente o argelino, permitiu reconhecer que o colonizado acaba por aceitar a sua condição, devido à sua fraqueza e estado de derrotado perante uma metrópole da qual supostamente fazia parte, mas de onde não tirava benefícios em condições de igualdade. É principalmente através destes três autores que a questão argelina é tratada e estudada no âmbito das ciências sociais e humanas portuguesas, sendo que a matéria principal são sempre as questões de carácter racial ou o estatuto dos colonizados em relação ao colonizador, e nunca o processo de independência objetivo.

A pobreza relativamente ao estado da arte em Portugal, acerca destes temas, foi o que me levou a efetuar esta investigação sobre a independência da Argélia face à França, campanha que derrubou a Quarta República Francesa e colocou um fim ao império francês em África. Também o seu apoio aos movimentos de libertação africanos. O processo de autonomia argelina, o período que se lhe segue de tumultos na cúpula do poder, o golpe de Estado que coloca um fim a um triénio de instabilidade política e administrativa e a relação do Estado da Argélia independente com os movimentos autonomistas e antifascistas, foram os principais objetivos a tratar neste processo de investigação que culmina com esta dissertação.

A Guerra da Independência da Argélia: do 1º de novembro de 1954 ao 3 de julho de 1962

A posição periclitante do império francês após as derrotas sofridas na Indochina, à qual se juntou a deposição do rei marroquino Mohamed V, em 20 de março de 1953, que precipitaria a independência de Marrocos três anos depois, coincidindo com a da Tunísia, acelerou o processo de desmoronamento do domínio colonial da França.

Perante esta vaga descolonizadora, os nacionalistas argelinos perceberam que também deviam agir, não só pelo facto de a potência colonizadora estar fortemente debilitada por dois conflitos bélicos, particularmente destrutivos, desenrolados num curto espaço de tempo, mas também porque a Quarta República francesa definhava, com políticas criadas em gabinetes selados e eleições de oficiais das províncias ganhas em ambientes obscuros e secretos¹. Acresce que a comunidade internacional constituía um forte suporte dos movimentos autonomistas, pois o paradigma imposto a nível internacional na época auspiciava a queda dos impérios coloniais.

É então que no dia de Todos dos Santos de 1954 a Argélia despertou ao som de fortes explosões. Da meia-noite às duas da madrugada, ataques de comandos revelaram a existência de um movimento concertado com o objetivo de autonomizar o seu país e, acima de tudo, o povo muçulmano argelino culturalmente submetido aos *pied-noirs*. Recorde-se que os cidadãos de ascendência europeia que habitavam o Norte de África francês eram conhecidos como *pied-noirs* (pés-negros), particularmente aqueles que após a independência argelina foram para a França.

Começava assim um conflito entre colono e colonizador, que culminaria oito anos depois com a independência do último reduto francês no Norte de África, e a consequente vitória dos nacionalistas argelinos através de um referendo de autodeterminação.

➤ A Front de Libération Nationale (FLN): “bastião” do nacionalismo argelino

Devido à grande presença de cidadãos argelinos nos esquadrões militares franceses participantes na Segunda Guerra Mundial, o sentimento de importância destes face à França aumentava, despontando com ele um certo nacionalismo revolucionário, forjado pelo espírito de união

¹ Cf. STORA, Benjamin, *Algeria, 1830-2000: A short history*, Ithaca, Cornell University Press, 2001, p. 33.

dos aliados que combatiam Hitler e as suas intenções de expansão territorial. Estes intentos revolucionários tinham em Messali Hadj a sua bandeira. A prisão deste, em 1941, após a morte de outro apoiante da autonomia, por declarações que referiam o desinteresse muçulmano nesta guerra, despoletara uma onda de mensagens por toda a cidade de Argel, instigando o povo à autodeterminação e à independência². Com o final do conflito, despoletado pelo nacional-socialismo, vários partidos favoráveis à independência argelina foram surgindo maioritariamente na colónia, o ponto de partida da luta independentista, mas também na própria metrópole, ainda que em menor numero. A profusão e variedade de formações e fações partidárias não permitia a realização de uma luta concertada contra o colonialista francês.

O grande número de trabalhadores estrangeiros presentes em território argelino, nomeadamente 65,120 europeus empregados de escritório e comerciantes face a apenas 15,190 argelinos; 51,650 trabalhadores profissionais europeus e 49,830 argelinos; 7,200 trabalhadores manuais europeus e 141,130 argelinos³. As claras diferenças sociais entre as duas comunidades, a autóctone e a europeia, geravam descontentamento no seio das populações nativas. Estas tinham, em geral, um grau de educação e um nível de riqueza muito inferiores ao dos colonos europeus. No plano económico, a Argélia enfrentava também um défice industrial enorme. As indústrias existentes eram pertença de franceses. A mão-de-obra argelina era barata e havia diferença entre trabalhadores e proprietários, colonos e colonizadores, no acesso às zonas urbanas. Apesar da demarcação de zonas não ser tão definida como o que veio a acontecer em regimes como o *apartheid*, uma vez que não se impunham regras restritas de diferenciação e circulação, a verdade é que os próprios grupos populacionais acabavam por cavar e delinear espacialmente essas diferenças devido às suas práticas culturais e intelectuais. Devido a alguma carência de suportes económico-financeiros e civilizacionais, os naturais da Argélia criaram na sua própria terra núcleos demográficos “restritos”. É devido a estas diferenças enclavadas e aprofundadas entre os povos colonizadores e colonizados, que os movimentos nacionalistas, unidos em redor de um ideal libertador, se organizam para passarem à ação armada.

A 1 de Novembro de 1954, uma organização anteriormente desconhecida reivindica os atentados e as operações militares ocorridas desde Constantina a Orão, a partir de uma rádio estatal egípcia⁴. Essa organização denominava-se Front de Libération Nationale (FLN), resultado da junção

² Cf. SOLA, Emilia, *Argelia, entre el desierto y el mar*, Madrid, Editorial Mapfre, 1993, pp. 303-310.

³ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 24

⁴ HILL, J. N. C., *Remembering the war of liberation: legitimacy and conflict in contemporary Algeria* [Em linha], Small Wars & Insurgencies, London, Routledge, 24 de janeiro 2012, [Consult. 12 janeiro 2014], p. 7, Disponível na WWW em: <URL: <http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09592318.2012.632855>.

de vários movimentos nacionalistas argelinos e liderada internamente por um grupo de seis homens, Larbi Ben M'Hidi, Mourad Didouche, Rabah Bitat, Krim Belkacem, Mohamed Boudiaf e Mostefa Ben Boulaïd. A nível externo, com base no Cairo, os líderes eram Hocine Aït Ahmed, Mohamed Khider e Ahmed Ben Bella⁵, sendo que este último estava encarregue de angariar armamento e meios materiais necessários para alimentar a luta desde a capital egípcia.

Todos eles entendiam que a Argélia havia sido francesa por tempo demais e que a revolução iniciada no Norte de África por Nasser, no Egito, teria que ser estendida ao povo argelino, o digno explorador do seu próprio território e recursos, assim como da necessidade de basear a linha cultural dos muçulmanos num arabismo completamente posto de parte pela influência francófona e pela sua dominância.

Os ataques da FLN foram suportados pelo seu braço armado, a Armée de Libération Nationale (ALN), que no mesmo dia do início desta Guerra de Libertação Nacional (GLN) fez um apelo ao povo argelino no sentido de que uma sublevação era extremamente urgente e que a ALN necessitava de apoio, socorro, proteção mas, acima de tudo, de uma colaboração muito maior nas fileiras do exército.

Do ponto de vista político, os fundadores da FLN definiam-se como um movimento de renovação, como descrito na declaração feita no 1º de novembro de 1954, em que diziam ser “independientes de los clanes que se disputan el poder. Poniendo el interés nacional por encima de todas las consideraciones mezquinas y erróneas de personas y de prestigio, (...) nuestra acción está dirigida unicamente contra el colonialismo, único enemigo obstinado y ciego...”⁶. Do ponto de vista da consecução da independência, a FLN empenhou-se em duas tarefas essenciais que se dividiam entre o campo interno e o externo, sendo que o primeiro dirigia-se tanto a aspetos políticos como ao desenvolvimento e propagação da ação militar e o segundo remetia para a disseminação do caso argelino ao mundo inteiro.

➤ O Movimento dos Não-Alinhados

No plano externo, a GLN teve um grande auxílio da parte de um movimento que nasceria na cidade de Bandung em 1955, numa conferência com o nome da cidade que a acolheu, e que englobou

⁵ *Idem, Ibidem*, p.38.

⁶ Cit. in GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *La república pretoriana: ejército y poder político en Argelia (1954-1978)*, Madrid, Ibersaf Editores, 2009, p. 73.

29 países⁷ do Terceiro Mundo. Apesar de encontros anteriores já se terem dado entre países terceiro-mundistas, é na capital da província de Java, na Indonésia, que se considera que este novo impulso aos países sob o jugo colonial nasce, especialmente da colaboração entre Nasser, do Egito, e Nehru, da Índia.

Este movimento, que acabaria por ser o precedente dos Não-Alinhados, fundou-se numa época muito característica, pois verificava-se o colapso do sistema colonial o que também trouxe uma nova perspetiva para a bipolarização ideológica mundial, presa até então ao duopólio EUA-URSS.

Todos os intervenientes deste novo percurso ideológico, alternativo aos dois até então existentes, procuravam o objetivo da autonomia nacional de forma pacífica, mas acima de tudo não-alinhada nem com o polo capitalista norte-americano nem com o polo comunista soviético. Os países integrantes seguiriam o seu caminho, sem com isso serem desconsiderados por parte de estados que pertencessem a um dos blocos ideológicos existentes. Este aglomerado de países do terceiro-mundismo está também intimamente relacionado com o crescimento do pan-africanismo, do pan-arabismo, do pan-eslavismo e do socialismo africano.

Para definir por completo as relações entre as grandes e as pequenas nações, foram instituídos os “Dez Princípios de Bandung”, mais tarde adotados como objetivos principais da política de não-alinhamento. Esses princípios continham regras como o respeito pelos direitos humanos e pela Carta das Nações Unidas; o respeito pela soberania e pela integridade territorial de todas as nações; o reconhecimento da igualdade de todas as raças; a não-intervenção nos assuntos internos de nenhum país e a não ingerência nos mesmos, apoiando a autodeterminação dos povos; a abstenção da ameaça ou da utilização de agressão contra a integridade territorial ou a independência política de um país; o respeito pelos interesses mútuos e de cooperação⁸.

Motivados pela herança de Bandung, os países não integrantes deste movimento viam-no como um suporte para as suas pretensões à autonomização territorial e política. Disto não foi diferente a Argélia, que no ano seguinte ao início das hostilidades com fim à libertação face ao colonizador francês, pode contar com a solidariedade de uma organização que englobava várias nações com o objetivo primário de promover os direitos humanos e os direitos de autodeterminação de todos os

⁷ Nessa conferência estiveram presentes representantes de Ceilão, Birmânia, Índia, Indonésia, Paquistão, Afeganistão, Camboja, República Popular da China, Egito, Etiópia, Costa do Ouro, Irão, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Filipinas, Arábia Saudita, Sudão, Síria, Tailândia, Turquia, República Democrática do Vietname, Vietname do Sul e Lémen.

⁸ Ministry of External Affairs, Government of India, *History and Evolution of Non-Aligned Movement* [Em linha], 22 de agosto 2012, [Consult. 30 de jan. 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.mea.gov.in/in-focus-article.htm?20349/History+and+Evolution+of+NonAligned+Movement>.

povos. Apesar de um dos principais objetivos ser a não-intervenção em assuntos externos, o nacionalismo argelino foi suportado sobretudo pelo Egito do coronel Gamal Abdel Nasser. Este pretendia a liderança do mundo árabe, não só como forma de retaliação contra a França devido à crise do Suez, mas também devido à necessidade de uma parceria e um entendimento com os nacionalistas argelinos com vista à oposição realizada a Israel em favorecimento dos palestinianos, ou seja, a clara afirmação do pan-arabismo no Magrebe e no Maxerreque. Ainda assim, as pretensões principais destes não-alinhados prendiam-se na afirmação territorial através de um neutralismo ativo e na cooperação económica entre os estados pertencentes a esta posição neutra face à Guerra Fria.

➤ O Congresso de Soummam: o CNRA e o poderio do ALN

Mesmo com uma política externa que seguia os caracteres do não-alinhamento com nenhuma das potências do duopólio reinante, a política interna da FLN necessitava de uma orientação mais concreta. Com a luta travada pela ALN através de pequenos grupos de guerrilheiros, que apenas efetuavam ações isoladas, a direção cada vez mais se via necessitada de uma liderança coerente e de uma solidez política que evitasse as dissensões internas. Estas vinham-se verificando no movimento anticolonialista, nomeadamente após a integração na FLN de vários outros grupos mais pequenos, mas que começavam a criar as suas fações. A necessidade ávida de um programa político conduziu a um congresso que se realizou na região de Soummam, no ano de 1956, e que resulta no início das pendências somente resolvidas já depois da independência e através de afastamentos, prisões e exílios de alguns dos oposicionistas ao regime implementado.

O texto que serviu de anteprojeto para este congresso contou de imediato com a oposição de Ahmed Ben Bella e da delegação do exterior da FLN⁹, o que fez com que alguns dos principais líderes da revolução não estivessem presentes, abrindo uma brecha entre o exterior e o interior da organização independentista.

Deste Congresso, constituído no total por quinze representantes de todas as zonas combatentes do país e um décimo sexto elemento que servia apenas como secretário, nomeadamente Abbane Ramdane, saíram três resoluções principais: uma avaliação da capacidade armamentista tida como satisfatória mas que era alvo de críticas devido aos parques abastecimentos materiais e os desequilíbrios em algumas regiões político-militares (nomeadamente nas seis províncias administrativas militarizadas, denominadas *wilayas* e dirigidas pela ALN); a elaboração de uma plataforma política

⁹ Cf. GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p.75.

articulada em volta dos princípios de uma estrutura colegial de liderança, com primazia do político sobre o militar e do interno sobre o externo; uma reorganização da estrutura da ALN, com a instituição de uma hierarquia restrita de unidades de batalha, o que deu origem ao exército formal, o verdadeiro chefe do futuro estado argelino¹⁰.

O Congresso proclamou dois princípios fundamentais, a primazia do político sobre o militar, que significava que todas as decisões de caráter militar deviam ser tomadas pela sede política. O outro princípio do Congresso instaurava o predomínio do interior sobre o exterior, o que objetivava uma redução de poder aos nacionalistas da delegação externa da FLN, como Ben Bella e Mohamed Khider¹¹.

Também a estrutura política do partido sofreu alterações, com a criação do Conselho Nacional da Revolução Argelina (CNRA). Este foi descrito como o organismo supremo da revolução, sendo o único habilitado, em última instância, a comprometer o futuro do país¹². O conselho revolucionário deveria reunir-se uma vez por ano unicamente com a capacidade de invocar o cessar-fogo e de iniciar negociações no sentido de uma independência total e nunca parcial. Na composição deste conselho criou-se uma nova relação de forças no seio da FLN, com a exclusão de Ben Bella e Boudiaf da direção, o que dilatava ainda mais as brechas existentes entre as várias facções integrantes do partido.

No campo político, desmentiam-se as afirmações francesas de que se tratava de uma revolução de caráter anárquico e carente de uma base concreta organizativa, confirmando-se que esta revolução para além de organizada, era nacional, popular, centralizada e conduzida por um Estado-Maior capaz de orientá-la até à vitória final só possível com a completa autodeterminação.

No aspeto militar, o documento resultante do Congresso de Soummam asseverava que a ALN havia alterado por completo o clima político na Argélia, dado que modificava a posição de muitos dos que eram leais ao exército francês mas que, perante a objetivação da luta argelina contra o colonizador secular, desertavam para posições favoráveis aos nacionalistas de uma Argélia argelina. O mesmo documento salientava que a ALN permitiu ao povo argelino uma tomada de consciência própria no que respeita à sua dignidade nacional, determinando uma união política e emocional de todos os argelinos¹³. É a partir deste momento que se pode considerar este exército como uma organização regular e não apenas como uma estrutura que praticava atos subversivos contra algumas cidades, nomeadamente em Aurès e Cabília, como se de uma unidade de guerrilha se tratasse.

¹⁰ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 61.

¹¹ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p.76.

¹² *Idem, Ibidem*, p. 81.

¹³ *Idem, Ibidem*, p. 82.

As brechas criadas entre as fações interna e externa confirmaram-se com a dissensão de Ben Bella perante as decisões tomadas em Soummam como, por exemplo, o desacordo com a pouca importância dada ao caráter islâmico das futuras instituições políticas. Na opinião de Ben Bella, as decisões do Congresso constituíam um perigo para a revolução devido a oposições criadas entre zona do este e do oeste, assim como a aproximação ao comunismo em detrimento do nacionalismo pretendido para a libertação.

É no seguimento destas divergências dentro do movimento independentista e de alguns encontros pessoais, que se realiza a primeira reunião do CNRA, entre 20 e 28 de agosto de 1957. Esta decorre no seguimento da Batalha de Argel, que sucede após o bombardeamento de alguns cafés e bares na zona europeia da capital argelina por parte de membros da FLN, durante os três meses finais do ano de 1956. Em Janeiro de 1957, esquadrões de paraquedistas comandados pelo General Jacques Massu instalaram um cordão sanitário em redor da maior zona muçulmana de Argel, a *Casbah*. Nesta altura, os militares franceses montam uma enorme rede de informadores, com base em torturas atrozes, que desrespeitavam e desvirtuavam os princípios emancipadores da Revolução realizada em 1789, no país que agora se esquecia de tudo o que havia invocado e pelo qual havia combatido. Através destas torturas e de execuções sumárias de prisioneiros, as tropas francesas estavam prontas para imobilizar as operações da FLN, culminando a derrota argelina com a captura de Saadi Yacef e a morte do guerrilheiro argelino, Ali la Pointe, em Dezembro de 1957, o que praticamente desmantelava o grupo no interior do território da colónia. Esta batalha, e apesar da derrota da FLN na capital, conseguiu confirmar uma lição muito importante para os líderes do movimento autónomo, a importância absoluta da opinião pública e internacional com o encontro entre representações governamentais, com principal enfoque em Marrocos, Tunísia e nos líderes egípcios¹⁴.

Perante este cenário pouco favorável aos independentistas, a primeira reunião do CNRA procura unir o movimento partidário da autonomia argelina com a inclusão dos militantes do exterior, como Ait Ahmed, Ben Bella, Rabah Bitat, Boudiaf e Khider, que à época se encontravam presos pelos franceses. Esta reunião teve outro princípio fundamental, a anulação de um dos pontos de Soummam, ou seja, invalidou a primazia do político sobre o militar e do interior sobre o exterior, assim como, a introdução de membros ligados ao exército no Comité de Coordenação e Execução (CCE), de caráter executivo. Os conceitos confundiam-se com as pessoas, o militar com os militares e o político com os políticos, o que se verificará com a colocação *de facto* da revolução nas mãos dos responsáveis

¹⁴ HILL, J. N. C., *ob. cit.*, pp. 9-10.

militares. Nesta fase a hegemonia do poder militar da FLN começava a consagrar-se, e foi a ALN que construiu e forneceu a ideologia ao partido e mais tarde ao Estado¹⁵.

➤ Os “governos provisórios” e o general De Gaulle

Como consequência direta da eliminação de Abdane Ramdane, defensor da primazia do político sobre o militar, e da declaração de vontade por parte de Charles de Gaulle para assumir o poder francês, em maio de 1958, as desconfianças aumentaram no seio do CCE assim como as necessidades de armamento e abastecimento da ALN.

O apoio dado à FLN por um variado número de países, nomeadamente o Reino Unido e os Estados Unidos da América, com transportes de toneladas de armamento para os campos de treino da ALN em Marrocos e na Tunísia e a execução de prisioneiros por parte do exército argelino, conduziu à chamada crise de maio, no qual uma tentativa de golpe de estado foi realizada, com o objetivo de impedir o governo de Pierre Pflimlin de alterar as políticas em favor dos partidários da direita na Argélia francesa. Perante esta instabilidade, tanto na metrópole como na colónia, o jurista Maurice Duverger, numa coluna do *Le Monde*, aborda a hipótese de que somente o general De Gaulle poderia resolver o impasse argelino.

A conjuntura de guerra entre os franceses e os movimentos de independência das colónias francesas esteve na base da instabilidade política que coloca um fim à Quarta República em França, juntamente com a rápida inflação e a recente perda de grande parte do império que detinha na Indochina e em parte do Magrebe. Este cenário resulta numa crise governamental que permite o reaparecimento político de De Gaulle, que se assumia perante os franceses como o único elemento capaz de colocar um fim à situação de forte instabilidade política na metrópole e de guerrilha constante na colónia argelina. Nos finais de maio já a imprensa relatava que o general havia iniciado os processos necessários para a constituição de um governo¹⁶. No dia 28 de Setembro de 1958, uma nova constituição tinha sido aprovada e a Quinta República francesa estava instituída, com um carácter semipresidencialista, sendo o general eleito Presidente da República.

Nove dias antes da votação para a nova constituição francesa, a 19 de Setembro de 1958, a FLN reuniu-se e decidiu criar um Governo Provisório da República Argelina (GPRA), na Tunísia, que integrava Ben Bella numa vice-presidência partilhada com Krim Belkacem que também asseguraria o

¹⁵ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, pp. 103-14.

¹⁶ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, pp. 70-73.-

Ministério das Forças Armadas, tendo como presidente do conselho de ministros Ferhat Abbas¹⁷. Este novo executivo ministerial dava lugar a antigos dirigentes de movimentos distintos com tendências diferentes, refletindo numa nova ideia de união em torno de um objetivo primário e fundamental. Num espaço de tempo relativamente reduzido, o GPRA foi reconhecido por vários países apoiantes da autodeterminação argelina, como o Iraque, Líbia, Marrocos, Arábia Saudita, Jordânia e alguns países asiáticos poucos meses depois.

Perante este cenário internacional, De Gaulle, num discurso à nação a 16 de setembro de 1959, afirma que em dezoito meses de governo a economia começou a recuperar, existiram progressos em termos de amenização dos conflitos existentes na colónia, assim como a nível social e a nível democrático. Portanto:

“Compte tenu de toutes les données, algériennes, nationales et internationales, je considère comme nécessaire que ce recours à l'autodétermination soit, dès aujourd'hui, proclamé... je m'engage à demander, d'une part aux Algériens, dans leurs douze départements, ce qu'ils veulent être en définitive et, d'autre part, à tous les Français d'entériner ce que sera ce choix.”¹⁸

Este discurso foi feito catorze dias após um encontro entre o general e o presidente norte-americano Dwight D. Eisenhower, onde o francês se comprometeu a anunciar que a decisão objetiva sobre o futuro da colónia argelina seria entregue ao próprio povo mas com duas condições prévias: a escolha não poderia ser tomada enquanto a insurreição continuasse no ativo; não seria reconhecido o governo a um grupo que se baseia na prática da guerrilha para afirmar as suas posições políticas, ou seja a ALN¹⁹. O alerta estava dado. Após 5 anos de guerra cruel, a palavra tabu tinha sido pronunciada: autodeterminação. Este discurso marcou o ponto de viragem na vida política dos franceses. Isto implicava a abertura de negociações com a FLN e a garantia de que a população muçulmana, com uma maioria de 90%, teria o direito para decidir o destino da Argélia. Apesar da imprecisão de uma possível negociação, o novo chefe de Estado francês garantia que em caso de secessão, a exploração e transporte de petróleo do Saara seria assegurado pelos franceses.

Apesar desta vitória crucial por parte da FLN, outra de considerável envergadura teria lugar, esta no aspeto internacional. M'Hamed Yazid, delegado do partido em Paris, conseguiu encontrar

¹⁷ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, pp. 109-110.

¹⁸ *Discours sur l'autodétermination de l'Algérie* [Em linha], La Fondation Charles de Gaulle, 16 de setembro 1959, [Consult. 7 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.charles-de-gaulle.org/pages/l-homme/accueil/discours/le-president-de-la-cinquieme-republique-1958-1969/discours-sur-l-autodetermination-de-l-algerie-16-septembre-1959.php>>.

¹⁹ Cf. COGAN, Charles, *France, the United States and the invisible Algerian outcome* [Em linha], Journal of Strategic Studies, London, Routledge, 4 de junho 2010, [Consult. 19 de janeiro 2014], p. 143, Disponível na WWW em: <URL: <http://dx.doi.org/10.1080/01402390412331302705>>.

alianças com os países recém-independentes africanos e asiáticos, e com o apoio destes levou a questão argelina à discussão na Assembleia Geral da ONU. Apesar de não ser um ponto principal das discussões realizadas nas Nações Unidas, a aceitação desta resolução demonstrava a perda de poder por parte da França a nível internacional. Esta decadência do domínio francófono, assim como do colonialismo como forma de estruturação e existência imperialista, veio a ser confirmada em 29 de dezembro de 1960, quando a referida Assembleia da Nações Unidas votou o reconhecimento da autodeterminação da Argélia, ainda que após 3 anos de suspensão da resolução apresentada em 1957 e somente levada a discussão por duas vezes durante esse triénio²⁰.

Para as negociações entre franceses e argelinos serem possíveis, o GPRA teria que estar de acordo, mas apenas a completa independência estava nos horizontes dos nacionalistas. Uns meses antes da criação do governo provisório, foi aprovada a conceção do Comité de Opérations Militaires (COM), com o objetivo de gerar uma coesão na ALN e impedir a ascensão de Belkacem como chefe único do exército. Com o COM no comando da luta armada, a rivalidade entre Krim e os seus rivais manifestou-se devido à necessidade que muitos membros de algumas *wilayas*, as zonas que detinham o verdadeiro poder militar, tinham de representação. Por esse motivo, Krim Belkacem decidiu nomear como chefe do COM da zona este o coronel Mohammedi Said e como chefe do COM da zona oeste o coronel Houari Boumédiène. Said iria fracassar devido à sua incapacidade militar, mas Boumédiène logrou organizar e preparar para ação o COM oeste²¹, iniciando assim a sua ascensão que culminará na presidência da Argélia independente.

A situação insustentável que se verificava no maqui (grupo de resistentes que combatiam os franceses, também denominados *maquisards*, baseado nos franceses que lutaram clandestinamente contra os alemães na Segunda Guerra Mundial) do interior, devido à contestação criada em redor do GPRA, conduziu à realização da terceira sessão do CNRA com a intenção de redigir os estatutos da FLN, reformar o governo provisório e a eleição de um novo conselho revolucionário. A reunião foi celebrada na Assembleia Nacional de Trípoli, no mês dezembro de 1959 e janeiro de 1960 e que, contrariamente ao esperado, reconduziu Ferhat Abbas na presidência do governo provisório. Isto só foi possível devido à desconfiança entre três líderes, nomeadamente Belkacem, que tinha do seu lado os cabilas (habitantes da Cabília, região que engloba várias províncias da Argélia e com forte poder militar e da qual Belkacem era nativo), e Boussouf e Bentobbal por outro, que tinham o apoio dos coronéis Boumédiène e Ali Kafi, sendo que o primeiro propunha a participação de todos os oficiais com grau superior de coronel, o que lhe convinha como chefe da ALN, e os outros dois opunham-se

²⁰ Cf. HILL, J. N. C., *ob. cit.*, p. 9.

²¹ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, pp. 110-111.

frontalmente a esta proposta antevendo uma hegemonia do poderio militar nas mãos de apenas um homem.

No novo GPRA, o ministro das Forças Armadas (Belkacem) foi deposto sendo substituído por um Comité Interministerial da Guerra (CIG) integrado por Belkacem, Boussouf e Bentobbal, e encarregue de orientar o exército através de um Estado-maior General (EMG), dirigido pelo coronel Houari Boumédiène. Quanto aos estatutos e à organização política do partido, redigiu-se dois documentos que haviam sido criados por uma comissão. Estes documentos reconheciam oficialmente o CNRA criado pelo Congresso de Soummam, como órgão legislativo e organismo supremo da revolução argelina. Este CNRA era o organismo supremo mas com um carácter provisional, dado que o artigo 23º dos Estatutos instituía o Congresso da FLN como a instância soberana do partido²². Na prática seria mesmo o CNRA o árbitro até à independência, dado que durante a GLN nenhum outro Congresso se realizaria.

O poder executivo passou da competência do CCE para o GPRA, até à libertação do território nacional. Este governo estava investido do poder de acordar convenções internacionais (artigo 20º), mas em especial era o responsável pela condução da GLN, primaz na permanência da luta nacionalista. A administração presente na Tunísia tinha um carácter de mobilizar para a ação, informar a opinião pública internacional, provisão de fundos e armamento à ALN e a organização dos refugiados argelinos fugidos da repressão e estabelecidos nas fronteiras tunisina e marroquina. Tratava-se evidentemente de uma administração direccionada para a guerra²³.

O enfraquecimento da antiga Argélia francesa, colonizada durante cerca de 132 anos, faz com que o general De Gaulle anuncie a 4 de Novembro de 1960, a realização de um referendo com o princípio da autodeterminação em contenda. Numa viagem do líder francês a Argel e a Orão, violentos protestos têm lugar tendo culminado com uma forte repressão policial e a morte de 112 muçulmanos argelinos²⁴.

No seguimento desta matança, De Gaulle realiza um referendo, no dia 8 de janeiro de 1961, para anuir a sua política em relação à condição política da Argélia. Os resultados foram tremendamente esclarecedores, com 72,25% dos votos da metrópole e 69,09% da Argélia, a aprovarem a autodeterminação²⁵.

²² GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 138.

²³ *Idem, Ibidem*, p. 139.

²⁴ Cf. STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 79.

²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 80.

➤ Acordos de Évian: o primeiro passo para a independência

Perante os resultados do referendo realizado em 8 de janeiro de 1961, o general que fora banido da Argélia, Raoul Salan, militar francês combatente na Indochina e galardoado com a Grande Cruz da Legião de Honra, decidiu que era altura de criar um movimento de contrarrevolução apoiado por elementos do exército e por alguns descendentes de europeus em estado de pânico devido à incerteza quanto ao seu futuro. Surge assim a Organisation Armée Secrète (OAS), movimento que era composto por fanáticos sonhadores da continuidade de uma Argélia francesa, cada vez mais uma utopia sustentada somente por um pequeno grupo.

A ideia de um *putsch* contra De Gaulle surge quando este, durante uma conferência de imprensa de 11 de abril de 1961, anuncia que o processo de descolonização é do interesse dos franceses e resultado da sua política. Para segurar a colónia como francesa, o general Challe entra em Argel de forma clandestina e, juntamente com os seus homólogos de patente Jouhaud, Zeller e Salan, decidem lançar um golpe de estado a partir da capital argelina, tomando a cidade em apenas três horas, dez dias após a conferência de imprensa do Presidente da República francesa (21 de abril). Após a conquista da cidade, fazem uma declaração a todo o povo através dos meios de comunicação também capturados, onde prometiam a continuidade da Argélia como colónia da República francesa²⁶. Os objetivos desta organização eram a permanência fiel ao espírito de resistência à política de separação conduzida pelo governo “gaullista”, simbolizado pela crise de maio de 1958, e a manutenção de uma colónia sinónimo de si mesmo, ou seja, subjugada a um governo metropolitano²⁷. De curta duração, o golpe militar tem um fim a 28 de abril, após a rendição do general Challe e a consequente prisão dos envolvidos.

Perante a hegemonia alcançada sobre a sociedade argelina por parte da FLN, o movimento nacionalista constituiu uma vantagem crucial nas negociações com a França, iniciadas em Évian em 20 de maio de 1961. Dentro da *Front* distinguiram-se três tendências face à atitude a tomar durante as negociações. O EMG queria acabar com as pretensões das *wilayas* (as 6 províncias administrativas do território argelino durante a GLN) e ter controlo sobre elas; Benkhedda, opositor ao EMG, advogava uma reunião do CNRA para que fosse este a estabelecer negociações com o governo de Paris; o GPRA negava-se a convocar o CNRA antevendo a radicalização dos seus membros antes das negociações e declarou-se partidário da mediação durante as mesmas por parte de governos estrangeiros²⁸.

²⁶ *Idem, Ibidem*, p. 80.

²⁷ *Idem, Ibidem*, p. 82.

²⁸ Cf. GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 161.

Em nome do GPRA, Benkhedda, que havia tomado posse a 27 de agosto de 1961 como novo presidente do governo provisório após o abandono de Ferhat Abbas, pede o afastamento por parte do governo francês da ideia de uma autodeterminação faseada e exige uma imediata independência como resposta a um cessar-fogo. Para o novo líder do governo provisório, os problemas mais graves ocorreriam principalmente por parte da OAS e do confronto entre o GRPA e o EMG que, com Boumédiène como líder, detinha um poder imenso. Ainda assim, o governo francês não aceitou esta proposta de independência imediata, tanto para demonstrar à comunidade internacional que não abandonava completamente a Argélia ao seu infortúnio, num ato de descolonização radical através de uma saída imediata e definitiva, como também para que pudesse salvaguardar os seus próprios interesses futuros, principalmente a nível petrolífero e nuclear, num golpe de pura *Realpolitik* e de razão de Estado francesa.

O acrónimo OAS tomava cada vez mais o seu lugar na sociedade argelina como o representante de fações extremistas contra as negociações iniciadas em Évian. A sua consolidação dá-se numa altura bastante crucial porque, durante o outono de 1961, a organização beneficia de uma imensa cumplicidade por parte da quase totalidade da população europeia residente na colónia, ou dela descendente como os *pied-noirs*, repetindo-se os tumultos entusiastas para com a OAS. Em outubro desse ano, o general Salan, líder da organização, estava em condições de afirmar o controlo sobre 100,000 homens armados e disciplinados²⁹. Apesar do seu estatuto de dissidência, e do duplo inimigo que teria de enfrentar, nomeadamente a FLN e o exército fiel ao Presidente De Gaulle, o número de militantes alcançados pela OAS num curto espaço de tempo começava a preocupar os demais intervenientes, inquietos com uma provável escalada de adesões e da consequente violência.

Não somente na colónia se destacava a presença deste novo grupo. Com o avançar das negociações em Évian, ainda que perante demasiados entraves devido às intenções de ambas as partes, principalmente no que respeitava à questão da definição das fronteiras no Saara, a OAS contava com um informador dentro do Eliseu, como referiu um dos símbolos contra este grupo de exércitos rebelados, o superintendente da polícia Jacques Delarue “there was a mole in the Elysée Palace”³⁰. A manifestação era evidente de que mesmo nos círculos mais próximos do principal responsável pelo início do processo de autodeterminação argelino, o general De Gaulle, o consenso sobre a matéria não existia, estendendo-se naturalmente às restantes camadas populacionais.

²⁹ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 82.

³⁰ Cit. in *Idem*, *Ibidem*, p. 95.

A par de todos estes acontecimentos entre a França e os representantes de ambos os nacionalismos presentes na colónia, realizou-se entre 1 e 6 de Setembro de 1961, a 1ª Conferência de Chefes de Estado dos Países Não-Alinhados, preocupados desde Bandung com o problema argelino e fazendo dele uma bandeira para as suas pretensões anticoloniais e anti-hegemónicas. Comandada por Josip Broz (Tito), integrava 25 chefes de Estado e de governo, entre os quais o indiano Nehru e o egípcio Nasser, e também 19 movimentos de libertação, como a FLN. A obrigatoriedade da não-aproximação a nenhum dos blocos existentes à época, nomeadamente o norte-americano e o soviético, confirmava-se da forma mais radical com a exclusão do Paquistão devido às suas dúvidas e equívocas aproximações aos EUA e à URSS. Também algumas ex-colónias francesas que se mantinham próximas da antiga metrópole foram expulsas³¹, demonstrando um extremismo por parte dos líderes dos Não-Alinhados, onde nenhum tipo de suspeita poderia ser levantada, no que respeita a relações com países imperialistas e opressores das liberdades do Terceiro Mundo diz respeito. Exceção feita ao caso cubano, onde era clara a aproximação aos soviéticos, mas aqui provavelmente o forte carácter revolucionário libertador e principalmente a internacionalização dessa luta, compensou um desvio ideológico que a outros não foi permitido. Deste encontro entre os líderes estatais destes países, resultou não só a consolidação e a fortificação deste movimento de não-alinhamento, como o aumento do apoio diplomático àqueles que tivessem intenções de autodeterminação, mas principalmente o estabelecimento de uma política fundamental para a época, ou seja, uma estratégia antinuclear, sendo que nesta fase da História as duas nações que faziam pender a balança do poder passaram a utilizar a ameaça das armas nucleares como um instrumento político decisivo para a definição do pendor desta balança, pois “a guerra não consiste só na batalha, ou no acto de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de competir através da batalha é suficientemente conhecida”³². Face a este perigo de autodestruição da humanidade, algo primordial nos anais da História, mas já imaginado por alguns literatos como Dostoiévski, ainda que num campo mais psicopatológico e relacionado com a incerteza religiosa, a Conferência de Belgrado decidiu opor-se, por completo, a qualquer política relacionada com o armamento de carácter nuclear indo ao encontro de um dos parâmetros fundamentais de Bandung, onde se defendia a luta pela paz através da cooperação e da solidariedade internacional, contestando a Guerra Fria e os ensaios nucleares que eram realizados no Saara e no Pacífico³³. Para o

³¹ Cf. BERGER, Mark T., *After The Third World? History, destiny and fate of Third Worldism* [Em linha], Third World Quarterly, London, Routledge, 27 de maio 2008, [Consult. 27 de janeiro 2014], p. 13, Disponível na WWW em: <URL: <http://dx.doi.org/10.1080/0143659042000185318>.

³² HOBBSAWM, Eric, *A Era dos Extremos: História Breve do Século XX 1914-1991*, Lisboa, Editorial Presença, 2008, p. 226.

³³ Cf. ROTHFELD, André *et alli*, “Movimento dos Não Alinhados: Desarmamento e autodeterminação nacional no contexto da Guerra Fria”, *Simulação das Nações Unidas para Secundaristas* [Em linha], Brasília, 2013, [Consult. 27 de

caso argelino toda esta robustez do movimento, assim como a união que os países demonstravam face à obtenção de um ideal, contribuíram não só para a vitória na Assembleia Geral das Nações Unidas de 1960, como para a completa perda de esperança por parte da França de manutenção da colônia como tal, dado que a obnubilação dos povos face ao domínio a que estavam sujeitos e a um consequente isolamento perante as suas pretensões, não passava de uma memória deixada num passado distante.

Entretanto em Évian, as delegações da FLN e do governo francês começavam a granjear alguns entendimentos face a uma mais que óbvia independência da Argélia, numa altura em que a *Front* argelina demonstrava uma posição de força com mais de uma centena de mortes em algumas semanas³⁴. As negociações nos finais de 1961 culminaram com algumas ofertas por parte dos franceses, como a divisão em duas partes da base aeronaval de Mers-El-Kibir (lado A e B) e a continuação das experiências nucleares na região do Saara durante mais dez anos, o que ia integralmente contra a declaração dos países Não-Alinhados face ao armamento nuclear. Em 5 de setembro, De Gaulle reconhece o estatuto de posse sobre o Saara aos argelinos, no âmbito das fronteiras coloniais e da demonstração constante de necessidade por parte da FLN com o propósito da manutenção da integridade do território da Argélia face aos seus vizinhos africanos³⁵. Tendo o GPRA aceitado este acordo com o governo de Paris em fevereiro de 1962, faltava somente que o CNRA ratificasse o projeto dos Acordos de Évian para que este tomasse corpo legal.

Convocado pelo GPRA, o CNRA reuniu-se em Trípoli entre 22 e 27 de fevereiro de 1962, confirmando com os participantes que o governo francês admitia a independência argelina de uma forma gradual, pelo que o processo de transição decorreria sob a vigilância francesa e que até se encontrar concluído, o território da Argélia permaneceria sob a soberania da França. Apesar de estas considerações irem contra os desejos do EMG, que ansiava uma transferência dos poderes do governo de Paris para o GPRA, algo que os franceses não concordaram como o havia dito De Gaulle a Eisenhower em 1959, o Projeto dos Acordos de Évian foi aprovado por larga maioria, inclusive com os votos por procuração dos cinco membros da FLN que se encontravam no cárcere francês de la Santé, nomeadamente Ben Bella, Boudiaf, Aït Ahmed, Lacheraf e Khider. Os votos desfavoráveis surgiram da parte de quatro membros, três dos quais do EMG como o seu maior símbolo o coronel Houari Boumédiène³⁶.

janeiro 2014], p. 593, Disponível na WWW em: <URL: <http://www.sinus.org.br/2013/wp-content/uploads/2013/03/18.-BELGRADO-Artigo.pdf>.

³⁴ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 82.

³⁵ *Idem*, *Ibidem*, p. 84.

³⁶ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 165.

Segundo a própria esposa do coronel, Anissa Boumédiène, antes da assinatura dos Acordos de Évian o seu marido terá endereçado uma carta a todo o exército e ao presidente do GPRA, Benkhedda, onde afirmava que era contra este tipo de acordo com o governo francês, porque a independência deveria ser principalmente no aspeto económico³⁷ e que a cedência da exploração de jazidas petrolíferas à França, assim como na indústria do gás, incorriam no neocolonialismo em que o colonizado vive num estado teoricamente livre, sendo as suas riquezas exploradas por monopólios.

Quando a 7 de março novas conversações começaram em Évian, com o intuito de se alcançar um cessar-fogo definitivo, a OAS decidiu agir em força com uma escalada da violência em solo argelino, com ataques de bazuca contra tendas de *gendarmes* e com carros-bomba contra bairros muçulmanos. A 15 de março, o grupo radical de antigos líderes militares contra a independência da colónia francesa do norte de África, assassinou seis membros de centros de educação.

No decurso das conversações franco-argelinas e com o acentuar da atividade da OAS, Krim Belkacem decidiu enumerar alguns problemas aos negociadores franceses, como a necessidade da ALN ter uma composição de 80.000 homens que pudessem fazer face a alguns ativistas europeus que pretendiam a manutenção da situação colonial, rechaçando as intenções daqueles que eram contra o processo independentista. Por seu lado, Paris propunha que o exército francês e a ALN não deveriam ser inferiores um ao outro e que este teria liberdade de movimentos dentro do território pertencente à Argélia, não confirmando objetivamente as intenções de Belkacem, mas não as defraudando por completo³⁸. Também no campo da cidadania foram feitas concessões aos cidadãos europeus que habitavam a colónia, podendo estes ficar com dupla nacionalidade durante três anos e depois optar por uma de duas escolhas, a nacionalidade argelina ou o estatuto de residente estrangeiro. O território do Saara ficaria sob o controlo preferencial das companhias francesas, que explorariam e distribuiriam o combustível fóssil, sendo que os pagamentos do petróleo argelino seriam feitos em francos franceses³⁹, com o claro objetivo de fortalecer a moeda nos mercados internacionais. Esse deserto serviria também para a continuidade de alguns testes nucleares. Finalmente, a França anuiu que auxiliaria económica e financeiramente o novo país independente⁴⁰, inclusive com a continuidade do plano quinquenal instituído em 1958 em Constantina, com a intenção de conceder sessenta e dois mil acres de novas terras para os agricultores, o estabelecimento de zonas industriais e metalúrgicas, a construção de casas

³⁷ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 30 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

³⁸ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 166.

³⁹ *Les accords d'Évian du 18 mars 1962* [Em linha], s.d., [Consult. 15 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/algerie-accords_d%27Evian.htm.

⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

para um milhão de pessoas, emprego para 400.000 novos trabalhadores, escolas para dois terços da crianças e para os jovens e finalmente com a equalização nos salários, entre a colónia e a metrópole⁴¹.

Perante esta conjuntura política, o GPRA e o governo de Paris chegam a acordo a 18 de março de 1962. Das 93 páginas dos Acordos de Évian e dos seus 111 artigos, o primeiro era claro na intenção de estabelecer um cessar-fogo entre as duas partes conflituosas⁴², o que foi proclamado às doze horas do dia seguinte à assinatura dos acordos, sendo que o referendo sobre a autodeterminação seria somente realizado a 1 de julho.

➤ 3 de julho de 1962: o nascimento de uma nova pátria

Após a declaração, de ambas as partes, de que estava em vigor um cessar-fogo, a OAS proclamou que continuaria a luta para travar a venda de um território que segundo os mesmos era legitimamente posse da França e que assim deveria permanecer, numa aceção vincada do saudosismo colonialista que ainda grassava apesar da forte onda de descolonização propagada pelos grandes impérios, nomeadamente o britânico. Os ativistas apoiantes da Argélia francesa iniciaram várias campanhas de luta durante os três meses que decorreram do dia 19 de março até ao referendo de julho, lançando uma campanha terrorista que forçasse a FLN a abandonar o cessar-fogo. Cerca de uma centena de bombas foram lançadas diariamente durante o mês da assinatura dos Acordos de Évian, tendo como principais alvos, escolas e hospitais. Bab-el-Oeud, bairro da capital Argel, foi tomado e dezenas de árabes assassinados naquilo que o historiador francês Benjamin Stora chama de “battle of Bab-el-Oeud”⁴³, dadas as imensas atividades subversivas por parte da OAS. A convicção deste grupo não demonstrava nenhuns limites e a 26 de março os líderes reacionários invocam uma greve geral em plena capital com o objetivo de quebrar os bloqueios militares das forças leais a Paris e à República⁴⁴. De Gaulle deu instruções específicas para que os militares não cedessem a qualquer perturbação, mas um destacamento de atiradores decidiu abrir fogo, matando 46 manifestantes e ferindo cerca de duas centenas. Isto resultou em confrontos entre as tropas francesas e a OAS, envolvendo granadas e lançamentos de morteiros e resultando na morte de um tenente e um subtenente do exército francês.

⁴¹ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 98.

⁴² *Les accords d'Évian du 18 mars 1962* [Em linha], s.d., [Consult. 15 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/algerie-accords_d%27Evian.htm.

⁴³ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 98.

⁴⁴ *Organisation de l'armée secrète*, Wikipedia The Free Encyclopedia [Em linha], 2014, [Consult. 17 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Organisation_de_l'arm%C3%A9e_secr%C3%A8te.

Face a este estado de sítio na capital da colónia, em abril de 1962 vários europeus abandonam as suas terras com destino à metrópole. Apesar da imensa vontade de retaliação, a FLN manteve-se militarmente contida esperando que as detenções de Raoul Salan, Jouhaud e Degueldre, ocorridas em abril, acalmassem a OAS⁴⁵. Perante este falhanço das forças da reação, poucas eram as esperanças que restavam para a manutenção da Argélia como possessão francesa, e os devaneios de alguns dos apoiantes deste grupo de militares dissidentes começavam a desvanecer-se. A juntar a estas perdas, a hemorragia de europeus para a metrópole significava a carência de muitos dos apoios, maioritariamente da parte dos *pied-noirs* que temiam pela sua segurança após a independência, dado que ocupavam posições importantes para a economia e na administração. Era a deserção total.⁴⁶ Perante isto, a 17 de junho de 1962, a OAS aceita um cessar-fogo no qual as autoridades argelinas garantiam a segurança dos europeus. Mas, um atentado no início de julho contra alguns europeus, suportado pela ALN, o braço armado da FLN, resultou na perda de 3000 pessoas⁴⁷. Com isto, a OAS manteve-se ativa mas desta feita num ambiente mais oculto e secreto, até que a morte dos seus líderes perante a justiça ou o cárcere em prisões francesas, pôs um fim definitivo a este movimento em 1963, já após a proclamação da autodeterminação argelina. Recorde-se que a 7 de junho de 1962, Roger Degueldre, Claude Piegts e Albert Dovecar foram executados por um pelotão de fuzilamento e Petit-Clamart sê-lo-ia a 11 de março de 1963. Outros líderes do movimento seriam amnistiados pelo ato de julho de 1968⁴⁸.

Apesar da resoluta inatividade da FLN, precedente à declaração de cessar-fogo de 17 de junho por parte da OAS, o processo de independência ainda não estava terminado. Após a trégua bilateral das hostilidades bélicas entre Paris e a FLN, os 5 líderes argelinos detidos em França foram imediatamente libertados, juntando-se a Houari Boumédiène e à ALN na fronteira tunisina, não viajando para Argel. Nesse 19 de março, e apesar das declarações para pararem as atividades conflituosas, era óbvio para os militares de que o cessar-fogo não significava a paz, e que mesmo que esta fosse alcançada isso não era sinónimo de independência⁴⁹.

⁴⁵ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 100.

⁴⁶ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 30 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

⁴⁷ *Organisation de l'armée secrète*, Wikipedia The Free Encyclopedia [Em linha], 2014, [Consult. 17 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://en.wikipedia.org/wiki/Organisation_de_l'arm%C3%A9e_secr%C3%A8te.

⁴⁸ *Idem, Ibidem*.

⁴⁹ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 31 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

Como tinha sido negociado aquando dos Acordos de Évian, o referendo que decidiria a independência seria realizado em 1 de julho de 1962. Nesse domingo e perante a questão:

“Approuvez-vous le projet de loi soumis au peuple français par le président de la République et concernant les accords à établir et les mesures à prendre au sujet de l’Algérie sur la base de déclarations gouvernementales du 19 mars 1962?”⁵⁰

cerca de 6 milhões de votantes responderam afirmativamente, o que representava cerca de 91.23% dos eleitores registados, tendo apenas 16,534 rejeitado a proposta referendada⁵¹. Dois dias depois da realização da votação, numa cerimónia num complexo administrativo perto de Argel, Charles De Gaulle anunciava ao mundo o reconhecimento oficial da Argélia como país independente numa carta entregue a Abderrahmane Farès, presidente do corpo executivo provisório pós-Évian⁵² do qual faziam parte três cidadãos europeus como imposto pelo governo francês⁵³.

A guerra da Argélia tinha chegado ao fim, assim como o império francês no norte de África, com a tão ambicionada autodeterminação argelina. Mas, e após a conquista do principal objetivo dos rebeldes da FLN, a paz estava muito longe da nova nação. Apesar da união criada em volta do movimento independentista, os principais líderes sabiam que outra batalha seguir-se-ia ao processo de independência, e essa era o assalto ao poder. Após a proclamação de 3 de julho de 1962, a união por uma causa maior terminou e começou a corrida pela autoridade e pela obtenção do domínio dos destinos do país. Apesar da entrada do GPRA em Argel, a 3 de julho, com o estatuto de negociante legítimo dos Acordos de Évian e órgão internacionalmente reconhecido, as discordâncias não demoraram a fazer-se sentir e a efetivar os seus propósitos “revolucionários” e legitimadores da corrida pelo futuro da nação.

⁵⁰ *Référendum sur les accords d’Évian*, Wikipedia The Free Encyclopedia [Em linha], 2 de abril 2014, [Consult. 15 de julho 2014], Disponível na WWW em: <URL:

http://fr.wikipedia.org/wiki/R%C3%A9f%C3%A9rendum_sur_les_accords_d%27%C3%89vian.

⁵¹ *Idem, Ibidem*.

⁵² *Idem, Ibidem*.

⁵³ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 173.

O Triénio de Ben Bella (1962-1965) – as crispações e o golpe de Estado

Após a longa guerra travada contra o imperialismo francês ter gerado uma “união” entre todos os militantes da FLN, o relativismo desta coesão fez-se revelar da pior forma possível, com a criação de fortes oposições, principalmente entre alguns dos líderes mais emblemáticos de toda a luta anticolonialista. Isto era o resultado direto das ambições de controlo sobre o novo Estado, cada uma representando diferentes fações. Ilustração desta desunião foi a relação entre Ben Bella e Benkhedda, o expectável comandante do primeiro governo argelino independente e o ainda presidente do GPRA, respetivamente. Sempre com um grande cuidado no processo de evitar o surgimento de uma guerra civil entre as fações que se revelavam, o que prolongaria o confronto mas de um ponto de vista interno, os líderes da FLN debatiam-se com problemas de organização governamental devido à completa oposição por parte de Ben Bella, que rejeitava os Acordos de Évian, pois entendia-os como um acordo do GPRA com os colonos franceses. Rejeitava também a imposição de uma liderança coletiva, assim como o oportunismo do GPRA, que desejava uma verdadeira revolução como Ben Bella, na qual o colono iria sempre ser visto como tal e o corte com o passado teria que ser radical, mas essa revolução teria de ser concretizada de uma forma cautelosa e não abruptamente. Segundo Bella, os territórios dos colonizadores teriam que ser tomados pelos argelinos, pois o colono era o inimigo, algo que não seria possível com o brando GPRA⁵⁴.

A perda de controlo no processo de transição deveu-se ao fracionamento do poder e à diferenciação de gerações dentro do território da Argélia. Este fracionamento derivava da inexistência de um líder único no movimento nacionalista argelino. Na década de 1920, Messali Hadj havia criado o Parti du Peuple Algérienne e pouco depois Ferhat Abbas organiza a Union Populaire Algérienne que pretendia a integração da Argélia na França mas com igualdade de direitos. Com o nascimento da FLN, em 1954, esses pequenos partidos foram banidos e recuperados sob um nome comum, sendo que os seus líderes debatiam-se pela liderança da nova organização. Em Soummam, no congresso de 1956, nasce o CNRA, primeiramente com 34 membros e mais tarde ascende a 72, descritos como o corpo supremo da FLN⁵⁵.

A descentralização na liderança do movimento nacionalista argelino verificava-se também na multiplicidade dos polos do poder. Os centros de autoridade dividiam-se: seis *wilayas*, as forças do Estado-Maior da ALN, o GPRA, a Federação francesa da FLN e os líderes históricos.

⁵⁴ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 1 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

⁵⁵ FEARON, James e LAITIN, David, *Algeria* [Em linha], Stanford University, [Consult. 20 de julho 2014], pp. 7-8, Disponível na WWW em: <URL: <http://web.stanford.edu/group/ethnic/Random%20Narratives/AlgeriaRN2.4.pdf>.

Geracionalmente havia os primeiros nacionalistas argelinos que tinham um caráter moderado e pretendiam agir dentro da legitimidade do regime parlamentar francês. Depois surgem os radicais políticos que têm a sua primeira experiência com o GPRA. Ainda inseridos neste conflito geracional encontramos os revolucionários, que rejeitavam o processo político de 1954 e assumiam papéis militares com a revolução; os militares, que se dividiam entre os membros da ALN e os que lutavam na guerrilha no interior da Argélia (*maquisards*); os intelectuais, que pertenciam à elite alfabetizada e que foram inseridos nas posições burocráticas do Estado⁵⁶. Estes cinco grupos, sem nenhuma conexão social, lutaram entre si na pós-independência argelina pelo poder.

As rejeições das partes em ceder perante algumas das reivindicações dos seus opositores políticos levaram à criação de dois grupos majoritários. Estes confrontar-se-iam pelo poder argelino, sem concretizar esses embates a nível bélico, deitando por terra toda aquela retórica dos momentos anteriores à independência, quando as liberdades e a democracia se elevavam acima de todos os interesses pessoais ocultos.

➤ O programa de Trípoli

A chegada do GPRA a Argel dá-se a 3 de julho de 1962. Sob a liderança de Benkhedda, a entrada triunfante foi ovacionada por uma imensidão de argelinos gratos pela independência e pelo momento em que tomavam nas mãos o seu próprio destino. Crianças com boinas militares e adultos com bandeiras clamavam “vivas” à Argélia autónoma, numa época em que se poderia descrever a nação como uma feira popular gigante⁵⁷, onde a exaltação obnubilava a disputa que emergia.

A presença de novas personagens no panorama independentista e a ausência dos líderes da revolução, como Mohamed Khider e Ahmed Ben Bella, acoplou ao êxtase pela independência a dúvida quanto ao futuro. Tal era a ansiedade, que no seu discurso ao povo, o ainda líder do GPRA Benkhedda, fez questão de sublinhar que as gentes iriam constituir a defesa mais sólida contra a ditadura militar com que alguns sonhavam, assim como contra o poder pessoal, a ambição, os aventureiros, os demagogos e os fascistas de todas as estirpes⁵⁸, num claro ataque contra Ben Bella mas acima de tudo contra o imenso poderio militarista sob a liderança de Houari Boumédiène, o chefe do exército instalado na fronteira tunisina.

⁵⁶ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁵⁷ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 122.

⁵⁸ Idem, *Ibidem*.

As três tendências dentro da FLN caracterizavam-se no mesmo número de atores político-militares: o EMG, o GPRA e a liderança de Ben Bella. O EMG não queria o reconhecimento do GPRA nem do CNRA, o primeiro porque pretendia reduzir o poderio militar do Estado-maior e o conselho revolucionário porque já não fazia sentido a sua existência. Já o GPRA dirigia-se em grande parte às *wilayas*, entendendo-as como peças fundamentais para a consolidação do seu poder, tendo inclusive sugerido a criação de um comité *Interwilayas* que nunca se chegou a concretizar. A liderança de Ben Bella, a última cabeça desta tríade do poder, pretendia a consolidação em seu redor de todas as forças políticas recusando primariamente o derrube do GPRA através de um golpe militar, e apresentou um plano político com base no islamismo, no arabismo e na reforma agrária, considerando que o exército de Boumédiène teria que prevalecer como salvaguarda da revolução⁵⁹.

Perante a paralisação no processo de entendimento para um futuro governo, e com o consenso entre os membros do GPRA, o CNRA convocou uma reunião entre 27 de maio e 7 de junho de 1962⁶⁰, a realizar-se na cidade de Trípoli, território neutro, para a tentativa de obtenção de acordos entre as partes. Desta reunião, e apesar do fracasso total no que a desígnios de ação diz respeito, resultou um novo propósito para a nova FLN, não aquela que combatia pela independência mas uma que procurava não se desagregar e fazer o país cair num novo confronto civil. O Programa de Trípoli derivou na intenção de instauração de um regime de carácter socialista. A ampla utilização de logomaquia marxista demonstra-nos essa intenção e denuncia as políticas de feudalismo, as chefias e as clientelas partidárias⁶¹. Segundo este novo programa, a Revolução Democrática Popular deveria ser liderada pelo campesinato, os trabalhadores e pelos intelectuais revolucionários, sendo que seria objetivado às custas do feudalismo e da classe média argelina, à qual a ideologia preparou a instalação do neocolonialismo. A Argélia teria que se tornar uma democracia popular fundada no coletivismo e orientada para a luta contra o imperialismo⁶².

Trípoli serviu também para fixar outros pontos centrais na discussão, tais como a aceitação e o cumprimento dos Acordos de Évian, apesar de Ben Bella não ser a favor dos mesmos⁶³, e a análise do estado moral dos franceses residentes na Argélia que se encontravam em fuga do país devido à insegurança de que eram alvo. No aspeto económico, era o Estado argelino quem deveria assumir a luta contra a liberalização da economia, fundamentando a revolução e a planificação económica na

⁵⁹ Cf. GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 174.

⁶⁰ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 124.

⁶¹ *Idem, Ibidem*.

⁶² Cf. AGERON, Charles-Robert, *Modern Algeria: A History from 1830 to the Present*, London, Hurst & Company, 1991, p. 129 e Cf. STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 125.

⁶³ FEARON, James e LAITIN, David, *ob. cit.*, p. 3.

revolução agrária de caráter coletivista, no desenvolvimento das infraestruturas, na nacionalização dos recursos mineiros e energéticos e na industrialização com a necessária abertura a capitais estrangeiros. A política de cooperação com a França, prevista e acordada em Évian, condicionou algumas das reformas pretendidas pelo governo de Ben Bella, nomeadamente a garantia por parte da Argélia da manutenção dos interesses dos franceses residentes em território argelino e do Estado francês.

O Programa de Trípoli focava-se no cumprimento das principais aspirações sociais das massas: a alfabetização, o progresso da cultura nacional, melhorias na habitação e na saúde pública, a liberalização do papel da mulher na sociedade e das suas obrigações tradicionais. No que concerne à política externa, a luta contra o imperialismo e o colonialismo, principalmente no mundo árabe e por toda a África, eram o centro da questão e a principal preocupação demonstrada pelos líderes argelinos, principalmente por Ahmed Ben Bella, para com outros que se encontravam na situação de subordinados. No aspeto político, a neutralidade, característica de um país aderente ao movimento dos não-alinhados, era também pretendida⁶⁴, apesar de não ter sido exímia e acutilantemente cumprida.

Mas, a par da pretensão da implementação do socialismo, um dos pontos mais importantes deste Programa de Trípoli era a necessidade da existência de um regime monopartidário, ou seja, seria o FLN⁶⁵ que decidiria o rumo dos acontecimentos no novo país⁶⁶. Esta imposição, ainda que perante o consenso geral, era o deflagrar da crise do verão de 1962, pois todos os membros sabiam que logo que aceitassem este unipartidarismo as restantes organizações partidárias seriam postas de parte, eliminando demais oposições para a subida ao poder. Assim sendo, restava apenas jogar com as fações internas do FLN, o que facilitava amplamente a situação, dado que quem conquistasse o apoio de Boumédiène e consequentemente do EMG, tinha praticamente assegurado o poder.

➤ Ben Bella e Boumédiène: a aliança pelo poder

Apesar de elaborada e aprovada a matriz ideológica do FLN, esta reunião não resolveu as diferenças entre as diversas fações candidatas ao poder.

Quando algumas das principais cartas individuais foram jogadas, como a intenção de Ben Bella se candidatar ao cargo de chefe de governo, o GPRA recusou perentoriamente, o que causou a

⁶⁴ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 178.

⁶⁵ De salientar que somente a partir deste momento é que o FLN se constitui como um partido, sendo por isso referido no masculino. Anteriormente era apenas uma organização ou movimento de caráter independentista.

⁶⁶ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 1 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

saída deste da mesa de negociações dirigindo-se à capital do Egito para tentar conseguir o apoio de Gamal Abdel Nasser. Esta jogada foi bastante inteligente por parte deste líder da Revolução argelina, uma vez que Nasser desconfiava das ligações entre Krim Belkacem, dirigente da facção que se opunha a Bella, e o presidente Bourguiba da Tunísia que por sua vez não confiava em Ben Bella.

Dadas todas estas tensões e oposições a nível partidário e até a nível regional, nomeadamente a tensão entre algumas das nações do Norte de África, o GPRA decide destituir o EMG, assim como o coronel Boumédiène, devido a atividades criminosas contra o governo provisório. Mas, a verdadeira razão era o imenso poder que este vinha adquirindo como chefe de todo o exército de fronteira presente em Marrocos e na Tunísia e que representava o grosso das forças de combate do novo país africano. O chefe da ALN achou que o governo provisório não tinha legitimidade para assumir a liderança da Argélia pois, por esta altura, ainda não mostrava apoio a nenhuma das facções presentes dentro do FLN, nomeadamente a de Ben Bella e a de Krim Belkacem dado que Boumédiène tinha intenções particulares, especificamente a independência económica e a nacionalização de todos os bens que estavam a ser explorados pelos franceses, como o petróleo e o gás.

Perante o descontentamento do EMG, de imediato declarou esta decisão como inválida, pois somente o CNRA poderia efetuar esta destituição uma vez que tinha sido ele a instituí-la, e também porque a decisão do GPRA só podia ser tomada se todos os seus membros estivessem presentes, o que não aconteceu com o abandono de alguns membros na reunião de Trípoli⁶⁷. Ahmed Ben Bella declarou igualmente a rejeição desta destituição, anunciando uma aliança com o coronel Houari Boumédiène e o seu *staff* militar⁶⁸.

Dois meses após a cimeira de Trípoli, Ben Bella regressa à Argélia, mais propriamente para a cidade de Tlemcen, devido à presença de vários movimentos políticos no país, nomeadamente com base nas várias *wilayas* (após a independência, regressou-se ao modelo de 15 províncias administrativas, baseado nos quinze departamentos da época colonial). A 22 de julho de 1962, Ahmed Ben Bella decidiu criar um *Bureau Politique* (BP) com o objetivo de assumir os destinos governativos da Argélia. Com o surpreendente apoio de Ferhat Abbas, o criador do BP de Tlemcen concentrou-se fundamentalmente na diabolização da liderança do GPRA apresentando os membros do seu BP como os legítimos detentores da revolução⁶⁹.

⁶⁷ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 180.

⁶⁸ AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 129 e STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 125.

⁶⁹ Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 2 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

Reconhecendo apenas o CNRA como órgão legítimo e supremo da revolução, o BP de Tlemcen decidiu assumir as responsabilidades nacionais de legalidade das instituições nacionais argelinas, constituindo-se como um contrapoder face ao governo provisório. Com o apoio do exército da fronteira e da *wilaya* V de Orão, ficava claro que a situação estava a seu favor. De menor capacidade militar, também a *wilaya* I (Aurès) e a *wilaya* VI (Saara) se aliaram a Ben Bella.

Como resposta à constituição deste gabinete político, os adversários de Ben Bella decidem fazer frente ao grupo de Tlemcen e instalam-se em Tizi-Ouzou, na província da Cabília. Após ter perdido o suporte militar da ALN, a *wilaya* III foi a aliança mais forte que Benkhedda conseguiu para o grupo de Tizi-Ouzou, um grupo constituído por berberes (líderes próximos dos franceses). A *wilaya* IV (Argel), sob o controlo do coronel Youssef Khatib, e a *wilaya* II (Constantina), comandada pelo coronel Saout al-Arab, apoiaram igualmente o grupo de Benkhedda⁷⁰, agora encabeçado por Abderrahmane Farès. Liderados por Mohamed Boudiaf, Krim Belkacem, Aït Ahmed e o coronel El Hadj, um terceiro grupo formava-se naquele que era o triângulo do poder argelino: Argel, Tlemcen e Tizi-Ouzou⁷¹.

A 25 de julho, a capital este da Argélia, Constantina, é alvo de ataques por parte do grupo de Tlemcen dos quais resultam 25 mortos e 30 feridos, numa demonstração de que estes se iriam impor como parte de uma força militarizada. Com a lacuna de um governo central devido à forte fragmentação por todo o país de líderes políticos, a completa desagregação do poder e as sucessivas tentativas de golpes de Estado existentes em Argel⁷², decide-se a iniciação de um processo de negociações e, a 2 de agosto, é alcançado um compromisso sobre a composição de um BP, liderado pelos elementos do grupo de Tlemcen. Este acordo significou a morte do GPRA⁷³ e uma vitória para Ben Bella, que seria o aparente líder de um governo subordinado ao EMG.

A fragilidade do governo provisório perante um corpo de 36.000 homens armados e organizados tornou-se evidente nesse verão de 1962. Somente após o acordo para a constituição do *Bureau politique* é que o coronel Boumédiène decide atravessar as fronteiras do seu país, deparando-se com a oposição de algumas *wilayas* que resolveram prosseguir o combate, tendo este cessado definitivamente apenas a 7 de setembro⁷⁴. Apesar disto, dois dias após as negociações sobre a

⁷⁰ FEARON, James e LAITIN, David, *ob. cit.*, p. 4.

⁷¹ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 180.

⁷² Cf. BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 2 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

⁷³ AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 131.

⁷⁴ *Idem, Ibidem*.

composição do novo BP, este comité político instalou-se em Argel e Ben Bella anunciou o fim da crise. Com o cessar-fogo entre a ALN e algumas *wilayas* (III e IV), e a consequente desmilitarização da cidade sob o controlo do gabinete político, as tropas de Boumédiène puderam fazer a sua entrada na capital no nono dia do nono mês do calendário gregoriano⁷⁵. Findavam de vez as quezílias bélicas para se dar continuidade a rixas de outro carácter.

A vitória do BP de Ben Bella só foi possível graças às tropas do Estado-Maior, algo que ficará comprovado em 1965 com o golpe de Estado, abordado mais à frente. A crise do verão de 1962 identifica-se como uma política palaciana que extravasou para a as populações urbanas, enquanto as tropas de um dos lados contestatários do poder se recusou a depor as armas quando o seu líder tentou alcançar a paz. A lacuna no controlo das suas forças, por parte de Benkhedda, fez com que cerca de 2,000 argelinos perdessem as suas vidas⁷⁶.

Após a acalmia que se seguiu à crise do verão de 1962, a repartição do poder no interior do FLN sofreu transformações radicais respondendo a duas posições fortemente firmadas. A de Boumédiène, que via que a sua aliança com Ben Bella não o fortalecia politicamente, considerando apenas como revolucionários os membros pertencentes ao EMG desde 1960. Do outro lado encontrava-se Ahmed Ben Bella, Mohamed Khider e Rabah Bitat que se inclinavam para uma política de moderação, receando uma nova fragmentação nacional⁷⁷, indo contra a anunciada revolução completa face ao sistema conciliador e brando do GPRA.

Mas, para o poder se consolidar de vez, ter-se-iam que realizar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que tinha como principais tarefas a designação de um governo, o desenvolvimento da ação legislativa e a elaboração de uma constituição. Apesar de todos os confrontos e acusações, o BP admitiu a presença nas listas candidatas de alguns opositores, como Belkacem, Boudiaf e Aït Ahmed. Após a eleição e ratificação dos 194 deputados que constituíam a Assembleia Nacional, entre os quais quinze de origem europeia, esta reuniu-se pela primeira vez a 25 de setembro de 1962, onde o presidente da ANC, Ferhat Abbas, declarou o nascimento da República Democrática e Popular da Argélia⁷⁸.

Com 159 votos a favor e apenas um contra, o primeiro governo presidido por Ben Bella foi investido 3 dias após o nascimento da República. O corpo ministerial era claramente uma prova da fragmentação do poder e da necessidade das cedências com vista à consolidação, dado que integrava

⁷⁵ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, pp. 181-183 e STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 128.

⁷⁶ FEARON, James e LAITIN, David, *ob. cit.*, p. 14.

⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 195.

⁷⁸ Cf. AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 131.

várias fações, nomeadamente: Boumédiène como ministro da Defesa e Bouteflika como responsável pelo Desporto, Juventude e Turismo (ambos do EMG); propostos por Ben Bella foram o ministro dos Negócios Estrangeiros Khemisti e Bachir Boumaza para a pasta do Trabalho e Assuntos Sociais; o coronel Zbiri, chefe da *wilaya* I, apoiou Khelifa que ficou encarregue pelo ministério da Indústria e da energia; a *wilaya* VI, na pessoa do coronel Chaabani, apoiou o ministro do comércio Khozbi; Mohamed Khider e Rabah Bitat propuseram Bentoumi para a Justiça e Hamou para a Informação; o BP de Tlemcen ficou com a presidência do conselho de ministros, na pessoa de Ahmed Ben Bella e a vice-presidência foi para Bitat⁷⁹.

Fica claro que o primeiro governo de Ben Bella foi tudo menos coeso e compacto devido às enormes cedências que tiveram que ser efetuadas para que um consenso fosse alcançado entre as várias fontes detentoras de poder. Acima de tudo, a aliança efetuada com Boumédiène, de um pragmatismo e um oportunismo claro, permitiram que fosse o BP de Tlemcen a comandar as negociações e a impor uma posição vencedora, sendo que sem o forte apoio do EMG nada disto seria possível. A sombra do exército estará sempre presente nos 3 anos de governação de Ben Bella, permitindo-lhe a ascensão ao poder mas colocando-lhe um ponto final após um triénio de tensões.

Para o presidente do conselho de ministros e demais líderes políticos era indispensável que a ALN fosse submissa ao poder político, pois apesar de confiar plenamente no corpo militar, os seus efetivos teriam de ser reduzidos devido ao temor de que um exército politizado, na pessoa do seu líder Houari Boumédiène, pudesse intentar contra a construção do Estado em curso.

➤ A reformulação do exército

Após o final da GLN e da crise do verão de 1962, uma das principais preocupações para o presidente do conselho de ministros argelino foi a necessidade urgente de estabelecer a ordem e a segurança sobre as zonas rurais onde os efeitos do “wilayismo” se fazia sentir. Para isso, era necessária a criação de um exército compacto, que englobasse tanto as forças presentes nas fronteiras tunisina e marroquina durante a GLN, como certos movimentos de guerrilha que haviam combatido os franceses desde o interior do território argelino e que agora deveriam ser desativados e inseridos no corpo militar. Ben Bella sabia que alguns dos seus principais opositores poderiam vir do antigo maqui, obrigando a uma urgente modernização e profissionalização do exército, que sob o comando de

⁷⁹ Cf. GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 196.

Boumédiène, deveria constituir um instrumento de controlo político e de repressão dessa oposição indesejada⁸⁰.

Devido à variada composição sociológica da ALN, com a presença de militares maioritariamente originários do campesinato e outros da pequena burguesia, assim como o seu recrutamento de carácter particularmente regional, a primeira atitude a tomar foi a desmobilização de 130.000 homens da antiga ALN, deixando apenas 60.000 soldados para formar um exército profissional⁸¹. Aqueles que haviam sido desmobilizados seriam encaminhados para postos na vida administrativa e pública do país que, com a estrutura socioeconómica colonial não tinha conseguido formar uma burguesia indígena, sendo a maior parte dos argelinos camponeses. Obviamente a debandada dos altos quadros europeus para fora do país, com medo das represálias que poderiam sofrer por serem *pied-noirs*, era sempre um motivo de desconfiança, pois tal como Ben Bella grande parte da população argelina entendia os europeus, ainda que nativos, como colonizadores e o inimigo a ser rechaçado, sendo esse outro dos motivos para esta realocação de ex-membros da ALN, dado que nesse momento a administração pública ficava carecida dos seus quadros e altos responsáveis, a maior parte deles europeus ou seus descendentes com um nível de educação muito superior ao do comum argelino. Com a desmobilização deste número de homens, uma parte considerável do maquis possivelmente perturbador e dissuasor era praticamente eliminado e a reconversão das estruturas militares da ALN conduziram à unidade, organização e oficialização de um novo órgão marcial, o Exército Nacional Popular (ANP), que deixava uma imagem mais concentrada e centralizada do novo povo emergente no Norte de África.

Apesar do processo de construção do ANP se ter iniciado logo em 1963, como uma das tarefas principais do governo argelino, não só com a finalidade de consolidação do poder mas como um instrumento que impedisse possíveis intentos por parte da oposição, somente em março de 1964 é que são tomadas medidas fundamentais para que a estruturação deste exército se oficialize com a criação de um estado-maior; a divisão do território em regiões militares; a criação de um tribunal marcial⁸²; a redução das milícias de guerrilha da GLN⁸³. Como seria de esperar, nomeadamente num desígnio de equilíbrio do poder e de consolidação de alianças, Ben Bella incumbiu Boumédiène de ser o responsável pelo Estado-Maior, encarregue de organizar os planos de ação do ANP, elaborar os planos

⁸⁰ *Idem, Ibidem*, p. 200.

⁸¹ *Idem, Ibidem*, p. 201.

⁸² *Idem, Ibidem*, p. 202.

⁸³ CONCEIÇÃO, Marcus Vinícius Costa da, *A Auto-Organização dos Trabalhadores no Processo de Independência Argelino: a visão da Internacional Situacionista* [Em linha], Niterói: Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo da UNIOESTE, 2011, [Consult. 1 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.uff.br/niepmarxmarxismo/MManteriores/MM2011/TrabalhosPDF/AMC324F.pdf>>.

de estudo do armamento e do equipamento necessário, as regras de recrutamento e a ascensão nas diferentes categorias militares. A nomeação do coronel líder da ALN era a única viável, pois o peso de Boumédiène demonstrava-se a cada dia que passava, porque o exército se revelava muito mais fiel ao seu coronel do que à própria instituição governativa argelina.

Houari Boumédiène atingiria o cargo de vice-primeiro ministro em 17 de maio de 1963, após o assassinato do ministro dos negócios estrangeiros Khemisti e da resignação de Khider do posto de secretário-geral do FLN, menos de um ano depois da independência, impondo-se assim o exército como um peso cada vez maior na balança negocial do poder. Passadas estas mudanças na estrutura administrativa, Aït Ahmed declara-se capaz de liderar uma oposição política a Ben Bella constituindo a Front des Forces Socialistes (FFS). Seguidamente, Ferhat Abbas resigna ao cargo de Presidente da Assembleia Constitucional e demonstra-se desagradado com o plano constitucional seguido pelo FLN, que havia subordinado os sindicatos e reduzido o papel dos deputados. Urgia a necessidade de um projeto constitucional credível para a nova República que impusesse à Assembleia o controlo do governo. Votada em 8 de Setembro de 1963, através de um referendo, a Constituição da República Argelina tinha um caráter presidencial, autoritário e um estilo revolucionário, tendo sido aprovada por 5,166,185 votos a favor e 105,047 contra⁸⁴.

Ahmed Ben Bella era assim eleito como o primeiro Presidente da República da Argélia independente.

Nos pressupostos de defesa nacional, o ANP foi tremendamente potenciado, inclusive nos investimentos feitos nos anos posteriores à GLN. O claro propósito desta potenciação não só limitava à normal atividade defensiva de um corpo militar, mas principalmente à intenção de defesa de um governo que se queria sem oposição para pôr em marcha as suas políticas de união do país, de reconstrução social e económica do mesmo, segundo um modelo de socialismo próprio que definiria devido às fortes lacunas que constituíam este projeto. Apesar de ser o Presidente da República Argelina, Ben Bella sabia bem que teria de manter Boumédiène o mais próximo de si possível, uma vez que o poderio militar concentrava-se nas mãos de um só homem, o coronel do ANP. O poderio do exército confirmava-se no peso que tinha no orçamento público, consumindo cerca de 10% do mesmo.

⁸⁴ Cf. AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 132 e STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 133.

➤ O socialismo argelino: o processo de autogestão

Inspirada no nacionalismo árabe pregado por Gamal Abdel Nasser, presidente do Egito, a revolução argelina rejeitou oficialmente as ideologias leninistas e marxistas, apesar da escolha de certas idiossincrasias comunistas durante o processo revolucionário. Optou pela declaração de vontade de implementar um socialismo, uma reforma agrária e acima de tudo a “argelinização” da sociedade, nomeadamente através da prevalência do islamismo sobre as restantes formas de religião e a implementação do arabismo na educação. A posição do islão no texto constitucional surgia de formas diferentes, sendo que no preâmbulo era visto como um dado cultural definidor de identidade, enquanto no artigo nº 4 surgia como a religião de Estado, ainda que estivessem garantidas as liberdades de culto e de opinião religiosa⁸⁵.

A GLN e o processo revolucionário argelino levaram à fuga de muitos *pied-noirs* e estrangeiros do território da Argélia. Segundo alguns dados, ainda que nenhum deles reflita estatísticas exatas, cerca de 80% dos europeus, praticamente a plenitude da classe média do país, fugiu do território em 1962, na época da assinatura e entrada em vigor dos Acordos de Évian, abandonando quintas, lojas e indústrias, que ficaram assim carentes de proprietários e gerentes especializados⁸⁶.

Esse vazio no setor produtivo, com os bens abandonados declarados como “vagos”, conduziu à ocupação das fábricas e dos campos pelos funcionários das mesmas, que mesmo sem a presença dos respetivos proprietários, continuaram a produção com o intuito de não perderem o emprego e para reativarem o fabrico. Em termos de percentagem, as empresas autogeridas representaram cerca de 30% na agricultura, 10% na indústria e na construção civil⁸⁷.

Perante estas lacunas administrativas e de mão-de-obra especializada, Ben Bella decide decretar a organização e gestão das indústrias e das operações agrícolas deixadas pelos europeus, algo que ainda antes de ser promulgado já estava inscrito na identidade da revolução argelina, tendo a partir de então carácter oficial. Em janeiro de 1963, afirma que as tentações que têm surgido por parte dos trabalhadores de controlarem os respetivos setores terão de ser refreadas, para não surgir uma nova categorização na sociedade, com o privilégio de uma classe sobre as outras. Algumas das propriedades deixadas sem ocupação seriam geridas e trabalhadas por comités compostos por antigos trabalhadores agrícolas⁸⁸, criando assim uma espécie de administração denominada Assembleia-Geral dos

⁸⁵ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 207.

⁸⁶ WATERS, Mary-Alice, *Lessons of the Algerian Revolution*, The Militant [Em linha], Vol. 65, Nº 23, 11 de junho 2011, [Consult. 3 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.themilitant.com/2001/6523/652350.html>.

⁸⁷ BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain, *A Autogestão*, Lisboa, Dom Quixote, 1976, p. 208

⁸⁸ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 133.

trabalhadores, com conhecimento de causa dos problemas dos mesmos, mas que permitia a estabilização de poderes. No setor industrial, a mesma apropriação espontânea ocorreu e resultou na formação de comités de fábrica⁸⁹. De imediato os setores capitalista e socialista da sociedade argelina iniciaram as suas movimentações e a luta tornou-se mais brusca entre as duas partes no que diz respeito à questão da extensão de reformas ao setor agrícola, nomeadamente na ampliação destas aos grandes proprietários argelinos. Segundo dados, apenas ¼ das terras agrícolas da Argélia se encontrava incluída no processo de autogestão. Do restante, metade estaria dividida em pequenas partes sustentada pelos camponeses que as trabalhavam enquanto o resto consistia em grandes quintas de várias centenas de acres na posse de argelinos⁹⁰. Face a isto, e para findar com estas quezílias, Ben Bella anuncia a 1 de Outubro de 1963, que todas as terras agrícolas pertencentes a europeus serão nacionalizadas⁹¹, ainda que a implementação deste decreto nunca tenha sido totalmente concretizada.

Esta ascensão do socialismo e do sistema de autogestão como ideologia dominante na recém-criada República da Argélia concretizou-se através da reorganização do sector agrícola da propriedade, no seguimento do pensamento de “a terra a quem a trabalha”, assim como do setor industrial e comercial. As assembleias gerais eram formadas pelo conjunto dos trabalhadores que constituíam um comité organizativo supremo, sendo que o Estado continuava como o detentor do negócio e detentor da custódia do poder. O governo nomeava um diretor com o direito de veto de qualquer decisão da organização colegial, que fosse de encontro aos objetivos do plano central da economia nacional ou contra os planos do governo⁹². Este diretor proveniente do poder central administrava a tesouraria, assinava as ordens de pagamento e era o representante do Estado nas empresas⁹³.

A introdução do socialismo de uma forma apressada, num país parco e carente em quadros administrativos e pessoal técnico, conduziu a dificuldades financeiras e económicas. A absorção de muito do crédito disponível por parte do processo de autogestão rural e as grandes perdas operacionais, levaram a produção agrícola a permanecer estática enquanto o número de consumidores aumentava⁹⁴. O sector da indústria sob autogestão considerava apenas uma pequena parcela da produção total, e controlava cerca de 4% da indústria primária. Noventa por cento dos trabalhadores industriais estavam empregados em empresas privadas, sendo que muitas das existentes tinham encerrado em 1962 e

⁸⁹ WATERS, Mary-Alice, *Lessons of the Algerian Revolution*, The Militant [Em linha], Vol. 65, Nº 23, 11 de junho 2011, [Consult. 3 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.themilitant.com/2001/6523/652350.html>.

⁹⁰ *Idem, Ibidem*.

⁹¹ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 133.

⁹² *Idem, Ibidem*, p. 134.

⁹³ BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain, p. 212

⁹⁴ AGERON, Charles-Robert, *ob. Cit.*, p. 134.

nunca reabriram devido à falta de pessoal treinado e habilitado. A juntar a isto, a Argélia possuía cerca de um milhão de desempregados.⁹⁵

Com este enorme problema para resolver, Ben Bella, em vez de inspirar os camponeses a estenderem e reforçarem a revolução, decide reforçar o seu poder pessoal com acordos de liderança governamental nos seus círculos mais próximos, o que fez com que as forças neocolonialistas ganhassem algum poder. A classe industrial sentia-se ameaçada e isso demonstrava-se através do banditismo e de esporádicas demonstrações de desagrado pela população urbana.

Não só no setor económico este projeto de socialismo teve os seus efeitos. Na cultura, a adoção do estilo socialista fez-se notar, principalmente na intenção de “re-arabizar” um país que havia sido completamente despersonalizado e descaracterizado pelo colonialismo⁹⁶. Sem esta arabização, o projeto final de edificação do socialismo seria impossível e o efeito maior sentiu-se no campo da educação onde o bilinguismo (Francês e Árabe) era uma realidade, mas que a Argélia considerava como circunstancial. Apesar da forte vontade de imposição linguística, o francês continuou a ser uma realidade e, paradoxalmente, a independência aumentou o número de falantes francófonos⁹⁷.

Ainda assim, a intenção de educar todo um povo manteve-se. Com o número de iletrados a atingir um valor altíssimo, rondando os 78% após a independência, a escola foi instituída como um direito gratuito para todas as raparigas e rapazes, independentemente do seu estatuto social. Esta medida, segundo o ministro da Economia e do Trabalho Bachir Boumaza, foi bastante generosa e, acima de tudo, tomada de forma imprudente, pois o país encontrava-se numa situação muito precária que não tinha meios para suportar tamanhas alterações. Aquando da independência, cerca de 1,000 professores primários dos 1,700 existentes na Argélia, foram chamados para organizar as novas administrações. Perante esta falta de mão-de-obra, vários quadros do ensino francês emigraram para a antiga colónia, com a finalidade de incentivar o desenvolvimento educacional, tendo em cerca de 30 anos alcançado o número de 11,000 profissionais franceses residentes e a ensinar na Argélia. O processo de cooperação conduziu a números extraordinários no que à instrução diz respeito, pois em 1961 cerca de 15% das crianças argelinas eram alfabetizadas e em 1970 esse número cresceu exponencialmente para a casa de 1,7 milhões de crianças instruídas⁹⁸, o que demonstra o enorme investimento feito pelo Estado argelino, ainda que sob o auxílio da França.

⁹⁵ WATERS, Mary-Alice, *ob. cit.*, [Consult. 4 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.themilitant.com/2001/6523/652350.html>.

⁹⁶ AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 135.

⁹⁷ *Idem, Ibidem*, p. 136.

⁹⁸ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 162.

Como se pode perceber, o processo de autogestão intentado por Ben Bella não produziu efeitos imediatos, em grande parte devido à emigração dos quadros especializados do país aquando da independência. A ajuda externa teria que passar de uma simples possibilidade para o campo da realidade, e foi o que aconteceu não só com a cooperação a nível educacional com a França, mas também com ajudas económicas pagas com a cedência daquele que era a maior riqueza da nação magrebina, o petróleo e o gás. Para muitos isto representava a ascensão do neocolonialismo, novo epicentro de turbulência num governo argelino claramente fragmentado.

A política de cooperação com a França foi aceite por Ben Bella logo em finais de 1962, como acordado em Évian. A 16 de março de 1963, o semanário argelino “La Dépêche D’Algérie” anuncia um pacote financeiro de 232 mil milhões de francos a serem cedidos à Argélia. Este valor era um conjunto de empréstimos de vários países, sendo que a maior *tranche* vinha precisamente do país que recentemente havia atribuído a independência à pátria beneficiária. Cerca de 140 mil milhões de francos (8 milhões e 400 mil contos à época) seria a quota-parte da França, enquanto o restante viria de países como o Kuwait (27 mil milhões de francos), República Federal da Alemanha (6 mil milhões de francos), Jugoslávia (5 mil milhões de francos) entre outros, e também de rendimentos petrolíferos (22 mil milhões de francos). Desse valor total do crédito cedido à necessitada Argélia, 78 mil e 500 milhões de francos seriam prioritários para o sector agrícola, com o objetivo da recuperação dos solos, o desenvolvimento das zonas rurais, equipamento das docas, silos, estações de sementes e de desinfeção, eletrificação e reconstrução rural, hidráulica, formação, pesquisa e animação rural, o que significava 36% do total do empréstimo direcionado para o impulso do principal setor da economia argelina e que se encontrava abandonado e degradado⁹⁹. Era o principal setor da economia porque o petrolífero era explorado pelos franceses.

As restantes parcelas do crédito referiam-se ao equipamento industrial (38 mil milhões), nomeadamente para desenvolvimento dos estudos e para o investimento em material relativo à indústria. No setor das infraestruturas económicas, das instalações urbanas, estradas, aeródromos e das minas, o valor atribuído foi na casa dos 32 mil milhões de francos. O restante foi distribuído pela educação, principalmente a primaria e a superior, formação profissional, artesanal e mineira, assim como para equipamento social, termas, bairros carenciados, empréstimos à habitação e edifícios de

⁹⁹ MNEAHD, MIRALLES, F., “L’Algérie Dispose de 232 Milliards (A.F.), *La Dépêche D’Algérie*, Alger, 16/3/1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

culto. Por fim, o equipamento administrativo foi o que teve a parcela mais pequena, cerca de 4% do total¹⁰⁰.

Como espécie de retorno deste empréstimo feito maioritariamente pela França, a Argélia teve que ceder a sua maior fonte de riqueza, o petróleo. Recorde-se que estas negociações haviam ficado acertadas em Évian ainda antes da independência, como demonstra o segundo capítulo pertencente à segunda parte dos acordos¹⁰¹. Ben Bella deu autorização para que fosse constituída a Sonatrach, a empresa estatal de extração e gestão petrolífera¹⁰², mas os proveitos desta eram maioritariamente obtidos pelos ex-colonizadores como parte do acordo de independência e cessar-fogo. A França mantinha 67,5% da exploração enquanto o estado argelino detinha apenas 4,5%. A nacionalização das duas maiores riquezas naturais da Argélia (gás e petróleo) eram impensáveis enquanto as companhias estrangeiras não pudessem ser substituídas, devido à falta de capacidade tanto administrativa como a nível de infraestruturas por parte dos argelinos para uma exploração mineral profícua.

Simultaneamente o enorme défice de 1963 fez com que outros acordos fossem estabelecidos com a França, como a conclusão de projetos suspensos, o envio de técnicos voluntários e de membros do corpo educacional, como anteriormente referido, e o estabelecimento de acordos quanto à exportação de vinhos. Nesta época a emigração de argelinos para a França foi favorecida¹⁰³.

Perante estas atitudes, várias vozes contra Ben Bella se levantaram, principalmente no que diz respeito à sua cedência perante o pretense neocolonialismo francês e à sua liderança autocrática, que lhe começava a causar problemas e dissidências.

➤ 19 de junho de 1965: o isolamento político e a queda de Ben Bella

A introdução do sistema de autogestão numa Argélia impreparada para tal processo, política e materialmente, demonstrou a falta de capacidade e de conhecimento governativo do seu líder. Algumas opiniões acusam Boumédiène e o golpe de Estado de serem os principais responsáveis pelo insucesso do sistema autogestionário, pois o coronel não era um adepto fervoroso deste processo tendo demitido os conselheiros e colocando um fim ao sistema de autogestão.

¹⁰⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁰¹ *Les accords d'Évian du 18 mars 1962* [Em linha], s.d., [Consult. 15 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/algerie-accords_d%27Evian.htm.

¹⁰² BOURGES, Herve, *Al Jazeera Algeria Test of Power 1of2 An Authoritarian Era* [Registo vídeo em linha], Youtube, 26 de março 2014, [Consult. 4 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=jK7aK98xrr8>.

¹⁰³ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 137.

As principais causas deste insucesso, assim como do enorme número de desempregados e de pessoas sem recursos, refletiam-se na falta de quadros especializados para dirigir equipamentos provenientes da época colonial e uma grave crise agrícola que causou a queda do preço de produtos como o vinho, vegetais e industriais. A chamada autogestão comercial nunca foi uma realidade¹⁰⁴. Por outro lado, a autogestão industrial existiu durante o tempo de Ben Bella, deixando de subsistir quando se deu a integração das pequenas empresas em grandes complexos¹⁰⁵. A subordinação ao Estado, com as nomeações dos diretores e a fiscalização da contabilidade, precipitou o enorme descontentamento dos operários e trabalhadores que ficaram desiludidos com a “intrujice autogestionária”¹⁰⁶.

Também o completo desaire do plano de Constantina, acordado em Évian, resultou numa queda de 55% nas obras públicas entre 1962 e 1963. Ao mesmo tempo o enorme crescimento no número de funcionários públicos provocou o aumento de despesas e a expansão dos serviços públicos num setor não-produtivo. O peso do ANP no erário público, as cedências para com a França devido aos empréstimos adquiridos e a contínua emigração, impossibilitavam a construção e aplicação de reformas para a construção do pretendido socialismo.

A criação de oposições ao governo de Ben Bella, como foi o caso da criação da FFS de Aït Ahmed, entre outras, revela a necessidade de levar a cabo uma reorganização política e administrativa do Partido, tal como a nomeação de um novo gabinete político, tudo isto num congresso que deveria ter sido realizado nos meses a seguir à independência mas que não o fora. A primeira sessão deste congresso dá-se a 16 de abril de 1964, sem a presença de nenhum membro opositor ao regime argelino. Inicia-se com um discurso de Ben Bella onde o Presidente da República Argelina rende uma homenagem ao ANP, referindo que somente com a sua presença se podem levar a cabo as gigantescas tarefas que esperam ao recém-nascido Estado argelino¹⁰⁷.

A nomeação do novo BP pelo Congresso, constituído por cerca de 1.800 delegados eleitos, integrou oito membros do corpo ministerial de Ben Bella, o presidente da ANC, quatro membros do ANP (entre os quais Boumédiène como responsável pelos assuntos militares) e três outros deputados¹⁰⁸. O FLN dotava-se assim de uma estrutura organizativa que deu legitimidade às suas diferentes instituições, assim como de uma linha doutrinal que até ao momento se caracterizava pela fragilidade e incerteza, resultando na presença de setores oposicionistas no interior do BP e do

¹⁰⁴ Cf. BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain, *ob. cit.*, p. 217.

¹⁰⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁰⁶ *Idem, Ibidem*, p. 218.

¹⁰⁷ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 208.

¹⁰⁸ *Idem, Ibidem*, p. 209.

governo, consequência de entendimentos prévios que não cessavam as diferentes formas de pensamento.

Acima de tudo, o Congresso do FLN de abril de 1964 resultou na redação de um documento que reunia tanto os aspetos doutrinários como de organização do partido, conhecido como a Carta de Argel. Dividida em quatro partes, procurava abordar todos os aspetos da sociedade argelina, começando pela necessidade de definir a revolução socialista, passando para os problemas da transição e tarefas de edificação da sociedade. Na terceira parte foca-se nos instrumentos de realização, como o partido e a organização de massas, o Estado e os Estatutos do partido¹⁰⁹, sendo a última parte mais relacionada ao relatório do Secretário-geral do partido e às resoluções finais do próprio Congresso.

A Carta de Argel ressaltava a opção socialista das tarefas económicas, que incluía a reforma agrária, a industrialização, a nacionalização do sistema bancário, o comércio exterior, as riquezas minerais e energéticas e a planificação de três vertentes: técnica, económica e política, ou seja o quadro da edificação do socialismo¹¹⁰.

No capítulo II da terceira parte, que se concentra no funcionamento do Estado, definiu-se que o chefe do governo deveria estar na liderança do FLN, produzindo a união pessoal nas chefias estatais e partidárias¹¹¹. O exército surge na definição de um instrumento especializado ao serviço da segurança do Estado centralizado ao nível governamental e sob o comando do secretário-geral do Partido¹¹². Apesar da suposta subordinação a Ben Bella, esta nunca se realizou *de facto* devido à sólida organização comandada por Boumédiène que criou uma dualidade Exército-Estado, que substituiu a Partido-Estado, precisamente devido à autonomia militar. Apesar de tudo, a verdadeira situação de um Partido dominado pelo ANP não se ocultava durante esta situação idílica.

Com a Carta de Argel, o conteúdo ideológico do FLN alcançou um estado de elaboração doutrinária nunca antes conseguido. Este documento resultante do primeiro Congresso do Partido reuniu as estruturas do FLN, algo que não havia sido concretizado no Programa da Trípoli, incluindo antigos membros do GPRA, do CNRA e das *wilayas*, excluindo opositores como Boudiaf, Aït Ahmed, Ferhat

¹⁰⁹ *La Charte D'Alger: Ensemble des textes adoptes par le 1er Congres du Parti du Front de Liberation Nationale (Du 16 au 21 avril 1964)* [Em linha], [Consult. 8 de março 2014], Disponível em WWW: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm>.

¹¹⁰ GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 210.

¹¹¹ *La Charte D'Alger: Ensemble des textes adoptes par le 1er Congres du Parti du Front de Liberation Nationale (Du 16 au 21 avril 1964)* [Em linha], [Consult. 8 março 2014], Disponível em WWW: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm>.

¹¹² *La Charte D'Alger: Ensemble des textes adoptes par le 1er Congres du Parti du Front de Liberation Nationale (Du 16 au 21 avril 1964)* [Em linha], [Consult. 8 março 2014], Disponível em WWW: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm>.

Abbas e Mohamed Khider. A Carta afirmava perentoriamente a existência de um regime monopartidário, cujo poder de decisão primava sobre o do governo¹¹³.

O Congresso de Argel permitiu reforçar a confiança do povo argelino nos seus dirigentes, e mesmo a oposição armada de Aït Ahmed, líder da FFS, não logrou alcançar a queda do regime de Ben Bella, nem sequer a debilidade do mesmo. A presença do exército no combate aos oposicionistas foi mais uma vez determinante, tornando-se claro para os seus líderes que a sua frequência na vida pública era indispensável, o que para Ben Bella era inadmissível, pois o exército teria obrigatoriamente que se submeter ao poder político e não o inverso.

Perante tamanho poderio por parte dos militares, o Presidente da República argelina decide anunciar a primazia das atividades revolucionárias ante as necessidades de construção institucional e de reorganização do país, num intenção de atingir a fação de Boumédiène, conotado com Abdelaziz Bouteflika e Chérif Belkacem. Esta mudança de aliança de Ben Bella conduziu a um impasse ainda maior, visto que nesta fase procurava claramente retirar grande parte do poder “controlado” pelo coronel Houari Boumédiène, fixando a sua posição como líder incontestado. A troca de aliança não lhe permitiu o estabelecimento da sua autoridade de forma indisputável e a consolidação do Estado de forma definitiva¹¹⁴.

Com esta situação instável a nível político, económico, financeiro e social, Ben Bella resolve intensificar as tentativas de recuperar elementos da oposição, principalmente alguns exilados políticos. Rabah Bitat, Krim Belkacem e o antigo ministro dos correios Hassani¹¹⁵ que, caso estivessem dispostos a aceitar a situação do regime, de monopartidarismo e da autocracia do seu líder, ser-lhes-ia oferecida a reabilitação na sua pátria. Mohamed Khider, exilado na Suíça, é alvo de contatos para regressar à Argélia, onde deveria apoiar Ben Bella, cada vez mais sozinho na liderança política, mas este não anui de imediato devido ao reconhecimento do crescente destaque que Boumédiène tinha vindo a ganhar desde o décimo aniversário do início da GLN, em 1 de novembro de 1964¹¹⁶. Neste conflito com o seu coronel, Ben Bella procurou resolver alguns dos problemas pretendendo afastar Abdelaziz Bouteflika e Chérif Belkacem, os dois ministros partidários de Houari Boumédiène no governo, assim como estabelecer contatos com membros da oposição para reforçar o seu poder e convocar um congresso do partido com o objetivo de “formar um novo Bureau Político e Comité Central, e realizar novas eleições sem oportunidade de candidatura para os partidários de

¹¹³ Cf. GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *ob. cit.*, p. 216.

¹¹⁴ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 140.

¹¹⁵ ANTT, Arquivo NE-30, cx. 409, pt. 20 (26/3/65).

¹¹⁶ *Idem, Ibidem.*

Boumédiène”¹¹⁷. Devido às enormes dificuldades financeiras em que o país se encontrava, apesar dos empréstimos estrangeiros mas, ainda assim, cedendo os seus recursos minerais e energéticos a outrem, não podendo deles usufruir, o presidente argelino efetua uma fiscalização severa às finanças e às despesas públicas, reorganizando o governo e assumindo a pasta das finanças, dos assuntos internos e dos serviços informativos. Nesta reorganização, Boumédiène é nomeado Vice-Presidente do Conselho de Ministros. Por outro lado, o coronel do ANP tentava arranjar apoios para fundamentar um golpe de Estado, contactando também Khider e mobilizando os seus quadros militares.

A tensão atingiu ao seu pico máximo quando a 28 de maio de 1965, Houari Boumédiène se encontrava a representar a Argélia numa conferência de líderes árabes no Cairo e Ahmed Ben Bella decide destituir Abdelaziz Bouteflika do seu cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros, um ataque claro ao grupo de Oujda¹¹⁸, como era conhecida a facção do coronel Boumédiène. A partir deste momento, o golpe de Estado era inevitável e cifrava-se numa questão de tempo.

Imediatamente antes da data fulcral da queda de Ben Bella, as tensões agravaram-se, com o presidente a proibir a compra de material aos comandos militares sem o seu próprio consentimento, ainda que estes fornecimentos fossem feitos por parte da URSS. O coronel achou isto impensável devido à situação militar perene no Saara, nomeadamente a instabilidade de relações fronteiriças com os tunisinos. A tentativa de substituir exilados políticos por membros do exército foi o golpe final¹¹⁹. Esta negociação com os exilados chegou ao conhecimento de Boumédiène, que de imediato retira as tropas da Cabília enfraquecendo a posição de Ben Bella. Posto isto restava apenas consumir a queda da presidência.

A 19 de junho de 1965, nas vésperas da Conferência Afro-Asiática a realizar em Argel e que faria de Ben Bella o herói do mundo em desenvolvimento, o Presidente da República Democrática e Popular da Argélia é detido por volta da 01.30h. Tanques de guerra tomaram posições e ao meio-dia foi anunciada a criação de um conselho revolucionário que assumiria todos os poderes¹²⁰. Num comunicado emitido por Houari Boumédiène para explicar o golpe de Estado, enfatizava-se a situação trágica do país que desde a independência se encontrava à mercê de intrigas e confrontos entre facções políticas¹²¹. O despotismo de Ben Bella, o seu narcisismo político, a procura obstinada pelo socialismo e a transformação do FLN “num corpo sem alma”, tinham-no “obrigado” a esta posição

¹¹⁷ *Idem, Ibidem.*

¹¹⁸ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 141.

¹¹⁹ ANTT, *As divergências entre Ben Bella e Boumedienne antes do golpe de Estado*, Telegrama Nº 3491, junho 1965, Arquivo Oliveira Salazar, NE-30, cx. 409, pt.20.

¹²⁰ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 141.

¹²¹ *Idem, Ibidem*, p. 143.

limite. A juntar à demasiada concentração de poder na pessoa do presidente da República, outras razões reforçaram a necessidade de uma quebra com o regime em vigor, como a fundação de milícias populares contra o ANP, a prisão e execução do coronel Chaabani no decurso da revolta da Cabília efetuada por Boumédiène, pois Ben Bella queria entender-se com Chaabani para “desmembrar” Houari Boumédiène, a demissão de vários ministros partidários do coronel do ANP, as divergências entre ambos devido aos apoios aos rebeldes do Congo que se encontrava em guerra civil assim como a conceção ideológica e revolucionária em África, em detrimento da própria nação e do seu desenvolvimento económico¹²². O entendimento realista de Boumédiène destacava-se aqui em relação ao de Ben Bella, tal como a sua sensatez e o pragmatismo de liderança.

O período revolucionário pós-independência tinha um fim anunciando, e o golpe de Estado de 19 de junho de 1965 veio comprovar a mutabilidade da liderança e os confrontos entre as fações políticas e a facção militar dentro do próprio FLN. O corte com um passado supostamente autocrata e despótico estava consumado, transitando-se agora para uma época onde o autoritarismo militar seria o paradigma do regime argelino liderado pelo coronel Houari Boumédiène, o Presidente do Conselho Nacional Revolucionário (CNR) até 1976 e seguidamente Presidente da Argélia nos dois anos subsequentes. Apesar de durante os primeiros onze anos de liderança não ser oficialmente eleito, foi ele quem governou os destinos da nação argelina durante esta época.

Boumédiène renunciou ao romantismo revolucionário e quimérico tão praticado por Ben Bella, altamente dependente de ajudas financeiras exteriores, incapaz de aplicar um sistema de gestão industrial sustentável e que tinha na política de ajuda externa um fator que era engrandecido em detrimento da política de desenvolvimento económico nacional, continuando a prejudicar um país que se queria centralizado e progressivo, ainda que tenha mantido a bandeira do arabismo, do islamismo e do não-alinhamento com o duopólio dominante.

O governo de Boumédiène pode-se considerar um regime bem-sucedido, pois conseguiu suplantar as crises internas, incluindo um golpe de estado contra si que terminou gorado. Foi bem-sucedido na edificação de um Estado centralizado e na amplificação do caráter autoritário dependente do exército. Providenciou o país com instituições representativas como assembleias comunais nos níveis mais inferiores e nos superiores (*wilayas*) as listas eram eleitas através das do Partido¹²³.

Financeiramente a independência foi assegurada, em grande parte graças a orçamentos flexibilizados mas também devido a nacionalizações que deixaram de ser somente anunciadas e

¹²² ANTT, *Golpe de Estado em Argel*, s.d., Arquivo Oliveira Salazar, NE-30, cx. 409, pt.20

¹²³ AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 138.

passaram à concretização objetiva. *Superavits* conseguidos em alguns ministérios permitiram realizar os investimentos necessários em infraestruturas económicas que previamente seriam financiadas por empréstimos estrangeiros¹²⁴. Iniciou-se a fase da industrialização com o Plano Quadrienal, que permitiu a aceleração deste processo, tanto que a economia passou para um estado de crescimento autossustentado de que beneficiou o aumento da produção petrolífera que alcançou os 50 milhões de toneladas em 1976. A nacionalização do setor mineiro, seguido pelo setor dos seguros, assim como a rede de distribuição da Esso e da Mobil¹²⁵. A grande vaga de nacionalizações e da confirmação de que o sistema socialista da economia era uma enorme vontade por parte dos novos governantes da Argélia surge entre os anos de 1968-71, quando, e começando na distribuição de produtos petrolíferos, mas passando pelos setores do cimento, materiais de construção, metalurgias e culminando na nacionalização de todos os depósitos de gás natural e de crude e todas as suas *pipelines*, o Estado passa a controlar 51% ¹²⁶do produto extraído dos solos argelinos, sendo que a consumação total só se deu em 1974.

Também a educação encontrou um rápido progresso, com a profissionalização do pessoal técnico e gestor, com os números a aumentarem imenso no ensino primário e secundário. As escolas católicas e as independentes foram incorporadas no sistema argelino de ensino, especificamente muçulmano¹²⁷. Apesar do desenvolvimento e da especialização na educação, no final da presidência de Boumédiène, em dezembro de 1979, cerca de um terço dos professores primários eram estrangeiros, nomeadamente russos, franceses e sírios.

A nível internacional e regional, o grande sucesso do líder do CNR foi a implementação de um Grande Plano para o Terceiro Mundo. À época, a Argélia já era vista como um Estado que suportava política e economicamente, os movimentos de libertação, principalmente os africanos. Neste plano, o objetivo era promover os objetivos comuns dos países do Terceiro Mundo, muitos deles sob o jugo de impérios coloniais ou em guerras civis patrocinadas por países interessados em instaurar um neocolonialismo fundamentalmente na procura de aproveitamento energético e de recursos. Nas palavras da Carta Nacional, aprovada em 1976, a política externa deveria refletir a política doméstica¹²⁸, ou seja, as liberdades e o progresso deveriam ser mantidos mas também internacionalizados principalmente a nível regional, para um reforço geopolítico e geoestratégico. A realização da Conferência dos Não-Alinhados em 1973, em Argel, que deveria ter sido em 1965 pouco

¹²⁴ *Idem, Ibidem.*

¹²⁵ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 154.

¹²⁶ *Idem, Ibidem.*

¹²⁷ AGERON, Charles-Robert, *ob. cit.*, p. 139.

¹²⁸ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 159.

depois da data em que se realizou o golpe militar que levou à sua suspensão, trouxe o fortalecimento necessário no cenário internacional, ainda que a percepção do poder do petróleo por parte de Boumédiène, como arma de controlo decisório, lhe permitissem tornar a OPEP uma organização mais coesa e assim tornar improvável o abandono de responsabilidades sobre a situação no Terceiro Mundo¹²⁹.

Fundamentalmente o “reinado” de Houari Boumédiène como comandante dos destinos da nação argelina pode-se resumir com o aprofundamento da ideologia socialista tanto na economia, com as variadas nacionalizações que permitiram a criação de *superavits*, nomeadamente na indústria petrolífera e do gás, mas também com as profundas reformas na educação e no centralismo de Estado, com o abandono da autogestão como processo de funcionamento industrial. Em termos de política externa, o coronel líder do CNR fez da Argélia um dos principais arautos da liberdade e de valorização dos países do Terceiro Mundo, apoiando fortemente alguns movimentos de libertação mas também grupos guerrilheiros que combatiam em guerras civis contra governos opressores ou fantoches de grandes potências, tendo muitos intelectuais denominado a nação como uma “mesquita revolucionária” ou a “Nova Iorque dos revolucionários”, dadas as óbvias raízes muçulmanas, o forte apoio e a consequente presença de movimentos autónomos, independentistas e revolucionários.

¹²⁹ *Idem, Ibidem*, p. 160.

“A Meca das revoluções” - a política de terceiro-mundismo e o apoio aos movimentos de libertação

Com a garantia da independência por parte da Argélia, o novo território autónomo tornou-se um local de acolhimento e de abrigo para revolucionários, independentistas e exilados políticos. Local cosmopolita, a cidade de Argel constituía a capital da revolução africana recebendo e apoiando grupos que abrangiam vários campos ideológicos, desde o político ao racial, como é o caso de grupos independentistas de Angola, Moçambique e da Palestina, até movimentos como os Black Panthers norte-americanos e o ANC sul-africano. Quase como se fosse uma idiossincrasia do novo regime argelino, o combate ao colonialismo, ao apartheid, ao racismo, às ditaduras golpistas da América do Sul e até mesmo ao salazarismo português, caracterizou-se pelo apoio em vários quadrantes a grupos que procuravam instaurar nos seus países regimes democráticos, no seguimento da onda ideológica que pairava sobre o mundo em plena Guerra Fria.

Na segunda conferência do Movimento dos Não-Alinhados, a primeira a utilizar este nome, realizada em Belgrado em setembro de 1961, a Argélia fez parte dos 25 países representados pelos seus governantes (havendo 3 observadores externos, nomeadamente a Bolívia, o Brasil e o Equador), sendo que no caso argelino o governo representante era de carácter provisório, nomeadamente membros do GPRA. Este encontro teve como principal ponto de debate a completa eliminação do colonialismo e a coexistência pacífica entre estados com diferenças sociais e políticas. O colonialismo e outras formas de opressão na Ásia, África e América Latina estavam em desaparecimento das páginas da História e o sucesso alcançado por alguns países na luta pela independência era condição essencial a seguir para que os intentos de emancipação autónoma fossem alcançados. Como membros integrantes desta reunião liderada por Joseph Tito, os argelinos ficaram conscientes que o seu papel na luta pela libertação do Terceiro Mundo era fundamental para alguns povos e movimentos que não tinham a capacidade nem os meios para alcançarem a independência por si próprios, fosse através da luta armada ou de negociações diplomáticas. Ainda assim, outro dos aspetos conclusivos desta reunião na Jugoslávia, foi firmado na ideia de que a guerra entre povos, fossem eles livres ou entre colonizador e colonizado, era um anacronismo e, acima de tudo, um crime contra a humanidade. Apesar de tudo, a convicção de que todas as nações devem viver livremente e os seus povos ter o direito à união, à autodeterminação e à independência sem interferências externas ou intervenções que procurassem impedir a vontade das gentes em questão ficou fortemente firmada, assim como uma necessidade de prestar apoio aos movimentos que procurassem a libertação dos seus territórios face aos colonizadores, ressaltando a ideia de que o confronto militar deveria ser evitado a todo o custo. No caso da Argélia, o

apoio prestado às intenções independentistas dos povos do Terceiro Mundo, e também ao caso específico palestino no confronto com o Estado de Israel, estava de acordo com a ideologia dos não-alinhados de libertação e autonomia política, ainda que o apoio militar fosse contra um dos aspetos fundamentais desse grupo de países reunidos em Belgrado. Fique claro que, ainda que tenha seguido uma política de auxílio aos povos africanos oprimidos, e sempre numa linha de não orientação com nenhum dos polos ideológicos dominantes, nomeadamente URSS e EUA, o governo argelino demonstrou-se sempre mais próximo de Moscovo, com algumas visitas de Ben Bella a territórios do leste europeu em 1964, assim como, durante o governo autoritário de Boumédiène, com envio de especialistas militares, tropas e armamentos para campos de treino situados na Argélia, e que permitia preparar guerrilheiros afetos ao soviéticos ou simplesmente que combatessem o imperialismo norte-americano, para as suas próprias batalhas¹³⁰. Inclusive numa viagem realizada a Cuba em 1974, o que se situa fora do contexto temporal deste trabalho e um pouco antes do 25 de abril do mesmo ano que colocaria um fim ao Estado Novo em Portugal, Houari Boumédiène faz um discurso em conjunto com Fidel Castro onde se ressalva o apoio sem vacilar dos dois países aos movimentos de libertação da Ásia, da África e da América Latina, como o Vietname, o Camboja, o Laos, a República Democrática da Coreia, a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, a Rodésia e a África do Sul, a Palestina e se condena o criminoso golpe de Augusto Pinochet no Chile¹³¹, o que constituiria “um duro golpe para a junta fascista chilena, dada a influência e o prestígio de que a Argélia goza no seio dos países não-alinhados e do Terceiro Mundo”¹³².

Esta solidariedade internacional para com os povos que não desfrutavam dos direitos e deveres da democracia liberal e da autonomia política não era algo que fosse levado em conta pelos responsáveis argelinos de forma subjetiva e aparente. No supracitado Congresso de Trípoli de 1962, um dos aspetos de política externa firmado no Programa que derivou do referido encontro, centrava-se na luta contra o imperialismo e contra o colonialismo com a particularidade de prestar maior apoio aos países de carácter socialista, aos movimentos de libertação e de unidade do Magrebe, do mundo árabe e de África (nomeadamente Angola, Moçambique e África do Sul), assim como o apoio às políticas de cooperação no plano internacional.

A Carta Constitucional, aprovada em 1963, e a Carta de Argel, resultado do primeiro Congresso do FLN realizado em 1964, também ressaltavam esta política de auxílio ao Terceiro Mundo africano. Os dois principais documentos políticos e legisladores nacionais referiam que a

¹³⁰ MNEAHD, *Argélia*, 2 de Fevereiro de 1966, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹³¹ Cf. *Cuba e Argélia, caminhos do Terceiro Mundo*, Lisboa, Seara Nova, 1975, p. 18.

¹³² Cit. in *Idem, Ibidem*, p. 19.

Argélia era parte integrante do Magrebe árabe, do mundo árabe e de África, e as suas práticas seriam de neutralismo e não-alinhamento¹³³, assim como de auxílio ao progresso das forças socialistas e democráticas, simbolizadas pelo acentuar das lutas anti-imperialistas, com a tarefa principal de auxiliar o Magrebe e o mundo africano no acesso a um conjunto de exigências justas e de realização fundamental para o progresso daqueles povos¹³⁴. A *décalage* entre os países subdesenvolvidos e os países industrializados constituía um sério obstáculo à afirmação dos blocos económicos e políticos mais frágeis, firmando a Carta de Argel a necessidade de lutar fortemente contra todas as tentativas de imposição à Argélia, e aos seus companheiros continentais e regionais, dos egoísmos entre nações estimulando o desenvolvimento e a coexistência entre Estados com sistemas económicos e sociais diferentes, sendo que o respeito pela soberania, igualdade de direitos, a integração territorial e a não-intervenção em assuntos internos dos outros países, significaria um fator do progresso alcançado e pretendido pelos argelinos. Rematando a abordagem à política externa do governo na Argélia independente, o último ponto da Carta de Argel refere que o desenvolvimento do socialismo argelino está profundamente ligado às lutas dos outros povos, assim sendo, a diplomacia do Estado deverá inspirar-se nos princípios de política externa definida pelo partido¹³⁵, ou seja, o auxílio aos povos oprimidos pelo colonialismo na sua luta pela autodeterminação.

Como referido anteriormente, vários movimentos africanos tiveram suporte militar, logístico e financeiro da Argélia, no que às suas lutas dizia respeito. Desses movimentos independentistas alguns combatiam o colonialismo português, como o MPLA e a FUA de Angola, a FRELIMO moçambicana e o PAIGC. Desde armamento, escritórios em Argel e principalmente treinos militares, estes movimentos independentistas viram os governos de Ben Bella e de Houari Boumédiène suportarem e auxiliarem a sua causa, em maior ou menor quantidade.

Também a Frente Patriótica de Libertação Nacional, organização que englobava vários movimentos antifascistas na luta contra o regime salazarista português, sediada em Argel, fez parte do grupo de exilados políticos portugueses que foram apoiados pelo governo argelino e que conseguiram auxílio logístico e financeiro para prosseguirem a sua campanha a favor da democratização de Portugal, e consequentemente pela queda do regime do Estado Novo, e o fim da guerra colonial em África.

¹³³ STORA, Benjamin, *ob. cit.*, p. 135.

¹³⁴ *La Charte D'Alger: Ensemble des textes adoptes par le 1er Congres du Parti du Front de Liberation Nationale (Du 16 au 21 avril 1964)* [Em linha], [Consult. 23 de abril 2014], Disponível em WWW: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm#chapitre35>.

¹³⁵ *La Charte D'Alger: Ensemble des textes adoptes par le 1er Congres du Parti du Front de Liberation Nationale (Du 16 au 21 avril 1964)* [Em linha], [Consult. 23 de abril 2014], Disponível em WWW: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm#chapitre35>.

A demonstração de alguns dos apoios prestados pela Argélia aos grupos independentistas que combatiam o exército português nas colónias, assim como à organização de nacionalistas portugueses que se debatiam contra o regime ditatorial de Salazar, especificamente a FPLN, é o que tenciono expor nesta última parte da dissertação procurando demonstrar um assunto menos conhecido na historiografia portuguesa.

➤ MPLA e FUA: o mesmo objetivo, diferentes trajetos

Principiando pela Frente de Unidade Angolana (FUA), que foi um movimento independentista de Angola com curta vivência, mas que ainda assim recebeu facilidades na sua instalação e no acesso ao mercado de trabalho argelino. Criada nos inícios de 1961 por Fernando Falcão, um engenheiro de nacionalidade angolana (de 2ª geração) e líder dos nacionalistas euro-africanos de Benguela, o partido foi reconhecido como o mais importante partido na história do nacionalismo euro-africano¹³⁶. A par de Falcão, outros importantes homens de negócios e intelectuais do centro e do sul de Angola integraram as fileiras da FUA, com destaque para Sócrates Dáskalos, um dos símbolos da luta dos nativos brancos pela independência de Angola.

Esta organização caracterizava-se pela mobilização da maioria dos colonos brancos, no sentido de criar um entendimento entre os movimentos independentistas negros (FNLA e MPLA) e o regime ditatorial de Salazar, assim como, pela reivindicação da autonomia imediata para o território de Angola. Apesar da sua intenção de autodeterminação completa do território angolano face ao colonizador português, que coincidia com os desígnios das outras duas principais organizações independentistas negras, a FUA sempre foi vista com algum desdém por ser um movimento composto por cidadãos brancos, ainda que fossem angolanos de nascença, sendo acusada de querer somente instaurar um regime “amigo” do que entretanto vigorava. Segundo os líderes negros e mestiços, “os brancos não deveriam participar na luta pela independência, na medida em que não lhes reconheceram a condição de autênticos angolanos”¹³⁷ e que os brancos da FUA eram “portugueses liberais nascidos em Angola”¹³⁸ o que significava que estes não poderiam combater ao lado do MPLA nem da FNLA, porque isso criava dissidências internas entre negros e mestiços que desconfiavam das reais intenções dos brancos. Por este motivo e, apesar das tentativas de estabelecimento de contatos com os restantes

¹³⁶ PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola's Euro-African Nationalism: the United Angolan Front*, The Politics of Nations and Nationalism in Lusophone Africa Conference Abstracts [Em linha], p. 3, [Consult. 23 de abril 2014], Disponível em WWW: <URL: http://orenga.politics.ox.ac.uk/materials/Lusophone_Africa/Materials/Panel_3-3_FTP.pdf.

¹³⁷ PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola, os Brancos e a Independência*, Porto, Edições Afrontamento, 2008, p. 261.

¹³⁸ *Idem, Ibidem*, p. 262.

movimentos emancipalistas das demais colónias portuguesas, a FUA foi privada de estar presente na Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), em abril de 1961, que tinha como objetivo principal a cooperação entre os movimentos de libertação das colónias controladas por Portugal.

Em 1962, alguns membros da FUA que conseguiram fugir da deportação para Portugal após detenção pela PIDE, reuniram-se em Paris para reorganizar o movimento no exílio sob a liderança de Dáskalos. Com poucos recursos para avançarem com campanhas de combate ao colonialismo português, Dáskalos decide partir para a recém-independente, democrática e popular Argélia, o ponto de encontro dos movimentos nacionalistas africanos e de outros movimentos políticos de cariz socialista, africanos e não-africanos. Em janeiro de 1963, o comité da FUA desloca-se para Argel.

Chegados à capital argelina, Dáskalos e o seu companheiro fuísta Adolfo, são acolhidos na casa da ex-mulher do ministro dos Negócios Estrangeiros egípcio, Mahmoud Fawzi, a senhora Dinar, que era secretária do ministro argelino da Juventude e Desportos, nomeadamente Abdelaziz Bouteflika¹³⁹, o que demonstra uma clara solidariedade para com este movimento nacionalista de carácter não-racial, aberta à militância de todos os angolanos, independentemente da cor ou religião, tendo como especial atenção a posição periclitante dos brancos de Angola¹⁴⁰.

Como escreve o próprio líder da FUA, “o nosso principal objectivo naquele momento era conseguir a necessária ajuda do governo argelino e abrimos o nosso ‘bureau’”¹⁴¹ com a instalação de escritórios para o movimento e a sua consequente oficialização, o que deveria ser concretizado com a ajuda da senhora que os acolheu, a senhora Dinar, e do advogado Jacques Vergès, homem da confiança do presidente argelino Ben Bella e que estava encarregue pelo próprio de lidar com Dáskalos e atender aos seus pedidos. Imbuídos de alguma sorte, numa tarde de passeio, Sócrates e o seu companheiro Adolfo depararam-se com um ajuntamento muito grande de pessoas à porta do Palácio do Povo, onde chegou a comitiva presidencial. No meio da confusão, conseguiram entrar no edifício e estabelecer contacto com o próprio Ben Bella que afirmou ter conhecimento da presença dos fuístas em território argelino e das suas necessidades, anunciando que Vergès estava encarregue de marcar uma audiência entre os revolucionários brancos angolanos e o próprio líder do FLN¹⁴². Tal audiência nunca chegou a

¹³⁹ Cf. DÁSKALOS, Sócrates, *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Veja, 2000, p. 113.

¹⁴⁰ PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola's Euro-African Nationalism: the United Angolan Front*, The Politics of Nations and Nationalism in Lusophone Africa Conference Abstracts [Em linha], p. 4, [Consult. 30 de março 2014], Disponível em WWW: <URL: http://orenga.politics.ox.ac.uk/materials/Lusophone_Africa/Materials/Panel_3-3_FTP.pdf.

¹⁴¹ DÁSKALOS, Sócrates, *ob. cit.*, p. 113.

¹⁴² Cf. *Idem, Ibidem*, p. 114.

acontecer mas, na esperança que esta chegasse, e para não sobrecarregarem a senhora Dinar, Dáskalos resolve procurar um emprego para se poder sustentar, tendo sido contratado para professor de Matemática, o que conseguiu facilmente dada a sua “condição de “revolucionário””¹⁴³, o que esclarece o tipo de funcionamento da administração pública argelina independente em relação aos combatentes e apoiantes das lutas contra o colonialismo.

Apesar do emprego como professor, o alojamento em casa da senhora Dinar prolongou-se até ao dia em que esta os abordou com o argumento de que teriam que abandonar a sua residência, pois em breve chegaria um compatriota dela de nome Curiel. Este novo hóspede francês chegado a Argel convoca Dáskalos e Adolfo para uma reunião, onde lhes diz diretamente que os seus apoiantes franceses, angariados na época do exílio em Paris, estão duvidosos quanto à continuidade dos apoios até aí prestados pois os membros da FUA eram “bons demais”¹⁴⁴ no âmbito dos movimentos nacionalistas angolanos, dado que os documentos que os fuístas produziam eram demasiadamente bem concebidos, não parecendo que eram construídos por sujeitos “subdesenvolvidos”¹⁴⁵, como o caso do jornal “Kovaso”, o que demonstra profundamente o grande preconceito existente entre aqueles que prestavam apoio à FUA, face à capacidade intelectual dos integrantes dos movimentos emancipalistas africanos. Rapidamente Dáskalos se apercebeu de que a falta de apoio iria colocar um fim à existência do jornal e possivelmente à cessação da própria organização.

Pouco tempo depois, os membros da FUA passaram a habitar a casa do capitão Jaffar, membro da polícia secreta de Ben Bella e que tinha como principal função a perseguição feroz aos inimigos do Presidente da República argelina que militavam em organizações clandestinas hostis. Apesar do alojamento e da facilidade nos acessos aos meios de subsistência para com os membros do movimento branco independentista angolano, a abertura do *bureau* necessário para a institucionalização da organização era cada vez mais adiada e desacreditada, principalmente pela instalação do MPLA em Argel com um gabinete fornecido pelo próprio Ben Bella, assunto que abordarei adiante.

Com a vinda de Gastão Pereira, membro da FUA residente em Nova Iorque, a Argel, os fuístas começaram a ser conotados como sendo colaboradores da CIA, o que comprometia por completo a atividade em território argelino¹⁴⁶, assim como todo e qualquer possível apoio financeiro futuro. Entretanto, o reconhecimento pela Argélia do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE), no seio da FNLA, fez surgir sérias contradições no movimento emepelista quanto às possibilidades de

¹⁴³ *Idem, Ibidem*, p. 114.

¹⁴⁴ *Idem, Ibidem*, p. 115.

¹⁴⁵ *Idem, Ibidem*, p. 115.

¹⁴⁶ *Idem, Ibidem*, p. 117.

serem os únicos beneficiários da boa vontade do governo de Argel. No seio da FUA, Dáskalos decide não integrar o GRAE e é conotado como traidor e votado ao ostracismo pelos restantes independentistas angolanos.

Este isolamento, a falta de apoios por parte dos franceses que fez com que o jornal da FUA, *Kovaso*, cessasse as suas funções e a relutância por parte do advogado Jacques Vergès em proceder ao encontro entre Dáskalos e Ben Bella para a oficialização e legalização do movimento fuísta, levou o líder da organização a “declarar suspensa a actividade do Comité Director da FUA no exílio”¹⁴⁷. O entendimento racial das guerrilhas negras sobre a concepção política de nação e raça, que as compreendia como equivalentes, anunciava o fim da presença branca fuísta em Angola. Este aspeto hostil dos movimentos independentistas negros, que consideravam que só os negros e os mestiços é que eram efetivamente nativos angolanos, dificultou a existência e proeminência da FUA dos brancos, tanto em território interno como no exílio argelino onde, principalmente o MPLA, se sobrepôs e angariou maioritariamente o apoio por parte do governo de Ben Bella, o que conduziu à incapacidade de Dáskalos prosseguir com a sua organização, findando-a sem ter alcançado o tão requerido *bureau* fuísta, mas vendo facilitado o seu acesso ao mercado de trabalho e ao alojamento, assim como a alguns dos seus companheiros que permaneceram em território argelino, apesar do fim da organização com a qual se identificavam. Mais tarde, alguns deles conseguiram ser aceites nas fileiras do MPLA, devido a cedências de carácter ideológico por parte dos emepelistas, numa fase mais aberta da luta anticolonial.

Foi precisamente o MPLA o movimento angolano que mais beneficiou com esta política solidária por parte dos governos argelinos no combate ao colonialismo português em África. Lúcio Lara, um dos fundadores desta organização independentista de carácter marxista e com fortes ligações e influências da URSS, encontra-se na capital argelina a 3 de Novembro de 1962, tendo sido convidado para os festejos do oitavo aniversário do 1º de Novembro, data comemorativa do início da guerra de independência da Argélia. No decurso desta passagem por Argel, Ahmed Ben Bella aproveita para deixar uma mensagem aos combatentes angolanos onde destaca a fraternidade do governo argelino, assim como do seu povo, para com os militantes que lutam pela libertação das grilhetas do colonialismo português, e que não se satisfaz com as simples promessas verbais votadas no Congresso do FLN¹⁴⁸. Ben Bella havia feito um aviso ao presidente dos EUA, John Kennedy, que em caso de uma ausência de atitudes por parte da ONU em relação à questão de Angola até ao ano de 1963, “a Argélia tomará essa responsabilidade e ajudará os Movimentos de Libertação na sua luta armada (...)”

¹⁴⁷ *Idem, Ibidem*, p. 119.

¹⁴⁸ Cf. LARA, Lúcio, “Mensagem de Ben Bella aos Combatentes Angolanos”, *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos*, vol. 1, Luanda, Lúcio Lara, 2008, p. 485.

enviaremos voluntários, técnicos e financiaremos essa guerra, essa luta (...) assumiremos as nossas responsabilidades e enviaremos voluntários e técnicos para participarem na luta armada em Angola.”¹⁴⁹.

Chegado o ano de 1963, o Estado Novo dominado por Salazar estava longe de ceder perante essas ideias de autonomia e o MPLA e suas as pretensões de independência conquistavam cada vez mais apoiantes a nível internacional. Instalados em Léopoldville desde 1961, os emepelistas procuravam angariar mais fundos de apoio à sua causa libertadora e Lara é avistado em Argel novamente em abril de 1963 num encontro com o advogado e homem de confiança de Ben Bella, Jacques Vergès¹⁵⁰. Destes encontros em abril de 1963, o movimento emepelista alcança alguns dos seus propósitos, como um orçamento financeiro de 15 milhões de francos argelinos¹⁵¹, a serem cedidos por parte do governo, aos quais se juntariam 5.250.466 milhões de francos argelinos, proveniente de uma contribuição pública do povo da região de Tizi-Ouzu. A juntar aos 15 milhões atribuídos pelo governo argelino, ficou a promessa de serem cedidos mais 3 milhões, ainda que sem data definida¹⁵². Ao nível do armamento, barcos com medicamentos e armas seriam enviados para Pointe Noire, na República do Congo, sendo cerca de quatro toneladas o montante das mesmas. Também um camião, 2 jipes e um Peugeot 403 seriam enviados com armamento no seu interior¹⁵³. Quanto ao *bureau* do MPLA, estava em condições de funcionar no dia 4 de abril de 1963 e teria de provocar impacto, devido à grande presença de observadores e jornalistas estrangeiros na capital argelina, situando-se o gabinete na 38/40 Rue Didouche Mourad – porta 44D – 2º andar¹⁵⁴.

Entretanto, em maio do mesmo ano, realiza-se em Adis Abeba, capital da Etiópia, uma conferência composta por trinta chefes de Estado e de governo africanos, da qual nasce a Organização de Unidade Africana (OUA) que pretendia a independência dos países africanos colonizados, a eliminação de todos os tipos de colonialismo e neocolonialismo e promover/reforçar a solidariedade entre os países africanos com interesses económicos, políticos e sociais comuns. Neste encontro estiveram presentes representantes de alguns dos movimentos de libertação africanos, como a FNLA, MPLA, FRELIMO e o PAIGC. No final desta conferência, Ben Bella afirma aos jornalistas que “o

¹⁴⁹ *Idem, Ibidem*, pp. 485-486.

¹⁵⁰ MNEAHD, *Argélia*, 6 de abril 1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁵¹ O franco argelino permaneceu em vigor mesmo após o nascimento da República Democrática e Popular da Argélia, sendo substituído pelo dinar somente em 1964.

¹⁵² LARA, Lúcio, “Carta de Eduardo dos Santos”, *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos*, vol. 2, Luanda, Lúcio Lara, 1 de maio 1963, p.143.

¹⁵³ *Idem, Ibidem*, p. 143.

¹⁵⁴ *Idem, Ibidem*, pp. 144-145.

principal interesse de Adis-Abeba para a Argélia é o de levantar as questões de -Angola”¹⁵⁵, no seguimento do que tinha feito durante a mesma conferência, onde o problema angolano captou a atenção de alguns chefes de Estado africanos, em particular a do líder argelino que preconizou o auxílio a Angola “através de dinheiro, armas e voluntários”¹⁵⁶. Não se limitando a afirmar em praça pública a sua vontade de libertar Angola do jugo colonial, o Presidente da República da Argélia livre, Ahmed Ben Bella, ao traçar as principais linhas da sua política “socialista” na Assembleia Nacional, invoca Adis-Abeba e assevera que queria ver criada num curto prazo, uma comissão nacional para boicotar os produtos provenientes de Portugal. Todos os produtos destes países veriam as suas fronteiras fechadas¹⁵⁷. Declara também, perante os deputados argelinos, que o seu governo tinha dado uma primeira contribuição de sete milhões de francos para ajuda material aos movimentos de libertação africanos¹⁵⁸. A solidariedade internacional independentista argelina conduziu a um envio de forças destinadas a atacar Cabinda, segundo um relatório do governo do Congo, que fazia referência a uma provável presença em Elizabethville, segunda maior cidade da República Democrática do Congo a seguir a Léopoldville, de um grupo armado proveniente da ex-colónia francesa do Norte de África, que estaria pronta para atacar as tropas portuguesas em território angolano, com o suporte do governo congolês e em auxílio ao MPLA¹⁵⁹.

As quezílias diplomáticas com Portugal devido à presença do MPLA em Argel e à insistência portuguesa na política colonial intensificaram-se, tendo o ano de 1964 revelado um intensificar das hostilidades entre ambos os países. Em maio, a Argélia decide aprovar um corte de relações com Portugal, com um boicote económico aos produtos daí provenientes¹⁶⁰. No seguimento deste corte diplomático de relações, Ben Bella assevera no Parlamento argelino que se o governo português encerrar o tráfego no rio Congo, a Argélia correrá em auxílio da República Democrática do Congo “tanto no campo moral como no campo material”¹⁶¹. Este extremar de posições efetuado na Assembleia Nacional argelina foi considerada a atitude mais violenta a ser tomada contra Portugal, por parte de um dirigente político da Argélia, mais gravoso do que o auxílio prestado ao MPLA com armamento e instrutores militares¹⁶².

¹⁵⁵ MNEAHD, *Argélia*, 29 de abril 1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁵⁶ LARA, Lúcio, “Relatório de Noémia Tavira sobre a Confª de Addis Abeba”, *ob. cit.*, p. 202.

¹⁵⁷ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 27 de julho 1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁵⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁵⁹ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 3 de agosto 1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶⁰ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 6 de maio 1964, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶¹ MNEAHD, United Press, *Argélia*, s. d., PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶² *Idem, Ibidem.*

Os grupos de militantes emepelistas que se encontravam em treino militar nos campos do norte do país, os mesmos onde Nelson Mandela recebeu instrução em 1962, integravam levadas de milhares de nacionalistas, que eram treinados segundo o método de guerrilha argelino fortemente influenciado pelo sistema cubano, com instrução militar e fabrico de engenhos explosivos, num tipo de guerra mais subversiva do que ofensiva. Na obra de Lúcio Lara anteriormente referida, surge uma lista com os nomes de 57 membros de um dos grupos em treino na Argélia, sendo estes rotulados com vários tipos de classificações, como por exemplo, fugitivo, indeciso, inútil, malcriado, péssimo (nomeadamente por ser conotado como membro da UPA/FNLA) e por fim, regular, o que de todos é o mais profícuo¹⁶³. A juntar a esta instrução no Norte de África, em julho de 1964 um comunicado conjunto entre os governos congolês e argelino, afirma que foi assinado um tratado secreto com vista ao estabelecimento de um campo de treino do MPLA em Pointe-Noire, na costa da República do Congo¹⁶⁴, numa zona fronteiriça com o enclave de Cabinda, para onde Argel teria já enviado colunas militares, como atrás mencionado, sendo que um ano após esse suposto envio mencionado por documentos da PIDE, a criação do campo militar em Pointe-Noire efetivaria uma base militar próxima do alvo, a colónia portuguesa, assim como, permitia aos militantes do MPLA uma maior proximidade na concretização da sua luta e a facilidade de aumentar os contingentes destinados à instrução militar devido à referida proximidade geográfica.

A solidariedade para com o MPLA por parte do governo argelino, não se limitou a ajudas financeiras ou de carácter militar. O Centro de Estudos Angolanos, criado em 1964, que continha alguns membros da FUA entre os quais Adolfo Maria, servia para juntar tudo o que constituía o conteúdo científico da Revolução e assim ajudar na educação dos militantes e dos refugiados, assim como, chamar a atenção internacional para a situação opressiva do povo angolano¹⁶⁵. Este Centro de Estudos, situado na Av. Dujonchay da cidade de Argel, direccionava-se mais para um campo intelectual de instrução dos militantes e dos refugiados angolanos, chegando a ser elaborado um caderno de Etno-História de Angola, um boletim exclusivamente dedicado à formação cultural e ideológica dos integrantes da Revolução angolana em curso contra o colonialista português, publicado inteiramente em língua portuguesa¹⁶⁶. Neste aspeto pode-se perceber que a preocupação tanto dos angolanos como dos argelinos, que recebiam no seu território grupos ou organizações que lutavam por uma autonomia política e cultural num âmbito de solidariedade para com os seus intentos, não se cingia ao apoio de base militar para a prossecução da agressão ao opressor colonizador, mas passava também pela

¹⁶³ Cf. LARA, Lúcio, "Lista do Grupo treinado na Argélia", *ob. cit.*, pp. 355-357.

¹⁶⁴ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 30 de julho 1964, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶⁵ Cf. LARA, Lúcio, "Circular do Centro de Estudos Angolanos", *ob. cit.*, p. 702.

¹⁶⁶ Cf. *Idem, Ibidem*.

aprendizagem cultural das massas integrantes do movimento angolano, instruindo-as com matéria acerca da sua entidade cultural e histórica, mas também inserindo-os numa formação ideológica revolucionária, claramente sob a influência da tendência marxista que era a matriz do movimento emepelista.

Com o golpe de Estado de 19 de junho de 1965, perpetrado por Houari Boumédiène, o suporte militar ao MPLA foi colocado em causa, devido à divergência criada entre Ben Bella e o coronel líder do ANP em dezembro de 1964, quando o Presidente da Argélia pretendia enviar mais tropas argelinas para a república do Congo e o vice-primeiro ministro argelino discordou devido à instabilidade territorial com o país vizinho, Marrocos¹⁶⁷. Estas discordâncias, aprofundadas pelas quezílias na luta pelo poder, criaram instabilidade no processo de apoio aos movimentos independentistas aquando do golpe de Estado mas, rapidamente, Boumédiène num discurso à nação da qual era agora o líder político, afirmou perentoriamente que a Argélia se manteria fiel à política de não-alinhamento e à Carta de Adis-Abeba, estando disposta a fazer esforços para encorajar a cooperação política e económica com todos os países do mundo, indiferentemente do regime político vigente¹⁶⁸ e que em relação às causas internacionais a sua atitude ia no sentido de apoiar os movimentos de libertação¹⁶⁹, seguindo a política de Ben Bella com o apoio e auxílio soviético para efetuarem o envio de soldados para Angola e Moçambique¹⁷⁰, sem comprometer a defesa da própria nação.

➤ Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

Inicialmente um partido pacifista que preferia a via do diálogo ao combate militar, o Partido para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), criado em 1956, foi o primeiro movimento a constituir-se com a intenção de invocar a autonomia colonial em relação aos territórios ultramarinos da Guiné Portuguesa e Cabo Verde, sendo a primeira a colónia menos desenvolvida e a mais pobre do espectro colonial lusitano. O “Massacre de Pidjiguiti”, em 3 de agosto de 1959, no qual autoridades coloniais assassinaram 50 pessoas e feriram cerca de uma centena no decurso de uma greve dos estivadores do porto de Bissau¹⁷¹, provocou uma grande comoção e um forte abalo nos colonos africanos que, a partir desse momento, intensificaram o seu apoio às pretensões independentistas do PAIGC a favor da autonomia da Guiné. Entre os anos de 1960 e 1962, a estabilização do partido na

¹⁶⁷ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 30 de dezembro 1964, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶⁸ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 23 de julho 1965, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁶⁹ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 4 de agosto 1965, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁷⁰ MNEAHD, Cf. *Argélia*, 2 de fevereiro de 1966., PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184.

¹⁷¹ FMS, 3 de Agosto 1959 “Massacre de Pidjiguiti”, Fundação Mários Soares: Arquivo & Biblioteca – Cronologia, 2014, [Consult. 28 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.fmsoares.pt/aeb/crono/id?id=040885>.

Guiné Portuguesa levou a uma expansão do número de militantes e ao início da formação dos mesmos, assim como de quadros encarregues de expandir a ideologia independentista para as regiões do interior da Guiné e a nível internacional, com o pedido de apoio a alguns países amigos. Destes países, a República da China foi a primeira a receber Amílcar Cabral e alguns dos militantes do PAIGC dando-lhes preparação ideológica.

Em 1961, como anteriormente referido, a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC foram parte integrante do CONCP, a organização que, tal como o movimento guineense no seu início, valorizava e operava segundo uma ação diplomática em detrimento da ofensiva militar. Mas, a partir de 1962, tornou-se óbvio que a via pacífica era um fiasco, pois Portugal recusava-se a ceder aos apelos independentistas do PAIGC. Em março, a luta armada contra a ocupação portuguesa começa concentrando-se na Guiné continental, porque a prossecução de uma luta armada nas ilhas de Cabo Verde implicava uma logística que ainda não estava ao dispor da organização liderada por Amílcar Cabral. No arquipélago cabo-verdiano as técnicas empregues eram de sabotagem, sendo que a fortaleza portuguesa de Tite foi o primeiro alvo da artilharia pesada dos guerrilheiros do PAIGC, em janeiro de 1963, após a declaração formal de guerra contra Portugal¹⁷².

Devido à enorme falta de suporte logístico, nomeadamente armamento, meios de transporte e também dinheiro, a guerra de libertação iniciada pelos guineenses e cabo-verdianos contra o colonizador português foi alvo de ajudas por parte de outras nações solidárias com o fim do colonialismo ou simplesmente no contexto bipolar de influência da Guerra Fria. Amílcar Cabral sabia que não lhe restava outra alternativa a não ser tentar assegurar o apoio dos aliados africanos como meio de garantir uma vitória mais rápida contra o inimigo. Os primeiros países a prestar esse auxílio foram a União Soviética, a República Popular da China e Cuba, num incursão claramente ideológica, e que se concretizou no acentuar do caminho marxista por parte dos líderes do movimento.

Mas, a concretização maior do apoio ao PAIGC, onde a colaboração solidária ganhou mais consistência, foi após a criação da OUA, em Adis Abeba, que iniciou uma nova e derradeira etapa no continente africano após a vaga de independência dos inícios dos anos sessenta. Desta reunião nasceu um comité de coordenação composto por nove países (Argélia, Congo Leopoldville, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, Senegal e Tanzânia), e conhecido por Comité dos Nove¹⁷³,

¹⁷² *Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde*, Wikipedia The Free Encyclopedia [Em linha], 2014, [Consult. 30 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Africano_para_a_Independ%C3%Aancia_da_Guin%C3%A9_e_Cabo_Verde.

¹⁷³ FMS, *Relatório secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA* [Em linha], Casa Comum, 24 de fevereiro 1964, p. 2, [Consult. 13 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04616.079.005#12>.

“mais tarde designado Comité de Libertação”¹⁷⁴, com a função de organizar a ajuda que seria prestada aos movimentos de libertação, para o qual foi criado um fundo baseado na contribuição voluntária dos Estados membros.

Como referido, a Argélia fazia parte do Comité dos Nove que, num relatório apresentado ao conselho de ministros em 24 de fevereiro de 1964, propôs a ajuda financeira ao PAIGC no valor de 12.000 libras e também com bilhetes de regresso para os representantes dos movimentos de libertação em Dar es Salaam no valor de cerca de 2.500 libras¹⁷⁵. A OUA tinha também como desígnio a criação de uma Legião Africana ou de um Exército Africano de Libertação que haviam sido propostos, respetivamente, por Frantz Fanon, ensaísta a favor da descolonização que esteve envolvido na luta pela libertação argelina, e por Abdelkrim Khatib, ministro marroquino responsável pelos assuntos africanos¹⁷⁶. O simples projeto de uma força armada com a intenção de auxiliar os movimentos independentistas nas suas pretensões nacionalistas alertou Portugal para a possibilidade de que outros Estados africanos pudessem vir a reunir-se formalmente contra o exército português. Este medo traduziu-se num documento do Ministério dos Negócios Estrangeiros português, no qual se afirmava que aquele exército era apoiado pelos chefes de vários Estados da África¹⁷⁷, de entre os quais se inseria Ahmed Ben Bella, um dos principais motivadores da constituição desta força armada. No mesmo documento, surge a referência à presença de elementos desse exército em campos de treino do Norte de África, na sequência da promessa, algo utópica, feita pelo Presidente da Argélia de iniciar bombardeamentos contra as forças portuguesas, lançados de bases situadas no norte do continente africano¹⁷⁸.

Além destas preocupações, o documento afirma que esse auxílio prestado ao PAIGC poderia tomar outros formatos, nomeadamente de carácter financeiro¹⁷⁹. Um relatório do Comité de Coordenação da OUA descrevia uma ajuda já atribuída ao movimento liderado por Amílcar Cabral, rondando os 960 contos, o que corresponde a valores irrisórios para se conduzir uma luta

¹⁷⁴ SOUSA, Julião Soares, *Amílcar Cabral: 1924-1973: vida e morte de um revolucionário africano*, Lisboa, Nova Vega, 2011, p. 328.

¹⁷⁵ FMS, *Relatório secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA* [Em linha], Casa Comum, 24 de fevereiro 1964, p. 2, [Consult. 13 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04616.079.005#l4>.

¹⁷⁶ SOUSA, Julião Soares, *ob. cit.*, p. 358.

¹⁷⁷ AHDMNE, *Discussão das hipóteses de auxílio ao PAIGC que num futuro próximo poderia vir a ser-lhe prestado sob diversas formas e combinações*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16/7/1964, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0212/01115.

¹⁷⁸ MACQUEEN, Norrie, *A descolonização da África portuguesa: a revolução metropolitana e a dissolução do império*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, p. 77.

¹⁷⁹ AHDMNE, *Discussão das hipóteses de auxílio...*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 16/7/1964, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0212/01115.

independentista. Com estes valores mínimos e a pouca probabilidade de uma intervenção conjunta por parte do pretenso Exército Africano de Libertação, restava somente uma ajuda de caráter militar mas de forma independente, ou seja, os países teriam de tomar a livre iniciativa, caso estivessem interessados em ajudar à libertação do território da Guiné Portuguesa e Cabo-Verde. A Argélia era um dos interessados nesta intervenção a todo o custo¹⁸⁰. Apesar de tudo, inclusive do interesse demonstrado pelo governo argelino para a intervenção em territórios colonizados, os problemas internos não permitiram a prossecução desta ajuda militar, nomeadamente devido ao conflito fronteiriço com Marrocos que era travado pelas tropas de Boumédiène, a guerra das Areias, e que alertava Bella para a necessidade de não desviar esses militares para outras guerras.

Gorada a possibilidade de atribuição desses auxílios, o novo governador da Guiné, Arnaldo Schultz, nomeado em 8 de maio de 1964, decide reforçar o contingente português de 8 mil para 30 mil militares contra 5 mil guerrilheiros¹⁸¹ o que fez com que Amílcar Cabral reagisse. Um ano depois, a 21 de março de 1965, numa reunião tripartida entre Ben Bella, Modibo Keita, presidente do Mali e Sekou Touré, presidente da Guiné-Conakry, o líder argelino compromete-se a fornecer “toda a espécie de material, inclusive aviões, a fim de Amílcar Cabral poder reacender muito brevemente, a luta terrorista”¹⁸². O cumprimento desta promessa por parte do primeiro presidente eleito da Argélia livre é duvidosa, visto que três meses após esta reunião, o golpe de Estado liderado por Boumédiène colocou fim ao regime de Ben Bella, o que deverá ter posto fim ao auxílio prometido pois, ainda que o novo líder da república pretoriana argelina promettesse todo o apoio na continuidade da luta contra o colonialismo, as suas principais preocupações foram manter as fronteiras do país a salvo, recuperar a economia através de nacionalizações, o aproveitamento dos recursos terrenos e a implantação de uma cultura islâmica no seu país.

O ano de 1965 confirma a parca capacidade dos países africanos em atribuírem um auxílio concreto aos movimentos de libertação, não passando este de pequenos grupos de treino em campos militares como aconteceu na Argélia, com instrutores de guerra do próprio país mas também vindos de territórios do leste europeu, nomeadamente de países comunistas. O PAIGC foi um dos movimentos de libertação que foi ajudado pelo governo argelino de Ben Bella, ainda que em muito menor grau do que aquele que o líder da Argélia livre pretendia, um pouco no seguimento da sua política de solidariedade omnipresente e consequentemente quimérica.

¹⁸⁰ *Idem, Ibidem.*

¹⁸¹ SOUSA, Julião Soares, *ob. cit.*, p. 360.

¹⁸² Cit. in SOUSA, Julião Soares, *ob. cit.* p. 360.

➤ FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

No ano de 1962, vários grupos políticos moçambicanos anticolonialistas decidiram juntar-se e formar a Frente de Libertação de Moçambique, sob o acrónimo FRELIMO. Com a sua sede estabelecida na cidade onde havia sido fundado o movimento, Dar Es Salaam, capital da Tanzânia, esta organização constituía o conjunto de três grupos de base regional que se fundiram para criar uma nova organização de base guerrilheira sob os auspícios do presidente tanzaniano Julius Nyerere, um dos grandes apoiantes da luta pela libertação moçambicana do jugo português.

Sob a presidência de Eduardo Mondlane, antigo investigador da ONU para os acontecimentos que conduziam à independência dos países africanos, a FRELIMO conseguiu agregar as ideologias dos vários movimentos e fações que o integravam e decidiu aceitar o suporte de ambas as partes do duopólio que liderava o mundo durante a Guerra Fria, ou seja, tanto da parte dos comunistas como da parte de países da Europa Ocidental influenciada pelos EUA, com a intenção de construir uma força guerrilheira robusta e vigorosa que lançaria a guerrilha do norte de Moçambique contra as forças portuguesas¹⁸³.

A par desta ajuda por parte de países da área comunista e de países pertencentes à esfera norte-americana democrático-capitalista, sendo que este auxílio por parte de ambos se traduzia muito mais num interesse geoestratégico do que propriamente na solidariedade pela libertação desses mesmos povos oprimidos pelo colonialismo, também a Argélia se prestou disponível e interessada na luta de libertação de Moçambique, um pouco no seguimento do que havia feito com Angola e com a Guiné Portuguesa. Maioritariamente com um carácter militar, na base da instrução de guerrilha e de subversão, o auxílio prestado pelo governo argelino pautou-se também pela logística, nomeadamente na propagação da luta a nível internacional através de um *bureau* de trabalho da FRELIMO em Argel e com contribuições através da OUA, mais propriamente pelo Comité dos Nove.

Ainda antes da Conferência de Adis Abeba, já era conhecida a presença de nacionalistas moçambicanos afetos à FRELIMO nos campos de treino militar do Norte de África, nomeadamente nos argelinos. Muitos deles “a soldo de países africanos, e com apoio técnico, militar e financeiro destes”¹⁸⁴, abandonavam as suas casas e ocupações com a promessa de que seriam encaminhados para universidades estrangeiras, mas depressa se apercebiavam do logro em que tinha sido apanhados, porque acabavam por ir para “campos militares de treino, existentes em países dos quais destacamos o

¹⁸³ Cf. *Frelimo*, Encyclopaedia Britannica [Em linha], s.d., [Consult. 15 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/218869/Frelimo>.

¹⁸⁴ MUIUANE, Armando Pedro, *Datas e documentos da história da FRELIMO: de 1960 a 1975 – ano da independência de Moçambique*, Maputo, Armando Pedro Muiuane Júnior, 2006, p. 46.

Tanganhica, a Argélia, União Soviética, etc.”¹⁸⁵. Matala Bombarda Tembe, guarda-costas de Eduardo Mondlane, representa um desses casos, uma vez que foi enviado para a Argélia com a promessa de uma bolsa de estudo, com o intuito de prosseguir a sua formação académica, mas acabou num campo de treino em Marnia durante 5 meses, onde se especializou em sabotagem e guerra de guerrilha¹⁸⁶. O autor desta compilação documental, Armando Muiuane, membro da FRELIMO, afirma que o responsável por estes aliciamentos de militantes “é o Dr. Mondlane”¹⁸⁷, ou seja, o próprio líder do movimento. Os membros da direção da FRELIMO tinham que garantir e assegurar a organização e a preparação dos que deviam ir para a Argélia receber treinamento¹⁸⁸.

Sebastião Mabote, numa entrevista ao jornalista e historiador britânico Basil Davidson, garante que “um dos meus irmãos já estava na FRELIMO, o primeiro grupo que foi mandado treinar na Argélia, em 1962”¹⁸⁹, o que demonstra que o governo argelino foi dos primeiros a prestar atenção e a dar cobertura à luta nacionalista do movimento autónomo liderado por Eduardo Mondlane, ainda que imediatamente após uma guerra de sete anos contra a França para obter a sua própria independência. De salientar que esta leva era constituída por poucos elementos, sendo que os grupos maiores só chegariam em 1963. No ano seguinte à formação da FRELIMO e à independência argelina, os líderes da frente nacionalista moçambicana concluíram que a sua necessidade primária era treinar o futuro exército que combateria as tropas portuguesas. Esse interesse prioritário levou a que Mondlane contactasse a Argélia autónoma e independente, que era reconhecida por estar já “a treinar grupos de nacionalistas de outras colónias portuguesas”¹⁹⁰, como anteriormente referido, nomeadamente angolanos do MPLA e guerrilheiros afetos ao PAIGC. Perante a anuência por parte dos dirigentes argelinos, extremamente solidários com as lutas anticoloniais e independentistas, “o primeiro grupo de cerca de cinquenta jovens moçambicanos partiram para a Argélia em Janeiro de 1963, logo seguidos por outros dois grupos compostos cada um por cerca de setenta jovens moçambicanos”¹⁹¹. Nesta vontade de consolidar a luta com um organismo que se assemelhasse a um exército, a cooperação argelina era extremamente profícua, mas o problema da distância levou a que o Tanganhica aceitasse o pedido de auxílio dos vizinhos de fronteira, os independentistas moçambicanos, para auxiliarem na

¹⁸⁵ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁶ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 52.

¹⁸⁷ *Idem, Ibidem.*

¹⁸⁸ *Segundo Congresso da Frelimo*, Moçambique para todos [Em linha], 2012, [Consult. 16 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/05/segundo-congresso-da-frelimo.html.

¹⁸⁹ MUIUANE, Armando Pedro, *ob. cit.*, p. 94

¹⁹⁰ *Idem, Ibidem*, p. 126

¹⁹¹ *Idem, Ibidem*, pp. 126-127.

coordenação e preparação da luta, o que acabaria por se revelar fulcral para as pretensões da FRELIMO¹⁹².

Da sua base em Dar Es Salaam, Mathias Thomas Khumaio, o portador dos planos de ação da guerrilha libertadora, recebe uma ordem do próprio Eduardo Mondlane com indicações para se dirigir à Argélia onde se lhe seria ministrado um treino de guerrilha por 6 meses nos campos de Marnia e de Timret, tendo de lá saído com a conotação de especialista em sabotagem e para-comandos¹⁹³. Outros seguiriam o mesmo trajeto, ou seja, era-lhes facilitado o acesso ao território argelino para que fossem encaminhados para a instrução militar de que necessitavam para a luta anticolonialista, como foi o caso de André José Manjoro, monitor numa escola de recrutamento da FRELIMO, e Joel dos Santos Monteiro, que permaneceu no norte de África durante quase um ano¹⁹⁴.

Militarmente, a ajuda prestada pelos argelinos pautou-se principalmente pela instrução bélica, especificamente em técnicas de guerrilha com a influência cubana como padrão a seguir, e pelo acolhimento de alguns combatentes durante a referida instrução. A vontade expressada por Ben Bella para proceder a uma intervenção militar em território moçambicano contra o exército colonial português ficou novamente pela simples intenção, tal como no caso angolano e guineense. Ainda assim, essa intervenção de um exército argelino nos territórios coloniais portugueses era extremamente improvável, não só devido à crise diplomática que isso criaria, mas também porque a necessidade de defesa do território e da edificação de um Estado autossuficiente na Argélia recém-independente não permitiam a canalização de esforços para a internacionalização da luta anticolonialista, apesar de Ben Bella propagar a ideia de que a intervenção em território externo era viável, mas efetivava-se mais como idealista do que como realista.

Para tornar a luta dos moçambicanos conhecida no panorama internacional, a diplomacia e a informação era outra das grandes preocupações dos líderes da FRELIMO, que pretendiam mobilizar a opinião pública mundial a favor da sua luta. Isto foi possível através da instalação de um escritório permanente em Argel¹⁹⁵ assim como noutras cidades da Tanzânia, na cidade do Cairo e Lusaka¹⁹⁶. Nestes escritórios cedidos pelo governo argelino, foram criados jornais e outros documentos impressos, nomeadamente um boletim em francês intitulado “Bulletin d’Information du Bureau Permanent du Front de Libération de Mozambique à Alger (FRELIMO)”, com o intuito de difundir

¹⁹² Cf. *Idem, Ibidem*, p. 127.

¹⁹³ Cf. *Idem, Ibidem*, p. 47.

¹⁹⁴ Cf. *Idem, Ibidem*.

¹⁹⁵ ANTT, Cf. *Política de Países Africanos em Relação a África – Argélia*, Newsweek, nº 17, 10 maio 1963, pp. 36-41, K/4/6/29.

¹⁹⁶ Cf. MUIUANE, Armando Pedro, *ob. cit.*, p. 127.

informações que quebrassem o silêncio que grassava sobre a situação colonial de Moçambique. Nessa mesma publicação de janeiro de 1964, surge citada uma declaração feita por Ben Bella à Assembleia Geral das Nações Unidas, a 9 de outubro de 1962, em que demonstra toda a sua solidariedade e apoio para com a luta anticolonialista dos povos africanos¹⁹⁷, mas também outra, produzida pelo mesmo líder político africano na Conferência de Adis Abeba em que realça a sua obrigação para com o povo de Moçambique de prestar apoio incondicional face ao colonizador e que é um dever para ele tornar essa solidariedade em algo efetivo e não “letra morta” de um simples memorando¹⁹⁸.

Financeiramente, a OUA forneceu uma ajuda ao movimento nacionalista da FRELIMO no valor de 10.000 libras¹⁹⁹, dos quais a Argélia contribuiu com uma parte como acordado na fundação da OUA, mais propriamente pelo Comité dos Nove.

No caso da organização liderada por Eduardo Mondlane, o golpe de Estado de Houari Boumédiène, a 19 de junho de 1965, veio reforçar a política anticolonialista de Ben Bella mas de forma menos espetacular e mais efetiva, sempre com a ressalva de não prejudicar os assuntos internos argelinos. O escritório permaneceu em funcionamento para propaganda da luta no espectro internacional e os campos de instrução militar prosseguiram a sua função de ensinamento e formação das guerrilhas. Quanto ao apoio financeiro, já no triénio de Ben Bella não consegui informações suficientemente credíveis para afirmar que foi de grande influência, mas existiu através da OUA. Na governação de Boumédiène os dados permanecem parcos para afirmar se o seu peso foi elevado ou de menor valor, mas a verdade é que o apoio e a solidariedade para com movimentos autónomos, por parte do Estado argelino, prosseguiu até ao 25 de abril de 1974 e ao fim da guerra colonial.

➤ Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN)

Colocando de parte os movimentos de libertação africanos, nomeadamente os grupos que lutavam pelo fim do colonialismo português anteriormente referidos, esta última parte serve para fazer referência a um grupo de militantes portugueses antifascistas que receberam o apoio e a ajuda por parte

¹⁹⁷ FMS, *Bulletin d'Information du Bureau Permanent du Front de Libération de Mozambique à Alger (FRELIMO)* [Em linha], Documentos Mário Pinto Andrade, nº 1, janeiro 1964, [Consult. 17 de maio 2014], pp. 7-8, Disponível na WWW em: <URL: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=04321.004.002&numero_da_pagina=8.

¹⁹⁸ Cf. *Idem, Ibidem*, pp. 9-10.

¹⁹⁹ FMS, *Relatório secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA* [Em linha], Casa Comum, 24 de fevereiro 1964, p. 2, [Consult. 17 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador.php?pasta=04616.079.005&pag=2#14>.

do governo da Argélia independente, para edificarem um organismo que pudesse fazer frente à ditadura do Estado Novo de Salazar. Ainda que a sua luta não fosse primariamente pelo fim da guerra colonial e consecutivamente do colonialismo português em África, este grupo de exilados políticos portugueses foi acolhido no território livre da Argélia, para daqui lançarem a sua luta contra o governo autoritário liderado por Salazar, com vista à sua deposição e à instauração de um modelo democrático em Portugal.

Em dezembro de 1962, na cidade de Roma, realiza-se a I Conferência da Frente Patriótica de Libertação Nacional (FPLN), uma organização de antifascistas portugueses que pretendia unir em torno de um só grupo coeso e unitário, a vontade de acabar com o regime fascista do Estado Novo vigente em Portugal. O nascimento deste grupo surge na sequência das eleições perdidas pelo General Humberto Delgado em 1958 e pelo falhanço do assalto ao quartel de Beja em 1961, o que resultou no exílio forçado de muitos ativistas democráticos e oposicionistas. A FPLN aparece como um conjunto de várias forças antifascistas com a intenção de combater a ditadura salazarista desde o exílio, com o apoio de alguns países democráticos. Nesta Conferência de Roma, participaram vários exilados portugueses, dos quais Manuel Sertório, em representação do General Humberto Delgado que se encontrava exilado no Brasil, Fernando Piteira Santos, Manuel Tito de Morais, Rui Cabeçadas e um representante do Partido Comunista Português, Pedro Ramos de Almeida, membro da principal força desta organização. Estes quatro últimos elementos são mais tarde designados para dirigirem a Comissão Delegada (CD) do movimento²⁰⁰.

Dada a necessidade de instalação da sede do movimento num país que suportasse económica e logisticamente a luta destes portugueses e que se localizasse o mais próximo possível de Portugal, devido aos poucos recursos existentes para grandes deslocações e para grandes campanhas propagandísticas, a ideia da Argélia como base de lançamento da campanha pelo fim do Estado Novo começa a ganhar forma já antes da Conferência de Roma, não só pela recente independência face ao franceses mas também pela solidariedade que os seus governantes demonstravam para com todos os movimentos de libertação e de democratização. Tendo excluído Marrocos pela sua negação face a uma atividade ofensiva contra Portugal devido à instabilidade na sua fronteira com a nação de Ben Bella e a consequente necessidade de defesa do seu território, recorde-se que antes de partirem para Argel alguns dos futuros militantes da FPLN se encontravam exilados em Rabat, Piteira Santos sugere que a grande base política e operacional deveria ser a Argélia, pois aí encontravam-se a apenas 600 ou 700

²⁰⁰ Cf. PINHEIRO, Patrícia McGowan, *Misérias do Exílio: Os últimos meses de Humberto Delgado*, Alpiarça, Contra-Regra, 1998, p. 137.

quilómetros de Portugal, sendo impossível arranjar local mais próximo²⁰¹ e que oferecesse o que nenhum outro até à altura lhes poderia oferecer, a oportunidade de serem livres.

Após vários contactos entre o General Delgado, Piteira Santos e Tito de Moraes, a ideia de estabelecer a base da FPLN em Argel é aceite, ainda que com algumas reticências por parte de alguns membros, particularmente aqueles afetos ao PCP devido à enorme distância face à sua base de apoio fulcral, ou seja, a URSS, sendo que a situação instável do país e a provável dificuldade de sustentação dos militantes portugueses aí presentes também se apresentava como ponto de divergência. O primeiro a chegar a Argel é Manuel Tito de Moraes, um dos fundadores do movimento frentista, onde trava conhecimento com Pablo Raptis, conselheiro do Presidente Ahmed Ben Bella, que de imediato lhe consegue um emprego como engenheiro elétrico do Hospital Moustapha, assim como para a sua esposa, no Ministério da Saúde, mais propriamente numa repartição que estava encarregue de contratação de pessoal estrangeiro²⁰². Após a instalação de Piteira Santos em Argel, assim como dos restantes membros da direcção da CD, Delgado entra em contacto directo com Ben Bella para o felicitar pela sua vitória face ao colonialismo francês mas, acima de tudo, para pedir auxílio para a instalação da sede da FPLN e para a entrada de alguns dos exilados pertencentes à Frente em território da Argélia, facilitando assim o percurso do movimento antifascista dada a confidencialidade entre o general português e o líder político argelino. A resposta deu-se através de uma carta de Piteira Santos ao ex-candidato às eleições presidenciais portuguesas de 1958, onde anunciava que o regime norte-africano não colocaria qualquer entrave à sua entrada no território, mesmo que o General Delgado, arauto da oposição ao regime português vigente, não fosse portador do passaporte identificador da sua cidadania²⁰³. A facilidade de instalação dos revolucionários portugueses em terreno argelino torna-se clara com esta abertura à entrada do líder do movimento democrático na Argélia, ainda que os seus documentos de identificação fossem uma lacuna presente. Ainda no Brasil, o próprio general fez questão de endereçar uma carta a Ben Bella, para que este reconhecesse Piteira Santos como seu delegado para os assuntos políticos na Argélia, e que lhe disponibilizasse todo o apoio político, moral e material necessário à luta antifascista portuguesa²⁰⁴.

²⁰¹ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Rabat, 20 de setembro de 1962, nº 09.

²⁰² PINHEIRO, Patrícia McGowan, *ob. cit.*, p. 41.

²⁰³ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 11 de maio de 1963, nº 55.

²⁰⁴ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Rio de Janeiro, 22 junho 1963.

A necessidade de um local de trabalho conjunto levou à criação de um *bureau* na capital Argel, mais propriamente na localização 118 Boulevard Salah Bouakouir, 5º andar²⁰⁵, uma cedência das autoridades argelinas que de imediato o reconheceram, legalizando-o e tornando-o público. Apesar de ser de dimensões pequenas, estava equipado com o material necessário para o trabalho pretendido pelos antifascistas portugueses. Situado numa das zonas centrais da cidade, assim como num dos seus maiores edifícios, o pequeno gabinete localizava-se a meio caminho entre o Palácio do Governo (local da administração central), o Palácio do Povo (residência do chefe de Estado), a Vila Jolli (sede do BP da FLN), a Rádio Televisão argelina, o Ministério da Informação e do Ministério da Defesa Nacional²⁰⁶. Geograficamente, o *bureau* da FPLN apresentava-se perfeitamente enquadrado entre as diferentes instituições e locais de que necessitava para procurar suporte e inclusive adquirir conhecimentos e contactos privilegiados nas mais altas esferas da política e da administração local.

Como local de reuniões, emissões e, acima de tudo, base de trabalho dos frentistas portugueses, o *bureau* da 118 Boulevard Salah Bouakouir, estava equipado com “telefone, uma boa maquina de escrever com carreto grande; um ronéo eléctrico; secretárias e armarios metalicos”²⁰⁷. Daqui seriam escritas e impressas as publicações periódicas frentistas que pretendiam demonstrar o que se passava realmente nas colónias do império português, nas prisões e o modo de vida pobre e rural da maior parte da população, despertando as consciências para o que objetivamente grassava no regime salazarista e que a PIDE e outros órgãos ao serviço do Estado procuravam ocultar, ludibriando as instituições internacionais políticas e de direitos humanos.

Em termos de facilidade de instalação domiciliária na capital, os portugueses foram alvo da benevolência e solidariedade do povo e do governo daquele país africano. Como refere Maria Adelaide Ribeiro, “os argelinos ajudavam os portugueses a encontrar trabalho e casa, quase sempre nos melhores bairros de Argel”²⁰⁸ e o “convívio nas ruas entre as poucas crianças argelinas do bairro onde vivia, que depressa começaram a falar português, e a facilidade com que os seus filhos aprenderam árabe”²⁰⁹ demonstra a cumplicidade e a benevolência do comum argelino para com os portugueses e, regra geral, para com os estrangeiros que procurassem uma situação sustentável quer por razões ideológicas ou por falta de oportunidade, salvo exceção dos franceses que ainda eram vistos como o

²⁰⁵ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, nº 200.

²⁰⁶ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 3 de junho de 1963, nº 77.

²⁰⁷ *Idem, Ibidem.*

²⁰⁸ MAGARREIRO, Vera, *Marita, a história de um exílio em Argel que durou 40 anos* [Em linha], RTP, 1 de junho 2005, [Consult. 20 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=11094&tm=8&layout=121&visual=49>.

²⁰⁹ *Idem, Ibidem.*

colonizador, estando muito vincada a memória repressiva da era colonial e da guerra de libertação. Do grupo de frentistas residente em Argel, Hélder Veiga Pires, Rui Cabeçadas e Modesto Iglesias viviam em habitações mobiladas e em condições de receber qualquer pessoa, fosse jornalista ou diplomata que não devesse ser acolhido no *bureau*²¹⁰. Já o engenheiro elétrico Manuel Tito de Morais iria mudar de habitação, deixando o número 17 da rue Charles Vallin, que deveria ser mantida devido à sua posição central na geografia da cidade e ao grande espaço interior que a mesma tinha, com 4 quartos, cozinha, casa de banho, varanda, um grande corredor e telefone, que após pequenas reparações poderia servir de ponto de apoio aos futuros militantes que viessem a procurar residência na capital argelina²¹¹. A ideia de que o acesso a boas habitações era facilitado fica patente com esta alternância e permanência das mesmas, ainda que servissem somente para possíveis futuros pontos de acolhimento.

Desses futuros militantes que teriam intenções de entrar na Argélia à procura de uma vida melhor, assim como de um possível apoio para se relançarem na luta contra o fascismo salazarista, encontrava-se o General Humberto Delgado que era requerido pelos membros da CD da FPLN para se apresentar em Argel devido à sua influência na comunidade exilada portuguesa e à sua cumplicidade com o Presidente da Argélia. Ahmed Ben Bella, que inclusive visitou o general durante o seu internamento no *Statni Sanatorio*, em Praga, em janeiro de 1964. A sua entrada na capital só seria possível a 27 de junho de 1964, tendo ficado alojado no palácio presidencial²¹², gozando da hospitalidade do chefe de Estado e do governo argelino²¹³, uma vez que começavam a surgir incongruências na sua relação com os restantes membros da CD da FPLN, nomeadamente Piteira Santos, Tito de Morais e o representante do PCP, Pedro Ramos de Almeida. Mas, ainda antes da sua saída do Brasil, Delgado e Manuel Sertório estavam encarregues de angariar ajuda financeira para a organização frentista, uma vez que os portugueses não dariam subvenções como estava previsto e pretendido pelos elementos da Frente. Para que o General se pudesse manter em Argel com uma qualidade de vida proveitosa, seriam necessários cerca de 200/250 contos mensais, que poderiam vir de emigrantes portugueses no Brasil, que apoiavam a luta da FPLN, nomeadamente Lúcio Tomé Feteira, Seabra e Rica Gonçalves²¹⁴.

²¹⁰ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 3 de julho 1963, nº 77, p. 2.

²¹¹ *Idem, Ibidem*.

²¹² Cf. PINHEIRO, Patrícia McGowan, *ob. cit.*, p. 139.

²¹³ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Londres, abril 1965, nº 347-1, p. 2.

²¹⁴ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 3 de julho 1963, nº 77, p. 2.

Não tendo informações que me permitam comprovar ou refutar a realidade da cedência do suporte financeiro por parte dos industriais acima referidos, a verdade é que os membros da FPLN receberam auxílio para que se sustentassem em Argel, alguns com as suas famílias, local onde habitavam e de onde pretendiam afirmar o seu projeto de combate à ditadura do Estado Novo. Como consequência pretendiam colocar um fim à guerra colonial que devastava famílias inteiras mas que, acima de tudo, representava o principal meio através do qual poderiam angariar projeção e a atenção internacional, pois era especialmente através deste conflito colonialista que as organizações internacionais e as principais nações se focavam em recriminar a política e o regime português. Como foi anteriormente referido, Manuel Tito de Morais conseguiu um emprego quase imediatamente após a sua chegada a Argel, como engenheiro elétrico, tal como a sua mulher, no Ministério da Saúde. É também do conhecimento que vários membros da sua família foram conseguindo empregos na administração pública argelina²¹⁵, demonstrando a clara necessidade de quadros qualificados por parte do recém-independente Estado, mas também a capacidade e a vontade de assimilação de pessoas que surgissem no país com o estatuto de “revolucionário”²¹⁶, que viam ser-lhes facilitado o acesso a empregos. Os membros da FPLN, para se sustentarem, tentaram de imediato contactar o Presidente Ben Bella através de uma carta onde se requeria uma subvenção mensal destinada a garantir um modo de vida modesto e para pagar as despesas de algum pessoal do *bureau*, sendo que este valor rondaria o equivalente a 8.000 dólares²¹⁷. A obtenção de tão limitada quantia em Portugal ou no Brasil não seria possível, tendo em conta o elevado custo do nível de vida e o saque levado a cabo pela polícia política portuguesa a algumas das doações prestadas ao movimento oposicionista português²¹⁸.

Apesar de Delgado considerar uma subvenção de valor reduzido para os rendimentos de um país, num encontro acerca de questões materiais que os membros da CD da FPLN tiveram com o Governo, o valor requerido foi considerado como fastigioso demais para poder ser atribuído, tendo a base de negociação descido para metade, ou seja, 4.000 dólares, com as conversações a estagnarem neste ponto, apesar da descida do valor do pedido de ajuda financeira²¹⁹. Esta renegociação conduziu a que a solicitação fosse dividida entre o Governo argelino e a embaixada da Índia, que tinha no chefe de Governo do seu país Jawaharlal Nehru, um grande apoiante e impulsionador do fim do colonialismo. O novo pedido foi realizado de modo a ser entregue em parcelas mensais de 250 dólares, o que perfaria

²¹⁵ Cf. PINHEIRO, Patrícia McGowan, *ob. cit.*, p. 41.

²¹⁶ DÁSKALOS, Sócrates, *ob. cit.*, p. 114.

²¹⁷ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Rio de Janeiro, 22 de junho 1963, nº 74, p. 1.

²¹⁸ *Idem, Ibidem*, p. 2.

²¹⁹ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 4 de novembro 1963, nº 169.

3.000 dólares anuais, o suficiente para se poder “instalar um órgão potente na Argélia durante um ano”²²⁰. Apesar de todos os pedidos apresentados ao governo argelino e à Embaixada da Índia, não consegui recolher registos que comprovem que esta subvenção financeira foi cedida por ambas as entidades nacionais, tendo inclusive esta ajuda sempre sido deficiente e, mesmo para os movimentos africanos, exígua²²¹. A única referência à ajuda argelina que consegui obter está datada do período após a morte do General Humberto Delgado, em Villa Nueva del Fresno, onde se refere que o Governo argelino dava 10.000 dinares à FPLN, desconhecendo-se a regularidade com que o fazia²²².

Compreensivelmente se objetiva que da parte do governo de Ben Bella, as cedências financeiras que permitiriam à FPLN montar um órgão capaz de tomar fortes posições contra o regime de Salazar não foram as pretendidas pelos exilados portugueses, não só pela situação atribulada de um país recentemente saído de uma guerra colonial, mas também porque se encontrava num processo de estabilização política e acima de tudo económico-financeira. Assim sendo, a ajuda que era cedida à organização antifascista portuguesa provinha, na sua maior parte, de subvenções e quotizações²²³ aos seus membros e de doações de emigrantes e exilados espalhados um pouco por todo o mundo que eram afetos à luta contra o regime do Estado Novo. A forte rede de filiados que a organização continha no interior de Portugal, contando com cerca de 4.617²²⁴ membros, em 1966, permitia a aquisição de fundos necessários para o desenvolvimento da FPLN através do “pagamento regular e periódico dos seus contributos”²²⁵ com os quais poderiam prosseguir com a impressão e divulgação da imprensa frentista e com o apoio a membros que partiam de Portugal para o exílio ou que desertavam da guerra colonial. Algumas das receitas provenientes das quotizações, na sua maioria de portugueses que se encontravam na Argélia, como demonstra o documento de movimentações de conta do *bureau* referente a 1963, que apresenta receitas de 3.381,03 francos argelinos e um montante de despesas de 3.240,84 francos, contabilizando assim um saldo de apenas 140,19 francos argelinos em 31 de dezembro de 1963²²⁶. Dos emigrantes, mas também de organizações estrangeiras, as quantias que chegavam a Argel para financiar a luta antifascista eram maioritariamente provenientes da Suíça, da Grã-Bretanha e da Bélgica, com 1.058,10 francos suíços, 25.100,0 libras britânicas e 2.902 francos

²²⁰ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Rio de Janeiro, nº 105.

²²¹ Cf. PINHEIRO, Patrícia McGowan, *ob. cit.*, p. 42.

²²² CD25Abril, Espólio Piteira Santos, *Fernando Piteira Santos e Manuel Alegre. A vida tenebrosa de dois oportunistas mascarados de democratas*, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Documentos Diversos/Humberto Delgado/Textos Diversos II/Não Manuscritos, 1974, pp. 1-2.

²²³ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, *Relatório*, Secção Correspondência Particular, 1966, nº 345, p. 2.

²²⁴ *Idem, Ibidem*, p. 3.

²²⁵ *Idem, Ibidem*, p. 2.

²²⁶ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Argel, 31 de janeiro 1964, nº 185.

belgas²²⁷, neste caso referente às contas do ano 1965, sendo que também de França, Portugal e Checoslováquia, por exemplo, eram enviadas quantias de menor valor. Esta situação pode também ser comprovada num documento do Espólio de Manuel Sertório em que são discriminados todos os valores monetários recebidos durante o ano de 1965, provenientes dos EUA, França, Suíça, Itália, Grã-Bretanha, entre outros, e que após a conversão em dinares argelinos pelo Banque D'Algerie, acumulou um total de 114.381,41, incluindo receitas, despesas e taxas de câmbio²²⁸.

Temos aqui a demonstração de que, e apesar dos dados serem parcos, a maioria do auxílio financeiro prestado à FPLN em Argel, provinha dos emigrantes portugueses que apoiavam a luta antifascista e de algumas organizações estrangeiras, de carácter socialista, principalmente do centro e do norte da Europa, que queriam ver o fim do Estado Novo e principalmente da guerra colonial. Tal como havia acontecido com os movimentos de libertação africanos acima mencionados, a solidariedade dos argelinos no que a cedências financeiras diz respeito, não corresponde à tão afamada vontade que Ben Bella mostrava nos discursos e comunicações que fazia ao seu povo, à Assembleia Nacional e nos palcos internacionais em que discursou. A situação periclitante do próprio Estado-nação da República da Argélia poderá ter sido um elemento fundamental para cercear toda a vontade demonstrada pelo líder do FLN de querer prestar ajuda àqueles que pretendiam depor regimes de carácter autoritário ou emancipar-se a nível político, num discurso que os tempos hipoteticamente classificam como utopicamente sonhador.

No aspeto logístico, a FPLN pôde contar com várias cedências do governo da República argelina, nomeadamente no que diz respeito à necessidade de instauração de um órgão radiofónico para que a mensagem democrática e antifascista conseguisse chegar aos portugueses do interior de Portugal, sem que a PIDE pudesse fazer interferências ou bloquear a emissão da mesma. A “Voz da Liberdade”, nome pelo qual ficou conhecida esta rádio clandestina que emitia desde Argel, pretendia ser uma voz livre do povo português. A instalação deste órgão radiofónico só foi possível graças à concessão dos meios técnicos por parte do governo de Ben Bella, dado que a base emissora da rádio frentista se localizava no edifício da Rádio Televisão Argelina, a emissora nacional pública da república em questão.

Como afirma o próprio Manuel Alegre, um dos primeiros e mais sonantes locutores desta emissora, a primeira vez que ouviu esta rádio encontrava-se na prisão e do gabinete dos membros da

²²⁷ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, *Conferência de Caixa*, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Documentos Diversos/Humberto Delgado/Textos Diversos II/Não Manuscritos, 1967, p. 4.

²²⁸ CD25Abril, Espólio Manuel Sertório, Secção FPLN, Sub-secção JRP, Contas, Argel, 31 de dezembro 1966, nº 2, p. 1.

PIDE chegava aquela voz sonante²²⁹, nomeadamente a de Stella Piteira Santos, que foi a responsável pela primeira emissão radialista da “Voz da Liberdade”.

Mas, ainda antes da existência desta emissora unicamente portuguesa, a FPLN havia conseguido uma emissão semanal de uma hora através da rádio argelina, que em ondas médias de 300/350 metros evitaria a “brouillage” (interferência) dos emissores fascistas. A emissão seria realizada ao sábado, das 24 horas à 1 da madrugada²³⁰. Apesar de não ser necessariamente o que os frentistas pretendiam, o surgimento deste semanário radiofónico clandestino iria permitir uma resposta concreta à propaganda e à doutrinação fascistas e trazer alguma luminosidade à obnubilação em que o povo português vivia. A possibilidade de desencadear uma ofensiva psicológica contra o regime do Estado Novo através da via radiofónica e da propagação de entrevistas com os principais líderes dos movimentos de libertação africanos, como foi o caso de Amílcar Cabral, Eduardo Mondlane e Agostinho Neto, assim como dos discursos relativos à campanha eleitoral do General Humberto Delgado, permitiam que uma lufada de ventos democráticos entrasse no panorama ideológico e no quotidiano dos portugueses.

Efetivamente, a rádio “Voz da Liberdade” é considerada como o grande mensageiro antifascista da última década do Estado Novo, pois foi aquela que conseguiu criar o seu próprio espaço e penetrar na teia construída pela censura e pela polícia política portuguesa. Mesmo com a existência da rádio clandestina afeta ao PCP, denominada Rádio Portugal Livre e sediada em Bucareste, a emissora dos frentistas em Argel foi a que mais se destacou no campo oposicionista português. A voz tonitruante de Manuel Alegre, que ficou conhecida como “o estro da liberdade nesses tempos de escuridão”²³¹, deu um *élan* profundo às transmissões efetuadas desde Argel que de início transmitia somente duas vezes por semana, aumentado mais tarde para três emissões semanais, sempre em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e ondas médias de 250, 300 e 330 metros. Fernando Piteira Santos era o principal redator dos comunicados que eram emitidos pela rádio e difundidos por Alegre.

Também foi através da “Voz da Liberdade” que o general Humberto Delgado anunciou o seu regresso para prosseguir e relançar a sua campanha contra o regime de Oliveira Salazar e que desta vez

²²⁹ Cf. CLÉRIGO, Pedro, *Manuel Tito de Morais – Antes Quebrar que Torcer* [Registo vídeo em linha], Youtube, 1 de novembro 2011, [Consult. 26 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <https://www.youtube.com/watch?v=5ICJdRauQCM>.

²³⁰ CD25Abril, Espólio Piteira Santos, Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência, Alger, 3 de junho 1963, nº 77, p. 2.

²³¹ SOARES, Mário, “Depoimento do Presidente da Fundação Mário Soares”, in FIADEIRO, Maria Antónia, *Fernando Piteira Santos, Português, Cidadão do Século XX*. Porto, Campo de Letras, 2003, p. 39.

não tencionava perder, pretendendo conduzindo Portugal à democracia. Isto acabaria por não se concretizar devido à sua morte por assassinato pelos oficiais da PIDE.

Finalmente, o governo dirigido por Ahmed Ben Bella possibilitou que a FPLN criasse algumas publicações periódicas que seriam distribuídas em Portugal e em outros países da Europa. Nomeadamente o *Acção Revolucionária*, *A Arma Crítica*, o *Frente*, o *Jappa*, o *Revolução Portuguesa* e o *Liberdade*²³², foram os títulos publicados e distribuídos por elementos que estavam ligados à FPLN ou que se encontravam no exílio em Argel mas que tinham problemas de caráter ideológico ou metodológico contra a Frente Patriótica de Libertação Nacional. Todas estas publicações tiveram uma curta duração e somente o *Frente* e o *Jappa* conseguiram um número considerável de tiragens²³³.

Estas publicações eram pertença de vários movimentos, todos de caráter antifascista e apoiantes de uma ideologia mais à esquerda do espectro político existente, nomeadamente do MAR, da JAPPA, do GRPL, entre outros, mas que se posicionavam conforme os seus interesses perante os conflitos e disputas que surgiam dentro da comunidade exilada portuguesa na capital argelina, nomeadamente entre o PCP, a FAP, os “delgadistas” e o grupo de Piteira Santos, Manuel Alegre e Tito de Morais.

Mesmo após o golpe de Estado de Houari Boumédiène, em 19 de junho de 1965, estas publicações periódicas, assim como a rádio “Voz da Liberdade”, puderam prosseguir com a sua campanha de propaganda e internacionalização da luta contra o regime autoritário vigente em Portugal. As publicações periódicas *A Arma da Crítica* e o *Frente* são prova disso, pois datam de 1968 e 1972, respetivamente.

Apesar da ajuda monetária do governo argelino não ter sido aquela que era pretendida pelos frentistas, a possibilidade de abertura do *bureau* com as mínimas capacidades de funcionamento, a criação de uma emissora radiofónica que transmitia para Portugal, as várias publicações periódicas que foram concebidas para transmitir e propagar a informação e, finalmente, a maneira como os exilados foram acolhidos e como tiveram acesso ao mercado de trabalho, demonstra uma grande abertura e um grande auxílio ao antifascistas portugueses pertencentes à FPLN pela parte de todo o corpo governamental e pelo próprio povo argelino, imbuído por completo na aura solidária que estava fortemente presente de luta pela independência e fundamentalmente pela liberdade.

²³² Cf. PEREIRA, José Pacheco, *As Armas de Papel: Publicações Periódicas Clandestinas e do Exílio Ligadas a Movimentos Radicais de Esquerda Cultural e Política (1963-1974)*, Lisboa, Temas & Debates, Círculos de Leitores, 2013, p. 125.

²³³ Ver PEREIRA, José Pacheco, *ob. cit.*, pp. 313-314 e 355-358.

Conclusão

Seguindo os ventos da História, o processo de descolonização que se verificava um pouco por todo o mundo chegou também ao Norte de África, mais especificamente à Argélia. A luta pela autonomia dos argelinos face ao colonizador francês não foi uma guerra de caráter ofensivo e de destruição, mas uma guerra de guerrilha, maioritariamente composta por ações de subversão e com as principais unidades militares dos independentistas estacionadas nas fronteiras com a Tunísia e com Marrocos, nunca chegando a ter um papel fulcral no que a intervenções militares diz respeito.

Com as conversações entre os dois governos, nomeadamente o francês e o GPRA, e o consequente acordo assinado em Évian e mais tarde ratificado pelo CNRA, acordo esse que não foi de maneira nenhuma consentido por todos os integrantes da FLN, o caminho para a autodeterminação estava aberto, restando apenas a concretização efetiva e legal através de um referendo popular, que seria a garantia ansiada pelo povo de independência e liberdade, como se confirmou a 1 de julho de 1962, com uma maioria praticamente esmagadora de votos a favor da autodeterminação da última colónia do império francês. Após 300 anos de construção, manutenção e aproveitamento de um vasto império colonial que se estendia pelos quatro continentes, exceto a Europa, a França colocava um ponto final na conservação de grandes possessões coloniais.

A independência da Argélia, 132 anos depois da tomada do seu território pelos conquistadores franceses, inebriou o povo de uma onda de liberdade e controlo do seu próprio futuro que antes não havia sido possibilitada. A vaga de festejos que teve lugar na capital, Argel, turvava por completo os jogos de bastidores que ocorriam na corrida pelo poder. O triângulo Tlemcen-Argel-Tizi-Ouzou, rapidamente demonstrou que a forte unidade que tinha existido durante os 8 anos da guerra de libertação, não tinha passado de uma simples cedência perante um interesse maior e comum e, assim que essa coesão deixou de fazer sentido as verdadeiras faces revelaram-se, demonstrando que não estavam dispostas a ceder tão facilmente na luta pelo domínio da nova Argélia. A crise do verão de 1962, que terminaria com a vitória do BP de Tlemcen e com a morte política do governo provisório, que foi o único órgão internacionalmente reconhecido durante as conversações para a independência, comprovou essa mesma necessidade que as várias partes envolvidas tinham em afirmar o seu modelo de construção do Estado da nova nação e do rumo a seguir, mas também a efetivação de que quem tivesse o apoio do Exército, e concretamente do seu líder Houari Boumédiène, prevaleceria no quadro de negociações, algo que Ben Bella soube bem negociar, aliando-se ao peso que mais desequilibrava a balança. Ainda assim, o primeiro corpo ministerial da Argélia livre englobou elementos pertencentes a vários quadrantes políticos, com membros que se afirmavam fiéis a Ben Bella, mas também alguns que

se tinham colocado em situação oposicionista ao novo chefe de governo. Aqui, o líder do BP de Tlemcen soube jogar muito bem com as diversas facções existentes num quadro de aparente conciliação e harmonia entre todos os setores políticos, mas que num curto espaço de tempo se revelaria uma simples jogada política de consolidação do poder autoritário.

Apesar do forte apoio de Boumédiène e da concordância unânime nas altas esferas governativas de que o caminho a seguir era o da implantação de um socialismo particularmente adaptado à estrutura argelina, a lacuna deixada pela partida em massa de quadros europeus especializados, aquando da independência, devido à enorme hostilidade dos nativos para com os *pied-noirs*, assim como a incerteza quanto ao seu futuro no novo país tendencialmente lesivo para com a classe média europeia, resultou no abandono e consequente encerramento de muitas das empresas que constituíam o panorama industrial local. Com esta enorme falta de mão-de-obra qualificada para iniciar a construção da nova pátria, Ben Bella optou por um sistema de autogestão de algumas empresas pretendendo criar um desenvolvimento dinâmico das práticas autogeridas, algo que não se verificou. Com a queda do líder governamental que administrou a Argélia durante o primeiro triénio após a independência, o processo de autogestão praticamente findou, sendo por isso considerado como um fracasso visto que os seus frutos nunca foram de grande benefício para o país.

O projeto socialista de Ben Bella foi altamente profícuo no que respeita à educação, à implantação de uma cultura arabizante e na obtenção de ajuda financeira por parte de outros países, maioritariamente da França, com a finalidade de colocar de novo o setor industrial e agrícola em funcionamento. Os custos deste pedido de auxílio foram a cedência da maior fonte de riqueza argelina aos franceses, nomeadamente o petróleo, que já era explorado em parte pelos ex-colonizadores, como resultado do que havia sido estabelecido nos Acordos de Évian.

Esta atitude de entrega da maior parte da extração do petróleo aos franceses aprofundou as desconfianças dos oposicionistas quanto à verdadeira intenção do chefe de Estado da Argélia, no que às suas pretensões face à aplicação concreta de uma revolução de carácter socialista dizia respeito. Um desses membros apreensivos foi Houari Boumédiène que pretendia a nacionalização do setor petrolífero e do gás, acusando o governo francês de tentar aplicar um neocolonialismo disfarçado, através do controlo dos principais setores económicos.

Também a remodelação consecutiva do corpo governamental por parte do Presidente da República, com o afastamento de alguns dos antagonistas e a tentativa de diminuição do poder da ANP e consequentemente do seu líder, com o intuito de concentrar o poder unicamente na sua pessoa, edificando um regime de carácter autoritário em que Ben Bella controlaria todos os segmentos e setores

da administração, levou a que as tensões contra si se acentuassem e se efetivassem. A prova desse desagrado é o golpe de Estado realizado a 19 de junho de 1965, pelo Exército, e que colocaria Houari Boumédiène no poder.

A queda do regime colocou no governo aquele que era o verdadeiro detentor do poder na Argélia, algo decorrente desde o tempo da GLN. O coronel do Exército e ex-ministro da Defesa assumia agora a posição de dirigente do país que ajudara a construir, acentuado a necessidade de cortar radicalmente com a política benevolente do anterior governo ao acentuar o processo de implantação profunda da revolução argelina pretendida. Com Boumédiène o setor petrolífero regressou à posse do Estado que dele usufruía maioritariamente, até se tornar o proprietário a 100% em 1974, assim como a educação que foi profissionalizada tanto ao nível básico como no ensino superior. Entre a queda de Ben Bella e o fim do período do regime de Boumédiène como chefe de Estado, o país conseguiu criar *Superavits* em vários setores e desenvolver a sua cultura fortemente vinculada pela via do arabismo.

A forte instabilidade criada pela vitória num processo de independência trouxe à Argélia um misto de felicidade e impotência. A tentativa de assegurar o poder através do enfraquecimento do adversário impossibilitou a construção de um Estado forte e coeso, que se pautasse pela unidade em torno de um objetivo comum. As lutas pessoais conduziram a um triénio em que a harmonia entre facções parecia estar consolidada, mas depressa esse cenário se transformou no afastamento de alguns dos que haviam sido inseridos num panorama temporário de amenização, derivado da crise do poder em 1962. Os tumultos, no que ao poder diz respeito, têm a sua cessação somente com o golpe de Estado, quando um regime militar permite estabilizar o país e conduzi-lo ao crescimento económico, ao enriquecimento cultural e à independência financeira.

Outro dos fatores que conduziu à insatisfação demonstrada por Houari Boumédiène e que, por sua vez, levou à deposição de Ben Bella, era a política de solidariedade demonstrada para com os movimentos de libertação africanos, em detrimento da segurança das fronteiras da própria nação. Apesar da Guerra das Areias ter sido dois anos antes do golpe militar, em Outubro de 1963, as tensões fronteiriças prosseguiram, e a segurança não se encontrava de modo algum assegurada.

Mesmo depois de terem alcançado a tão pretendida independência, os líderes argelinos entendiam que a autonomia deveria ser algo universal, ou seja, o colonialismo tinha que ser erradicado de qualquer das formas.

Perante esta forma de pensar, e tendo o império português como maior alvo, vários movimentos independentistas africanos foram apoiados pela Argélia na sua luta contra o colonialismo. A

solidariedade para com o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC demonstra que, mesmo com grandes carências internas, a solidariedade ideológica do governo argelino estendia-se às necessidades dos povos subjugados ao poder colonial. Apesar da promessa feita de que lhe seriam fornecidos meios vastíssimos para endurecerem a luta contra o exército português, essa não foi a realidade dos acontecimentos, tendo sido auxiliados com meios logísticos e militares, carecendo do fundamental apoio financeiro. Ainda assim, o combate das organizações independentistas africanas, nas possessões portuguesas, tiveram o auxílio possível por parte de um país que tinha no seu líder um pregador de uma solidariedade que se viria a revelar mais utópica do que efetiva, não só pelo fim do seu período enquanto chefe de Estado, mas também pelas lacunas que existiam no seu país e que não lhe permitiam a necessária sustentação das carências desses movimentos autónomos.

Os nacionalistas africanos que combatiam o colonizador português viram acedidos os seus pedidos de instrução militar, nomeadamente de guerrilha, e de alojamento. As levas de guerrilheiros que chegaram à Argélia foram treinados em campos militares no deserto, de onde partiriam para transmitir os seus ensinamentos aos restantes parceiros de combate.

Rotulada como organização revolucionária, a FPLN também se instalou em Argel após a independência do país. O estabelecimento desta organização que pretendia depor o regime do Estado Novo e edificar uma democracia em Portugal, só foi possível graças à benevolência de Ben Bella, que estava a fazer do seu país uma espécie de “Meca das Revoluções”, acolhendo organizações revolucionárias e independentistas de vários quadrantes. Apesar de não lutarem primariamente contra o fim da guerra colonial, os frentistas pretendiam acabar com este conflito, mas somente após a deposição de Salazar e a finalização do regime autoritário que este havia edificado. Penso que terá sido por pretenderem colocar um fim na administração que mantinha o regime colonial em África, que os frentistas foram apoiados pelo governo argelino no processo de instalação e de construção de uma organização que acabaria por combater o Estado Novo, devido ao seu carácter “revolucionário”, mas de forma diferente daquela que era feita pelos movimentos independentistas africanos. A facilidade de entrada no território da Argélia, a capacidade de instalação e de conseguir um emprego, assim como a criação de órgãos de difusão propagandística, demonstra que estes exilados receberam algumas ajudas cruciais à sua luta, na senda da solidariedade internacional prestada pelo governo de Ben Bella e que prosseguiu durante o regime de Boumédiène, ainda que de forma mais controlada e sem colocar em causa a defesa do território da sua nação em benefícios das lutas de outros.

Toda a atividade propagandística que era praticada pelos movimentos independentistas e pelo grupo de exilados políticos portugueses, só foi possível de realizar devido à ajuda prestada pelos

governos solidários da Argélia independente. A criação de publicações periódicas que pudessem chegar às populações, revelando certos aspetos da guerra colonial ou do Portugal ditatorial, foi um dos aspetos que mais fortemente se efetivaram no que a solidariedade internacional diz respeito, uma vez que no campo militar e logístico a objetividade era um fator variável.

A facilidade com que os frentistas conseguiram colocar em funcionamento um organismo de propaganda, que foi efetivo na sua tarefa de romper a teia da PIDE e fazer com que as emissões da “Voz da Liberdade” alcançassem os seus propósitos de passar a sua mensagem democrática ao povo português, só foi possível devido à instalação no edifício da rádio estatal argelina.

A demonstração de apreço e apoio para com a luta destes movimentos antifascistas, fez da Argélia um bastião para todos aqueles que pretendessem lutar contra os resquícios ainda sobreviventes do período colonial que estava a findar, tornando-se cada vez mais anacrónico e repudiado pelas principais organizações internacionais de Direitos Humanos. O suporte a vários níveis ao movimentos independentistas africanos conduziu ao resultado esperado, ainda que não tenha sido a guerra mantida contra o exército colonial português o fator principal que determinou a independência de Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Nesse aspeto, o golpe de estado de 25 de abril de 1974, em Portugal, que colocou um fim ao Estado Novo como era a pretensão da FPLN, foi o elemento chave que permitiu o início das negociações que levariam à autodeterminação das colónias portuguesas.

Apesar de todas as promessas não cumpridas e das tentativas vãs de iniciar tarefas megalómanas, pode-se afirmar com objetividade e firmeza que a Argélia foi um país prestável para com os movimentos independentistas e para com os exilados com intenções revolucionárias. Tanto no triénio de Ben Bella como durante a administração militar de Boumédiène, várias organizações puderam estabelecer-se em Argel e daí criar a sua luta ou difundi-la globalmente. Esta política de solidariedade e benevolência internacional permitiu que a luta dos nacionalistas africanos tivesse uma projeção muito mais alargada e que o combate à ditadura do Estado Novo tivesse na FPLN uma organização que efetivasse a oposição política necessária.

Fontes impressas

AHDMNE:

- *Argélia*, 1963, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0288/07958
- *Argélia*, 1960-1972, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10184
- *Argélia*, 1965, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0232/10185
- *Apoio aos Movimentos pela Argélia*, 1963-1967, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0077/08174
- *Apoio dos países africanos em relação aos territórios portugueses e movimentos emancipalistas – Argélia*, 1965-1966, PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0411/08215

ANTT:

- Arquivo Oliveira Salazar:
 - *Angola e Argélia*, 1963, Arquivo Salazar, UL-59, cx. 854, pt.11
 - *Reflexão da Situação político-militar em África, nomeadamente do Congo-Léopoldville e Argélia, nos territórios ultramarinos portugueses*, 1964, Arquivo Salazar, PC-78K cx. 555, pt. 10
 - *Situação política da Argélia*, 1965, Arquivo Salazar, NE-30, cx. 409, pt. 20
- Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique:
 - *Governo Revolucionário de Angola no Exílio – GRAE*, 1963-1972, L/11/3/32
 - *Política de países africanos em relação a África – Argélia*, 1962-1969, K/4/6/29

CD25deAbril:

- Espólio Piteira Santos:
 - Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Correspondência
 - Secção Correspondência Particular
 - Secção Actividade Privada, Sub-secção FPLN, Documentos Diversos/Humberto Delgado/Textos Diversos II/Não Manuscritos
- Espólio Manuel Sertório:
 - Secção FPLN, Sub-secção JRP, Contas

Fontes digitais

ALMEIDA, Denise de, *19 de junho de 1965 – Golpe derruba presidente da Argélia* [Em linha], 19 de junho 2009, [Consult. 15 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=13543>.

BRENER, Jayme, *Trinta anos de não-alinhados*, Lua Nova, São Paulo, Vol. 3, Nº 3, março de 1987, [Consult. 30 de janeiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451987000100016&lng=pt&nrm=iso.

COOPER, Tom, *Central, Eastern, & Southern Africa Database* [Em linha], ACIG, 2 de setembro 2003, [Consult. 24 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.acig.org/artman/publish/article_185.shtml.

ESTEVES, Pedro A. R., *Portugal e Argélia: actores mediterrânicos em aproximação* [Em linha], Instituto Português de Relações Internacionais, 5 de junho 2008, [Consult. 9 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.ipri.pt/publicacoes/working_paper/working_paper.php?idp=255.

FEARON, James e LAITIN, David, *Algeria* [Em linha], Stanford University, [Consult. 20 de julho 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://web.stanford.edu/group/ethnic/Random%20Narratives/AlgeriaRN2.4.pdf>.

FMS, *Bulletin d'Information du Bureau Permanent du Front de Libération de Mozambique à Alger (FRELIMO)* [Em linha], DMA - Documentos Mário Pinto de Andrade, 1964, [Consult. 7 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=04321.004.004.

FMS, Cf. *Bulletin d'Information du Bureau Permanent du Front de Libération de Mozambique à Alger (FRELIMO)* [Em linha], DMA - Documentos Mário Pinto Andrade, nº 1, Janeiro 1964, [Consult. 7 abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.fmsoares.pt/aeb_online/visualizador.php?bd=IMPrensa&nome_da_pasta=04321.004.002.

FMS, *Cópia de um relatório da UPA* [Em linha], Casa Comum, 1961, [Consult. 30 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07060.029.047>.

FMS, *Plano de operações 02/65 ("RANA")* [Em linha], Casa Comum, 28 de junho 1965, [Consult. 2 abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=07196.156.003>.

FMS, *Relatório secreto apresentado pelo Comité dos Nove ao Conselho de Ministros da OUA* [Em linha], Casa Comum, 24 Fevereiro 1964, [Consult. 30 março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=04616.079.005>.

Frelimo [Em linha], Encyclopaedia Britannica, s.d., [Consult. 5 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/218869/Frelimo>.

GARCIA, Francisco Miguel Gouveia Pinto Proença, *Análise Global de uma Guerra (Moçambique 1964-1974)* [Em linha], Outubro 2001, [Consult. 13 de abril 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.triplov.com/miguel_garcia/mocambique/capitulo2/apoio_bilateral.htm.

KAPIAÇA, Boubaker Adjali, "*Va dire à Neto... va leur dire*" [Em linha], Alger Républicain, 26 de janeiro 2010, [Consult. 15 fevereiro de 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.alger-republicain.com/spip.php?article213>.

La Charte D'Alger [Em linha], s.d., [Consult. 8 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/charte%20d'alger.htm>.

Les accords d'Évian du 18 mars 1962 [Em linha], s.d., [Consult. 15 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL: http://www.axl.cefan.ulaval.ca/afrique/algerie-accords_d%27Evian.htm.

MAGARREIRO, Vera, *Marita, a história de um exílio em Argel que durou 40 anos* [Em linha], Agência LUSA, 1 de junho 2005, [Consult. 20 de maio 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=11094&tm=8&layout=121&visual=49>.

Projet de Programme pour la réalisation de la révolution démocratique populaire (adoptée à l'unanimité par le C.N.R.A à Tripoli en Juin 1962) [Em linha], s.d., [Consult. 29 de março 2014], Disponível na WWW em: <URL: <http://www.el-mouradia.dz/francais/symbole/textes/tripoli.htm>.

S.H.A., *Entretien: Oscar Niemeyer, l'Algérie et la mosquée révolutionnaire* [Em linha], Alger Républicain, 12 de dezembro 2012, [Consult. 15 de fevereiro 2014], Disponível na WWW em: <URL:

<http://www.alger-republicain.com/spip.php?article1012>.

WATERS, Mary-Alice, *Lessons of the Algerian Revolution*, The Militant [Em linha], Vol. 65, Nº 23, 11 de junho 2011, [Consult. 3 Março 2014], Disponível na WWW em: <URL:

<http://www.themilitant.com/2001/6523/652350.html>.

Bibliografia

ABBAS, Ferhat, *L'Indépendance confisquée (1962-1978)*, Paris, Flammarion, 1992.

AGERON, Charles-Robert, *Modern Algeria : a history from 1830 to the present*. London, Hurst & Company, 1991.

AUGUSTO, César, *Argélia e Angola: solidariedade traída*, QB Comunicação, Vila do conde, 2002.

BEAUGÉ, Florence, *Algérie, de la guerre à la mémoire*, Paris, Éditions du Cygne, 2008.

BIDWELL, Robin Leonard, *Dictionary of Modern Arab History*, Londres, Routledge, 1998.

BOURDET, Yvon e GUILLERM, Alain, *A Autogestão*, Lisboa, Dom Quixote, 1976.

Cuba e Argélia, caminhos do Terceiro Mundo, Lisboa, Seara Nova, 1975.

DÁSKALOS, Sócrates, *Um testemunho para a história de Angola: do Huambo ao Huambo*, Lisboa, Vega, 2000.

FUNDO DE FOMENTO DE EXPORTAÇÃO, Portugal. - Mercados árabes. Lisboa: Ed. do A., vol. 1, 1976.

GÓMEZ PUYUELO, José Luis, *La república pretoriana: ejército y poder político en Argelia (1954-1978)*, Madrid, Ibersaf Editores, 2009.

GUERRA, Paulo Miguel Júnior, *O Diário de Notícias e os "acontecimentos da Argélia"*, Coimbra, P. M. J. Guerra, 2004.

LARA, Lúcio, *Um amplo movimento...: itinerário do MPLA através de documentos de*, Luanda, [2003?].

MARTELO, David, *1974: cessar-fogo em África*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001.

MATIAS, Marisa Isabel Santos, *Contributos para uma discussão dos retornados em Portugal*, Dissertação em Sociologia do Poder e da Política da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, M.I.S.M., 1998.

MOHAND-AMER, Amar e BENZEMINE, Belkacem (coords.), *Le Maghreb et l'indépendance de l'Algérie*, Paris, Editions Karthala, 2002.

PIMENTA, Fernando Tavares, *Angola: os brancos e a independência*, Porto, Afrontamento, 2008.

PINHEIRO, Patrícia McGowan, *Misérias do exílio: os últimos meses de Humberto Delgado*, Lisboa, Contra Regra, 1998.

SÁNCHEZ CERVELLÓ, Josep, *A Revolução portuguesa e a sua influência na transição espanhola: 1961-1976*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

SOLA, Emilio, *Argelia, entre el desierto y el mar*, Madrid, Editorial MAPFRE, 1993.

SOUSA, Julião Soares, Amílcar Cabral: 1924-1973: vida e morte de um revolucionário africano, Lisboa, Nova Vega, 2011.

SOUSA, Julião Soares, *MPLA [Texto fotocopiado]: da fundação ao reconhecimento por parte da OUA:1960-1968*, [S.l: s.n, 2006?].

STORA, Benjamin e BOYER, Christian, *Bibliographie de l'Algérie indépendante (1962-2010)*, Paris, CNRS Éditions, 2011.

STORA, Benjamin, *Algeria, 1830-2000: A Short history*, Ithaca, Cornell University Press, 2001

STORA, Benjamin, *Histoire de l'Algérie depuis l'indépendance*, Paris, Editions La Decouverte, 2004.

ZENATI, Hassen, ed., *A via argelina um modelo para Portugal*, Lisboa, Dom Quixote, 1975.

THÉNAULT, Sylvie, *Histoire de la guerre d'indépendance algérienne*, Paris, Flammarion, 2005.